

COMISSÃO DA VERDADE
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DOS CASOS EMMANUEL
BEZERRA DOS SANTOS E MANOEL LISBOA DE MOURA

PRESIDENTE

DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT

06/09/2013

COMISSÃO DA VERDADE**DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT****BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.****06/09/2013**

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, 70ª Audiência Pública, no dia 06 de setembro de 2013, Auditório “Teotônio Vilela”.

Está instalada a 70ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, no dia 06 de setembro de 2013, às 14h, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Auditório “Teotônio Vilela”, para a oitiva dos depoimentos dos companheiros do PCR Emmanuel Bezerra dos Santos e Manoel Lisboa de Moura.

Para formar a Mesa, convido o companheiro Edival e o companheiro José Nivaldo (palmas). E a companheira da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Amélia Teles. (palmas.)

Leitura, por parte do advogado Renan Chinaglia de um texto enviado pelo Procurador da República, Dr. Sergio Suiama. Com a palavra, o Renan Chinaglia.

O SR. RENAN CHINAGLIA – Boa-tarde a todas e todos. Vou ler uma mensagem de 04 de setembro de 2013, do Procurador da República Sérgio Suiama:

"Prezadas e prezados, informo em primeira mão que a Justiça Federal de São Paulo recebeu a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal contra Carlos Alberto Brilhante Ustra e Alcides Singillo, pela ocultação do cadáver de Hirohaki Torigoe, ocorrida a partir de 05 de janeiro de 1972.

Torigoe era militante do Molipo, foi capturado com vida, em seguida levado ao DOI do 2º Exército, onde faleceu.

No DOI sua presença foi atestada por duas testemunhas ouvidas pelo Ministério Público Federal e arroladas na denúncia.

A divulgação da sua morte foi adiada em 15 dias, e todos os documentos do óbito foram registrados com o nome falso de Massahiro Nakamura, muito embora já há provas testemunhais e documentais de que os réus sabiam da verdadeira identidade do cadáver.

O corpo de "Nakamura" foi sepultado em uma cova no cemitério de Perus, e todos os esforços feitos até agora para identificar seus restos mortais resultaram negativos.

Nos dois locais apontados como local da sepultura de "Massahiro Nakamura", as ossadas encontradas não correspondiam às características da vítima.

Na denúncia a juíza sublinha o fato de que o crime é de natureza permanente e a ocultação do cadáver só estará exaurida quando os restos mortais forem definitivamente identificados e que dessa forma não há que se falar em prescrição penal.

As investigações do Ministério Público Federal contaram com a colaboração valiosa da Comissão Estadual da Verdade do Estado de São Paulo e de membros do movimento de familiares de mortos e desaparecidos políticos.

Em nome de nossa instituição e do grupo de trabalho "Justiça de Transição" da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, agradeço a todos. Sérgio Gardenghi Suiama, Procurador da República".

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Passo a palavra à Vivian, para que ela faça a leitura dos testemunhais.

A SRA. VIVIAN MENDES – Boa-tarde a todos e todas. Vivian Mendes, assessora da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”.

Vou ler os memoriais dos casos de hoje, Emmanuel Bezerra dos Santos e Manoel Lisboa de Moura.

Emmanuel Bezerra dos Santos nasceu em 17 de junho de 1943, na Praia de Caiçara, na época um próspero distrito de pescadores do Município de São Bento do Norte, no Rio Grande do Norte. Filho de Luiz Elias dos Santos e Joana Elias Bezerra.

Filho de um pescador, estudou na escola isolada São Bento do Norte, onde fez o curso primário. Essa escola hoje leva o seu nome, uma justa homenagem ao seu aluno ilustre.

Em 1961 mudou-se para Natal, no Rio Grande do Norte, passando a residir na Casa do Estudante e estudar no colégio estadual do Atheneu Norte-Riograndense.

Quando cursava a terceira série do curso ginásial, Emmanuel, com outros colegas, fundou o jornal "O Realista", voltado para propagar a cultura popular, a poesia e fazer a denúncia da exploração e da miséria da sociedade capitalista.

Como forma de contestar a ditadura, Emmanuel criou o "Jornal do Povo", publicação lítero-cultural, com correspondentes em vários municípios do estado com a mesma finalidade.

No Atheneu estudou até o primeiro ano clássico, atual ensino médio, até o ano de 1965. Em 1966 adoeceu e perdeu o ano letivo. Recuperou-se rapidamente, cursou supletivo e prestou exame vestibular, ingressando na Faculdade de Sociologia da Fundação José Augusto, em 1967. Em 1968 tornou-se o coordenador da bancada dos delegados potiguares ao 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo, onde foi preso.

Antes, fora eleito presidente da Casa do Estudante, onde realizou uma administração marcada pelo dinamismo, atividades culturais, ousadia e eficiência administrativa.

A Casa do Estudante foi transformada em uma trincheira de luta do movimento estudantil secundarista e universitário de Natal. Em 1968, como diretor do Diretório Central dos Estudantes da UFRN, desempenhou função de liderança no meio universitário.

A partir de 1966, Emmanuel passou a integrar o Partido Comunista Brasileiro, PCB, sendo dos seus principais articuladores e teóricos na luta interna do partido, dele afastando-se em 1967, para incorporar-se ao Partido Comunista Revolucionário, PCR.

Com a edição do Ato Institucional 5 Emmanuel foi novamente preso e condenado em dezembro de 1968. Cumpriu pena até outubro de 1969, em quartéis do exército, no distrito policial e finalmente na base naval de Natal.

Libertado, Emmanuel passou a viver na clandestinidade, indo atuar, já como dirigente nacional do seu partido, nos estados de Pernambuco e Alagoas.

Nesse período, realizou viagens ao Chile e à Argentina, em nome da direção do PCR, para discutir a possibilidade de ações unitárias anti-imperialistas com o MIR chileno, e tentar aglutinar exilados brasileiros em torno da luta contra a ditadura no Brasil.

Além de organizador comunista, Emmanuel era poeta e participou ativamente dos movimentos artísticos e culturais desenvolvidos em Natal. Escreveu seus primeiros poemas adolescentes ainda em Caiçara e na cidade de Natal, onde chegou a participar de mesas de júri de festivais culturais e de poesia.

Apesar das atribuições da vida clandestina, foi possível salvar alguns desses poemas e reuni-los em livro, organizado pelo Centro de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte, e editado em Natal pela Editora Gráfica e Livraria Manibo, em 2010.

Dados sobre seu sequestro e assassinato: foi sequestrado pela Operação Condor, organização terrorista das ditaduras do cone sul da América, quando cumpria missão política do seu partido na Argentina, entregue ao DOI-Codi do 2º Exército de São Paulo, onde terminou assassinado sob indescritíveis torturas, no dia 04 de setembro de 1973, quando já era um dos principais dirigentes do Partido Comunista Revolucionário, PCR.

O SR. – Companheiro Emmanuel Bezerra dos Santos.

PÚBLICO – Presente.

O SR. – Agora.

PÚBLICO – E sempre.

A SRA. VIVIAN MENDES – Manoel Lisboa de Moura. Manoel nasceu em Maceió, Alagoas, em 21 de fevereiro de 1944, filho de Augusto de Moura Castro e Iracilda Lisboa de Moura.

Foi sequestrado pelo DOI-Codi do 4º Exército, com a participação do delegado e torturador paulista Sérgio Paranhos Fleury, na Praça Ian Fleming, em Recife, no dia 16 de agosto, e torturado até a morte no dia 04 de setembro de 1973.

Ele foi fundador e principal dirigente do Partido Comunista Revolucionário, PCR. Iniciou suas atividades políticas participando do movimento estudantil secundarista no antigo colégio Liceu Alagoano. Integrou a União Estadual dos Estudantes Secundários de Alagoas, UEESA, participou do centro de cultura popular da UNE, do CPC, encenando peças teatrais para os operários do porto de Alagoas e praças de Maceió.

Manoel logo aos 17 anos tornou-se comunista, ingressando na Juventude Comunista de Alagoas e militante do Partido Comunista Brasileiro. Porém, para superar a política reformista, se integrou ao Partido Comunista do Brasil em 1962.

Entretanto, dedicando-se disciplinadamente ao estudo do marxismo/leninismo, e ao desenvolvimento da luta ideológica no interior do movimento comunista, sentiu a necessidade de um partido de novo tipo, que superasse o burocratismo, o reformismo e demais vícios da esquerda tradicional. Por isso, em maio de 1966, juntamente com Amaro Luiz de Carvalho, Ricardo Zarattini, Valmir Costa, Selma Bandeira, entre outros, tomou a firme decisão de construir o Partido Comunista Revolucionário, para organizar as massas trabalhadoras para derrubar a ditadura militar e instaurar o governo popular revolucionário, para construir uma nova sociedade brasileira, soberana, democrática e socialista.

Manoel cursava o primeiro ano de medicina na Universidade Federal de Alagoas, em 1964, quando se pôs a ditadura militar fascista. A sua casa foi invadida por um bando armado "em nome da segurança nacional", que queriam prendê-lo.

Manoel conseguiu fugir para Recife, Pernambuco, e de lá para o Rio de Janeiro, onde morou por mais ou menos um ano.

Voltou em 1965 para Recife, onde foi preso e torturado e libertado 45 dias depois, mas as perseguições continuaram.

A partir de 1966 passa a viver e militar sob rígidas normas de segurança da clandestinidade do PCR, e trabalhando diuturnamente na organização do seu partido, na formação de novos quadros, nas ações armadas, na elaboração dos materiais teóricos e editando com os demais companheiros o jornal "A Luta", no qual denunciava os crimes da ditadura e a exploração dos trabalhadores pelos monopólios nacionais imperialistas.

A repressão política sabia que no comando das ações do PCR estava a figura de Manoel Lisboa, e desloca parte do seu aparato repressivo para Recife, tendo à frente o delegado paulista Sérgio Paranhos Fleury, que ganhara notoriedade como chefe do esquadrão da morte, da Operação Bandeirantes e no extermínio das organizações políticas revolucionárias no sudeste do nosso país, sob as ordens do DOI-Codi do 2º Exército em São Paulo.

Conseguiram, assim, sequestrar Manoel Lisboa no cair da noite do dia 16 de agosto de 1963, na Praça Ian Fleming, no bairro de Rosarinho, em Recife, quando dava assistência a uma operária da fábrica Torre, e foi levado para o DOI-Codi do 4º Exército, na Praça 13 de Maio, no centro da cidade, onde foi torturado até a morte por longos 16 dias, sem dar uma só informação aos seus carrascos.

Depois, enrolado em estopa, foi transportado num avião da Força Aérea para ser enterrado como desconhecido no cemitério de Campo Grande, em São Paulo, para

tentar dar veracidade à farsa montada pelo DOI-Codi sobre sua morte e a de Emmanuel Bezerra.

O sequestro, a morte e a farsa. A ditadura, no entanto, com a intenção de manipular os fatos, como era costume, montou uma falsa versão, divulgada pelos meios de comunicação da época, de que Manoel Lisboa teria sido morto em uma troca de tiros com agentes da repressão no bairro de Moema, São Paulo, na ocasião em que teria um suposto encontro com Emmanuel Bezerra. Os dois teriam sido mortos no confronto.

Versões como esta buscavam encobrir os cruéis crimes da tortura, assassinato e ocultação de cadáveres praticados por agentes do Estado. Também tinham por objetivo desmoralizar os revolucionários, pois temiam o exemplo de heroísmo e dedicação ilimitada que os mesmos demonstraram ao nada falarem diante de seus algozes.

Segundo denúncias de Selma Bandeira Mendes, companheira de Manoel Lisboa, e depoimento de outros presos políticos, ele foi torturado pela equipe do agente policial fascista Sérgio Paranhos Fleury e Luiz Miranda, até sua morte, nas dependências do DOI-Codi do 4º Exército, em Recife. Em seguida seu corpo foi removido para São Paulo, com o intuito de despistar os familiares e montar a versão falsa montada pela ditadura.

Os dois militantes foram enterrados como indigentes no cemitério do Campo Grande, em São Paulo. As requisições de necropsia feita pelo DOPS-São Paulo têm o "T" de terrorista manuscrito em vermelho, marca utilizada pelo órgão de segurança de São Paulo para identificar os dissidentes políticos assassinados.

No caso de Manoel, há uma carta de seu irmão, capitão do exército Carlos Cavalcanti, dirigida ao Major Maciel, em 07 de setembro de 1973, reiterando solicitação feita pessoalmente no QG do 2º Exército, para que identificasse o número da guia do IML que correspondia à sepultura do irmão, uma vez que no cemitério de Campo Grande havia duas guias, 5205/73 e 5206/73, relativas a "dois terroristas", ambas com os mesmos dizeres: indivíduo de cor branca, 25 anos presumíveis, com nome "desconhecido", indicando como *causa mortis* anemia aguda por hemorragia interna e externa traumática atestada pelos médicos Harry Shibata e Armando Canger Rodrigues. Reclamava ainda a devolução dos pertences do irmão.

O irmão de Manoel tentou resgatar o corpo que embora tivesse sido enterrado como indigente poderia ser exumado, desde que a família se comprometesse a não abrir o caixão, que seria entregue lacrado. O que a família se recusou a aceitar, por não poder ter, nem ao menos a certeza de que no caixão lacrado estivesse realmente seu corpo.

No caso 137/96, de Manoel Lisboa de Moura, na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, a relatora Maria Eunice Paiva votou pelo acolhimento do pedido, registrando que os órgãos oficiais conheciam a identidade de Manoel, e que mesmo assim ele foi enterrado como indigente, em caixão lacrado, e em sepultura que não podia ser identificada pela família.

Na opinião da relatora isso fazia deduzir que a morte por causas não naturais estava relacionada com a tortura, mesmo não atestada no exame do IML.

O caso foi aprovado por unanimidade em 18 de março de 1996. O relator do caso 219/96, de Emmanuel, na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, General Oswaldo Pereira Gomes, argumentou que sua morte se deu da mesma forma e nos mesmos local, data e circunstâncias que a de Emmanuel Lisboa de Moura, cujo, "requerimento da família teve apreciação unânime pelo deferimento desta comissão".

Assim, concluiu que, “a versão da morte em tiroteio de um elemento já preso, que é levado ao encontro de outro e desse tiroteio não há notícia de ferimento em nenhum elemento da segurança, não convence o relator, como não convenceu no caso de Manoel Lisboa de Moura”.

O caso foi deferido por unanimidade em 23 de abril de 1996.

Em 1992 os restos mortais de Emmanuel Bezerra dos Santos foram exumados no cemitério do Campo Grande, em São Paulo. Em 12 de julho de 1992, D. Paulo Evaristo Arns celebrou missa na Catedral da Sé em homenagem a Helber José Gomes Goulart, Frederico Eduardo Mayr e Emmanuel Bezerra dos Santos, com as urnas contendo seus restos mortais identificados.

No dia seguinte, a ossada de Emmanuel foi trasladada para Natal, no Rio Grande do Norte, e em 14 de julho sepultada na sua cidade, Caiçara, no Rio Grande do Norte.

Em meio a grande comoção, Emmanuel foi enterrado no cemitério da cidade. Ele recebeu diversas homenagens no Rio Grande do Norte. A escola isolada de São Bento do Norte tem hoje o seu nome, o grêmio estudantil da Escola Estadual João XXIII também. Uma rua localizada no bairro de Pitimbu, em Natal, recebeu seu nome, e um bairro da cidade também foi batizado pelo nome de Emmanuel Bezerra.

Os restos mortais de Manoel Lisboa de Moura foram exumados e trasladados para Maceió em maio de 2003, pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Seu traslado, acompanhado por seus companheiros, familiares e militantes políticos foi digno de um herói nacional. Após homenagem solene realizada na Sede da

Prefeitura de São Paulo, seu corpo seguiu para Recife, onde foi recebido por centenas de jovens, trabalhadores e militantes do PCR, onde realizaram um ato na sede do centro cultural que leva seu nome, em seguida, na Praça Padre Henrique, com a presença do prefeito da cidade e do Ministro da Justiça.

Em Maceió, sua cidade natal, desfilou como herói do povo pelas ruas da cidade e foi homenageado pela Universidade Federal de Alagoas, onde foi readmitido simbolicamente como aluno da Faculdade de Medicina.

Em sua homenagem, a cidade de Maceió deu o nome de Manoel a uma de suas ruas no loteamento Parque dos Eucaliptos. No Recife, ele é nome do centro cultural Manoel Lisboa de Moura.

O SR. – Manoel Lisboa de Moura.

PÚBLICO – Presente.

O SR. – Agora.

PÚBLICO – E sempre.

A SRA. VIVIAN MENDES – Os dados lidos aqui foram produzidos pelo Partido Comunista Revolucionário, e também tem informações retiradas do dossiê Mortos e Desaparecidos no Brasil, do IF.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Queria pedir para você permanecer à Mesa, e queria convidar o companheiro Raphael Martinelli para que ficasse na Mesa desses depoimentos. (Palmas.)

Queria também pedir para que o Wanderson e o Luiz Fernando compusessem a Mesa, ao lado da Amelinha, nessas duas cadeiras. Queria pedir para os companheiros virem para a Mesa. (Palmas.)

Antes de passar o vídeo, também queria dizer que estão conosco aqui hoje o padre Geraldo, do Comitê de Mortos e Desaparecidos de São Paulo, e nosso companheiro, grande amigo Igor Grabois.

Vamos lá. Vídeo.

* * *

Apresentação do vídeo.

* * *

A SRA. VIVIAN MENDES – Enquanto preparo o próximo vídeo, são 3, o Lucas Marcelino vai ler uma poesia para nós.

O SR. LUCAS MARCELINO – Boa-tarde a todos.

"Vocês todos, vocês me ouvem? Escutem o que eu vou dizer. A história que estão contando, o socialismo avança, a vitória vem chegando. Vocês aí no meio, vocês me ouvem? A comuna está crescendo, a chama está se acendendo, Paris não se apagou. Vocês aqui na frente, vocês me ouvem? Será que estão entendendo? Vejam que está vencendo. O inferno está cedendo, Stalingrado não se entregou. Vocês todos, vocês me ouvem? É mentira o que estão contando. O Partido Comunista Revolucionário não se acabou. O PCR vive e luta". (palmas.)

A SRA. VIVIAN MENDES – Agora a gente vai ver o vídeo do traslado dos restos mortais do Emmanuel Bezerra.

* * *

Apresentação do vídeo.

* * *

A SRA. VIVIAN MENDES – Mais uma poesia, enquanto preparo o próximo vídeo.

O SR. LUCAS MARCELINO – "Eles te sangraram, te queimaram, nunca te curvaram. Eles dilaceraram seu corpo, nunca sua alma. Eles venceram seu corpo, nunca sua vontade. Eles te mataram, estás vivo. Eles, os cadáveres dos sepultos, tu, estrela radiante, exemplo sempre presente. Eles, os inimigos do povo, tu, a dignidade do

homem. Eles, sádicos carrascos, tu, o amor, a justiça, a liberdade. Eles, armados, numerosos, tu, desarmado, sozinho. Eles, amedrontados, tu, firme como uma rocha. Eles, babando de ódio sobre teu corpo inerte, aterrorizados, temendo a tua dignidade, tu, dormindo o eterno e plácido sonho dos justos, os que cumpriram o seu dever. Eles, humilhados, aterrorizados, temendo a sua dignidade, tu, amado, admirado, norma de conduta, esperança e exemplo. Eles, monstros fascistas, tu, herói comunista, protótipo da humanidade futura. Eles, vermes anônimos, tu, Manoel Lisboa de Moura." (palmas.)

A SRA. VIVIAN MENDES – Este último vídeo é um trecho do traslado do Manoel Lisboa de Moura, ainda na parte aqui na Prefeitura de São Paulo.

* * *

Apresentação do vídeo.

* * *

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Queria agradecer todo esse trabalho de preparação que vocês fizeram, e queria, dos cinco companheiros, mais os dois que têm ligação com São Paulo, o Manoel Lisboa de Moura e o Emmanuel Bezerra, queria que vocês, pelo menos esses dois, o ideal seria fazer a recuperação da memória e o testemunhal dos cinco, que a gente recuperasse, que organizasse, para que a gente fizesse a gravação dos dois memoriais, dos dois testemunhais dos companheiros.

Deixa eu me organizar, baixar um pouco o nível de emoção para ver como vamos conduzir tudo isso aqui.

Primeiro vai falar o José Nivaldo Júnior. O companheiro José Nivaldo Júnior é professor de história da Universidade Federal de Pernambuco e publicitário. Foi preso, torturado, em 1973, na mesma época que Manoel Lisboa de Moura.

Você tem o tempo que você julgar necessário e depois fala o Cajá. Vamos começar pelo José Nivaldo, que veio especialmente de Pernambuco para cá hoje para fazer este depoimento tão importante.

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Boa tarde a todos, Presidente, membros da Comissão da Verdade “Rubens Paiva”, os companheiros da Mesa.

Se foi preciso baixar o nível de emoção aqui, agora vamos precisar baixar muito o nível de emoção, porque realmente não é fácil reviver momentos tão duros, tão difíceis, tão dramáticos como os que eu pude compartilhar e venho aqui testemunhar.

Eu vou começar, vou tentar ser breve para deixar mais tempo para o nosso comandante Cajá, que tem muito mais a falar do que eu. Mas vou começar com uma frase, uma citação do meu pai, que era escritor, intelectual e morreu há exatamente um mês. Vejam quanta emoção.

Ele escreveu um livro, que eu já dediquei aqui à Comissão da Verdade, vou deixar aqui, inclusive como prova de algumas coisas que vou mencionar, e ele diz aqui na capa do livro: "hoje estou convencido de que, apesar de tudo que já foi dito e publicado sobre os anos de repressão, cada um de nós que sofremos na pele e na alma as marcas da sua violência, temos algo a acrescentar, temos uma palavra ainda". E ele deu a sua palavra.

Eu vou pular o item dois e vou para o item três, que era o livro, para encerrar, que era o livro. Meu pai era um homem de direita, um entusiasta da ditadura militar. Ele achava que era, realmente, o movimento redentor do Brasil. Anticomunista, de uma família de latifundiários, intelectual, médico, enfim.

E quando eu fui sequestrado, a primeira reação dele foi algo assim, "não, ele está levando, ele fez por merecer, está levando um castiguinho dele lá". Ou seja, estão puxando a orelha.

Quando ele tomou consciência do tamanho da bronca, graças ao depoimento de uma advogada, Mércia Albuquerque, que é conhecida, teve um papel importante, Mércia chamou ele num canto e falou: "Doutor José Nivaldo, o senhor está muito enganado com essa questão. O seu filho está sendo muito torturado".

Ai ele, de repente, caiu a ficha. "Meu filho torturado? Isso não é possível". Virou uma fera. Foi ao correio, passou um telegrama desaforado, que está transcrito aqui no livro, para o comandante do 4º Exército, obrigou o telegrafista a passar o telegrama, e a partir daí desenvolveu, ele era um homem muito bem relacionado, de todas as academias possíveis e imaginárias de medicina, de letras, de criadores de gado, de latifundiários, de não sei o quê. E ele fez uma mobilização massiva, que envolveu Secretários de Estado, autoridades de todos os escalões, militares.

Enfim, ele infernizou de tal modo a ditadura, que eu fui, acho, um dos poucos sequestrados que teve direito a visita de reconhecimento. Ou seja, me levaram lá para mostrar que eu estava vivo. Me levaram para ele, para apresentar a ele e à minha mãe, e num segundo momento a ele e à minha mãe e à minha mulher da época.

Então, um caso raro. Saí do DOI-Codi para a sede do 4º Exército, e retornei para o DOI-Codi, que era no mesmo espaço, fiz um longo percurso para percorrer uma distância daqui até a entrada, devido à pressão que estava feita.

Aliás, eles tentaram causar uma boa impressão, e causaram a pior impressão possível, porque meu estado era inegável. A minha ex-mulher registra no livro que nunca, apesar de médica e de frequentar ambientes nosológicos, nunca viu um ser humano com o odor que eu exalava naquela visita, apesar de ter tomado um banho, mas um banho de sabonete precariamente, que não apagava três semanas da situação que eu estava passando.

Esse livro é muito importante, porque ele foi escrito, não foi por um militante, nem por alguém contra a ditadura. Foi escrito por um pai que demorou a escrever porque eu falava: "papai, não escreva, deixe isso para lá". Eu mesmo não tinha muito interesse. Ele escreveu, eu tinha medo inclusive da visão que ele ia colocar.

Mas, ele escreveu o livro em 2003, há 10 anos publicou, e aqui deixa claro, absolutamente claro, que o que aconteceu no Rio, por exemplo, onde a tortura acontecia no quartel da PE, da Polícia do Exército, o DOI-Codi era instalado dentro de uma unidade militar, no Recife era instalado nas dependências do 4º Exército, do comando do nordeste, da 7ª Região Militar, num quadrilátero na Praça 13 de Maio, em frente à Faculdade de Direito, num quadrilátero onde fica o hospital militar, ainda hoje, ficava o comando a 7ª Região Militar, o comando do 4º Exército, e no miolo disso, o DOI-Codi.

Os depoimentos do meu pai não deixam dúvidas de que o comandante do 4º Exército, o General Walter Menezes Paes, sabia e acompanhava tudo que se passava. Tem uma passagem do livro que o general diz "está vendo aqui", mostrando as manchas de tensão, de estresse na pele, sabendo que meu pai era médico, "está vendo aqui, isso é coisa do seu filho e dos comparsas dele, não sei o quê".

Então, era preciso ser muito inocente para estar estressado, preocupado com a minha situação.

O Coronel Curcio Neto, que comandava a 2ª Seção, apresentou ao meu pai as armas apreendidas e documentos, e não sei o quê, enfim, muito que eles apreenderam nos aparelhos do PCR, inclusive as armas da expropriação da Aeronáutica, e

perguntavam o que era aquilo: "é um rifle, coronel, todo mundo tem isso, é um revolver 38. O que meu filho tem a ver com isso"?

Mas, denunciou-se o coronel, denunciou a sua ligação com o DOI-Codi, íntima. E o Major Heber, que era o terceiro da escala do comando direto, frequentava o DOI-Codi. Frequentava o DOI-Codi. Eu o reconheço como frequentador do DOI-Codi.

Está absolutamente comprovada a vinculação, no nordeste, daquilo que eles vivem escondendo, o "comando não sabia" e no nordeste o comando comandava. A tortura era comandada pelo comandante do 4º Exército, diretamente, através do chefe da 2ª Seção, que a ele se reportava em tudo. Está aqui este documento e passo às mãos do Presidente. Fiz um oferecimento à Comissão da Verdade. São poucos exemplares que restam, mas tem muita coisa para comprovar isso. Eu acho importante.

Eu vou usar o tempo generosamente concedido para fazer alguns registros.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você não se preocupe com o tempo. Fique à vontade para o seu depoimento.

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Estou. Para tratar de alguns conceitos, quero aproveitar a oportunidade.

A ditadura acabou, mas a luta ideológica continua dia a dia. E a cada avanço das conquistas democráticas, vêm reposições de conceitos sobre a ditadura militar. A primeira é a ditadura militar, o nome ditadura militar. A ditadura tornou-se militar, mas a ditadura não foi implantada só pelos militares.

A ditadura foi resultado de uma conspiração internacional, comandada pelos Estados Unidos, do apoio dos latifundiários nordestinos, de industriais nordestinos e paulistas, de uma classe média envenenada pela propaganda anticomunista, e de setores da imprensa, que hoje até a Rede Globo faz penitência disso. É boa a penitência. Não muda nada, mas ajuda a esclarecer a verdade, e até, desculpe, padre, setores da igreja profundamente envolvidos nesse processo.

Então, com o tempo, e com o marketing, jogaram a culpa só para os militares. Só se fala de ditadura militar, porque a ditadura militar, porque o período dos militares. Não. Foi a ditadura que se implantou no Brasil, realizada pelos militares, que depois se apropriaram dela de uma forma até egoística, para se beneficiar, e acabaram, no final das contas, de 1985 para cá, ninguém foi da ditadura, nem Sarney foi da ditadura, a

ditadura só foi militar. Isso foi uma jogada de marketing que dificulta a compreensão do processo histórico.

É preciso que a gente esteja alerta, porque a ditadura não é só militar. A ditadura é mais ampla.

O segundo conceito que queria falar é o conceito sobre luta armada, a que vou voltar mais adiante, quando me referir a Manoel Lisboa. A cada ano que passa, menos se compreende o que foi a luta armada contra o regime ditatorial no Brasil. Menos se compreende.

Hoje eu ouço, perplexo, pessoas fazerem autocrítica de atos heróicos que praticaram. "Não, fizemos errado, a luta armada, aquilo foi um erro". Aquilo foi um erro? Eu fico indignado quando ouço isso.

A ditadura não foi implantada por causa da luta armada. A ditadura foi implantada por causa de um discurso realizado numa manifestação no Rio de Janeiro. Foi um discurso que desencadeou a ditadura. E as torturas, a repressão violenta, vieram em seguida, não foi por conta de resistência armada, de luta armada. Não teve nada a ver luta armada com a implantação da ditadura.

E muito menos com seu recrudescimento. Mais uma vez, em 1968, é preciso que os jovens saibam disso, foi um discurso na Câmara, feito por um Deputado, que desencadeou o Ato Institucional 5. Não foi nenhum sequestro, nenhum ato de luta numa guerrilha, não. Foi um discurso.

A resistência armada começou, para mim, vou dar o meu depoimento, quando foi que eu peguei em armas contra a ditadura? Peguei em armas contra a ditadura no dia que quis fazer uma panfletagem contra a visita de Rockefeller ou alguma coisa assim, ou fazer um discurso contra o Ato Institucional 5.

Isso era uma ação armada, porque você corria risco de morte. Distribuir um panfleto, fazer um discurso em porta de fábrica, dizer aos operários que eles estavam sendo oprimidos pelo regime era um ato de luta armada, porque se não fôssemos armados podíamos ser mortos ou presos, e tínhamos o direito de resistir.

A sociedade resistiu de várias formas, inclusive pelas armas, legitimamente. Tenho orgulho de ter participado dessa luta. Muito orgulho. E fico muito triste quando ouço atos de lamentos e arrependimentos de quem teve a oportunidade de escrever essas páginas de heroísmo e hoje não sabe sequer reconhecer seu papel histórico. Todos tiveram participação.

A luta contra a ditadura foi uma luta múltipla, foi luta legal, que o próprio MDB se transformou num instrumento de luta, criado, o partido, criado para legitimar a ditadura e se transformou num instrumento de luta. Os exilados, aqueles que foram batalhar, tiveram seu papel. Aqueles que lutaram na legalidade, os advogados, setores da igreja, tiveram seu papel. A luta armada cumpriu também o seu papel.

E finalmente eu queria registrar algo sobre anistia. É muito engraçado, eu acho, esse debate que se faz sobre anistia no país. A anistia vale para militar, não vale para militar, é múltipla. Ao quebrar a ordem institucional, em 1964, a ditadura produziu uma legislação ilegítima até o seu último dia.

Eu não reconheço a anistia. Eu não fui anistiado, porque eu não pratiquei nenhum ato que reconheça aquela cambada que estava no poder, o direito de me anistiar. Me anistiar de quê? Eu não os anistiei. E a anistia fajuta que fizeram quando já não dava mais para segurar a ordem, e para tentar proteger, como protegeram até hoje, os torturadores, os criminosos, os vilões da história, isso não reconheço. Não reconheço a anistia, e acho que todo democrata, ao discutir anistia, deve repudiar, na base. Anistia de quê? Por um Congresso eleito ilegítimamente, sob legislação de exceção? Isso não tem valor, para mim, valor legal nenhum.

Anistia é apenas uma palavra, como soltura, que eu comemorei, é claro. Comemoramos todos os avanços. Comemorei quando não fui morto, comemorei quando passei a ser preso legalmente, comemorei quando fui solto, comemorei quando fui anistiado, comemorei claro, anistiado. Melhorou a minha situação. Mas não reconheço a legitimidade de nenhum desses atos. Todos foram ilegítimos a partir do dia 1º de abril de 1964.

Dito isso, vou falar um pouco sobre minha relação com o PCR, e com Manoel Lisboa. Eu não conheci Emmanuel Bezerra, conheci Amaro Luiz de Carvalho, mas sem ter tido a oportunidade de uma conversa com ele, conheci na prisão, visitando os presos políticos na Casa de Detenção do Recife, onde ele morreu. Não conheci Amaro Félix, e Manoel Aleixo vi uma vez, quando fui levar Manoel Lisboa para um encontro com ele. Não sabia com quem era, mas a noite caiu, eles foram se aproximando o suficiente para eu visualizar, e era uma figura inesquecível. Vi uma vez e jamais esquecerei. É uma figura, se você colocar a foto dele, é uma figura marcante. Era aquele ideal do realismo socialista, ideal vivo do realismo socialista, aquele operário camponês filho do povo, com energia, com força, com determinação. Era uma figura impressionante. E o meu amigo Manoel Lisboa.

Amizade estranha, eu digo num depoimento que dei ao PCR. Amizade estranha que nos unia, porque nos conhecemos, ele já na clandestinidade. Então, eu só vim saber que ele se chamava Manoel depois de saber, porque eu tinha apanhado tanto para dizer quem era Manoel, que todo mundo sabia que eu conhecia. Eu só não sabia que era Manoel, como não sabia que, sequer da existência de Selma, ou Ina. Apanhei muito para dizer quem era Selma, Ina, Manoel. Para mim eram abstrações. Eu podia até estar hoje na galeria dos mortos, morto por não ter o que dizer, não por heroísmo, nesse caso.

Manoel Lisboa era uma figura extraordinária, um desses seres humanos que vêm ao mundo para dignificar a nossa, vamos chamar de raça, a nossa espécie, a nossa categoria de humanos. Uma figura que eu já conheci na clandestinidade, como disse, com um poder de convencimento enorme. Ele conseguiu convencer tudo, menos a me fazer entrar no PCR. Eu era, como até hoje sou, amigo da organização, colaborador, participava de ações, mas não me considerava, e nem era militante. Eu era um aliado do PCR, embora de muita confiança, enfim, mútua.

Manoel tinha uma formação teórica extraordinária, era um argumentador fantástico, um homem capaz de sacrifícios sem igual. Ele passava fome para economizar os tostões de um almoço, ou caminhava quilômetros e quilômetros para poupar uma passagem de ônibus, porque achava que as finanças do partido, a propaganda, a expansão, o financiamento era o mais importante do que a condição dele de conforto.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Aí já posso interferir. Fala um pouco, quem era você, se você era estudante.

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Eu era estudante.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Como você conheceu, como que começou essa caminhada e esses cruzamentos?

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Perfeito. Eu era estudante da Faculdade de Direito, e na Faculdade de Direito nós desenvolvíamos um trabalho cultural que era no limite do tolerável. A gente fez um jornal, o jornal "Reflexo", e assumi o jornal. Quer dizer, ao assumir, vieram outras pessoas, que nem eram de esquerda, e criou-se um

movimento em torno do jornal "Reflexo", que virou uma referência no movimento estudantil.

Um dos membros do jornal "Reflexo", morto há um mês exatamente também, Leonardo Cavalcante, que merece todas as homenagens, meu nobre e armorial camarada d'armas, conhecia Manoel Lisboa, e na casa de Leonardo eu conheci Manoel Lisboa, já com o codinome. Chamava-se Zé. Era o galego Zé.

O galego, o Zé, não participava do movimento estudantil. Era Valmir Costa, que ainda hoje está vivo, mora em Alagoas, poderia estar aqui dando seu depoimento, mas se quisesse, ou se pudesse, enfim, fazia o trabalho estudantil, e era responsável pelo nosso recrutamento para o partido.

Como a gente tinha uma boa condição de vida, tanto Leonardo como eu trabalhávamos, dávamos aula e eu tinha um emprego público, a gente tinha, para o miserê total da época, a gente tinha boas condições financeiras.

Então, uma vez por semana a gente fazia um encontro, e nesse encontro acabávamos jantando, e aí, de vez em quando, Manoel aparecia, tanto para fiscalizar as atividades como para jantar. Ele, me perdoe a memória dele, Cajá, mas era um jantar certo que ele contava, pelo menos a cada 15 dias. Ele comia um bom galeto, era um bom devorador de galeto, posso dizer isso.

Então, desenvolvíamos esse trabalho. Nós fazíamos um trabalho legal na Faculdade de Direito, e paralelamente desenvolvíamos ações conjuntas de panfletagem, de pichação, de discurso em porta de fábrica.

Eu, como tinha uma condição, uma família, já me referi, uma família de boas condições financeiras, eu tinha um carro, que na época nenhum jovem tinha, era um Opala, que era um carro top de linha, e nem os filhos de usineiros iam para a Faculdade de Direito de Opala.

Por exemplo, Manoel Lisboa usava muito o meu Opala para fazer viagens, deslocamentos. A gente saía, ele de cabelo grande, eu com cabelo *black power*, quer dizer, a gente se deslocava de um estado para outro.

O SR. EDIVAL NUNES DA SILVA – CAJÁ – A polícia nem parava o carro.

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Para a polícia era um bando de playboy ali, fazendo farra. Passava bem, disfarçava bem. Era uma proteção.

Então, ele usava muito, frequentemente, esse recurso. "Companheiro, nesse fim de semana você vai fazer o quê?" Pronto, já sabia que tinha viagem para fazer, alguma coisa. Foi num deslocamento com esse que conheci Manoel Aleixo. Ele ia para a zona da mata, procuradíssimo, e ia no Opala, ia uma mulher, minha companheira, enfim, já dava outro aspecto, outra segurança.

Então, desenvolvemos uma amizade muito grande. Ele sabia onde eu morava, conhecia minha casa, conhecia minha vida. E juntos participamos da ação armada de expropriação da Base Aérea do Recife, que é frequentemente desconsiderada, mas que foi a mais importante ação militar contra a ditadura exercida no nordeste.

Alguém em busca de autocrítica poderia dizer que não deu em nada. Foi um assalto, levaram as armas, depois as armas foram recuperadas e zero a zero.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – A Comissão da Verdade tem uma outra embocadura. Fala o que aconteceu nessa ação armada.

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Alguém em busca de autocrítica poderia dizer. Antes de falar o que aconteceu, eu vou dizer o seguinte. Esqueci o que ia dizer, esqueci a sua pergunta. O que aconteceu na ação armada?

O papel da ação armada. Uma ação armada como essa teve uma repercussão inimaginável no nordeste inteiro. Essa repercussão não pode ser medida pelo efeito militar apenas, da ação. Ela vale como o fogo que mantinha aceso. As pessoas vinham a mim, contar, e depois de três semanas, a ação já tinha, com a ideia da limitação da ação, nós, eu dirigi um Fusca, e nós empreendemos a fuga num Fusca, muito espremidos pelos fuzis, mas na hora do aperto cabe todo mundo, fuzil e gente dentro do Fusca. Vocês não têm ideia de como cabe gente e fuzil dentro de um Fusca.

Mas, quando vinham contar para mim, eram caminhões, paióis inteiros expropriados. As pessoas vinham me contar: "rapaz, soubesse o que aconteceu? O comando"... Não foi um comando, foi um posto da Aeronáutica, que fazia parte do comando, integrado ao comando, mas não foi o núcleo. Era o como se fosse um arrastão que a gente tivesse feito na Base Aérea de Recife, levado até os caças. O entusiasmo.

O SR. EDIVAL NUNES DA SILVA – CAJÁ – Mas toda a guarda acabou terminando amarrada, presa lá.

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Sim. Essa ação revela a capacidade estratégica de Manoel Lisboa.

Foi de uma simplicidade tão grande, que o último, mais recente assalto a um quartel militar americano no Afeganistão bem sucedido foi feito usando exatamente a mesma estratégia que Manoel Lisboa concebeu para invadir a base da Aeronáutica. Exatamente. Fardas militares, carros que não chamassem a atenção, pessoas que circulassem com naturalidade, e a surpresa, o elemento surpresa. Com o elemento surpresa, oficiais do exército entrando numa base aérea, os guardas não sabiam o que fazer, se batiam continência, se apresentavam arma ou se exigiam documento, e na hora da troca da guarda, exatamente na hora da troca da guarda, onde os que estão saindo estão morrendo de sono e os que estão chegando também estão morrendo de sono. Quer dizer, naquele momento em que há um descuido geral. Estudado, eles entraram, dominaram a guarda, aprisionaram a guarda e expropriaram os armamentos. Expropriamos, porque participei dessa ação.

Para não pensarem que eu era um terrorista tão perigoso, a minha participação foi casual. Na verdade, no percurso para a ação, ocorreu um acidente com o carro do ex-vice-governador Jorge Gomes, atual vice-prefeito de Caruaru, que era dirigido pelo irmão dele, nosso companheiro, um herói, que presto minha homenagem, Juáres José Gomes. Esse eu vi esfolado no DOI-Codi resistindo heroicamente e pensei, dei por morto, e consegui ficar vivo.

Houve um acidente, e o acidente levou Juáres ao hospital. Ele conseguiu, apesar de gravemente ferido, abalroou com um ônibus, em alta velocidade, numa via preferencial, ele atravessou o sinal, no caminho para a ação, e foi atropelado por um ônibus. Gravemente ferido, conseguiu limpar o carro, deixou o carro em condições, e aí Manoel Lisboa foi à minha casa, e me colocou a seguinte situação: "companheiro, está acontecendo isso, os companheiros estão na rua, é uma ação que envolve outras pessoas, tem várias pessoas na rua cumprindo as suas tarefas, e o carro, que é o elemento fundamental para transportar armas, aconteceu isso. Nós temos o carro, não temos quem dirija. Quer dizer, alguém legal, em condições de chegar ao local. A escolha é sua".

A escolha vocês já sabem qual foi, não vou demorar contando. Fui, fizemos a ação, muito bem-sucedida. A coisa se espalhou depois de uma forma, como já contei, rastilho de pólvora, a cidade parou nesse dia. Primeiro a perplexidade, o antimarketing que os militares fizeram foi fechar todas as pontes. Fecharam com atraso, total atraso. Então, quando eles se mobilizaram, a surpresa era a guerrilha, parte do elemento

fundamental da surpresa. Surpresa, ela surpreendeu. E aí começou a fase de desestruturação do PCR.

A gente tem informações de que Fleury e outros falavam: "não é possível que uma merda de um partido desses esteja fazendo um negócio desses, um estrago desses no nordeste. Eu vou acabar com isso". E foi para lá e passou meses trabalhando. E esse trabalho foi bem-sucedido, no sentido de que Manoel Lisboa foi capturado, e outros membros da organização foram capturados também.

O PCR tinha uma norma, que delação é traição. Eu sempre discordei disso, Cajá também. Mesmo na época. Era uma das razões pelas quais eu não era militante. Eu tinha um conceito, que ainda hoje tenho, claro que tem limites para isso, mas eu considero que alguém sob tortura não pode ser considerado delator, salvo alguns casos, com as devidas exceções. Até nisso tem exceções.

Então, outros foram presos, "caíram", na nossa gríria, e aí desencadeou-se um dominó, que chegou até mim. No dia 29 de agosto eu já estava fora de casa há alguns dias, embora no domingo tenha apresentado um programa de televisão. Acho que é o único caso, talvez, de um cara procuradíssimo, estar na televisão apresentando um programa de horas, que era um campeonato de cidades, era um programa líder de audiência no domingo, quando ainda nem tinha Fantástico, o Fantástico ainda engatinhava, e eu apresentei o programa representando a minha cidade, Surubim. Passei horas lá com Chacrinha, com Pedro de Lara. E os caras vigiando a minha casa, vigiando a faculdade. Mas eu dormi na casa do meu cunhado, enfim.

Mas, é aquela história da coisa. Eu ia para o trabalho, entrava por uma porta, saía por outra, tomava aqueles cuidados, mas eu tinha uma vida legal, e não tinha articulação para a clandestinidade. Então, resolvi ir tocando a vida na medida do possível, e nessa "na medida do possível", tinha uma apostila para terminar, com um professor chamado Biu Vicente, muito ligado a D. Hélder, era um teólogo, então fomos lá para casa. Não tinha como dizer a ele que estava sendo procurado.

Não vou contar detalhes, mas, enfim, o vigia denunciou imediatamente minha chegada. Devia ter desconfiado, porque eu sequer consegui tirar o revólver do carro, que era um Fusca na época. Eu tinha baixado de padrão de vida, estava com um Fusquinha bem novinho, estalando de novo, e o revólver ficou naquela bolsa que tinha do lado, porque quando cheguei o vigia encostou. Doutor, o senhor nunca mais apareceu. O vigia com quem não tinha nenhuma aproximação. Eu devia ter desconfiado. Não

desconfiei. Subi, começamos a fazer a apostila, em pouco tempo bateram à porta, eu abri e era o DOI-Codi com arma na mão.

Fiz um pequeno teatro na porta de casa, para avisar. Tinha conhecidos no prédio, eu empreendi uma fuga, fiz uma demonstração, alguns aqui são testemunhas, viram como eu consegui me soltar, num golpe de caratê, de luta de autodefesa, como eu consegui me soltar do camarada que me carregava para o carro, fingindo ser um amigo. Botou o braço em torno do meu ombro, um cara forte, danado, e assim desceu parecendo que eram dois amigos a caminho de uma veraneio de luxo, para um passeio agradável.

E quando cheguei na rua dei o golpe, me livrei dele, gritei e corri. Não fui longe. Felizmente não me distanciei a ponto de levar um tiro. Fui agarrado mesmo, mas quando caí já vi os olhos das meninas, que chamo Mangabinhas, que eram filha do Sr. Paulo Mangaba, que era de uma família amiga do meu avô, que morava no mesmo edifício. Quando vi a Mangabinha, pensei: pelo menos a minha família vai ficar sabendo.

No DOI-Codi a minha passagem não tem nada de maior, extraordinário, porque a minha ligação com o partido realmente era com Valmir Costa. Eles sabiam que eu tinha ligação com Valmir, sabiam que eu tinha encontro com Valmir. Isso eles sabiam, inclusive por delação de um, lamentável delação de um companheiro.

E a questão era o dia. Que dia vai ser? Então, inventei um dia, lá para frente, inventei um lugar diferente, segurei a história e fui torturado, sei lá, 10 horas, 12 horas, e depois não continuei sendo torturado, porque tinha um encontro na frente, para quê? Eles já sabiam que eu não tinha maior ligação.

Então, consegui livrar Valmir, e depois disso ainda sofri alguns castiguinhos, mas veja, a tortura, tinha uns torturadores brutais, aqueles que se deleitavam com a violência, que estupravam as mulheres, coisas desse tipo, mas os profissionais, os chamados profissionais, queriam a informação. Se aquele cara não podia dar informação, para que torturar? Estava tomando espaço de outro que tinha informação para dar.

Então, eu fui, relativamente, eu considero pouco torturado por conta dessas peculiaridades.

Numa dessas, num desses retornos de sessões de verificação, não de tortura, mas vindo da sala de tortura para a cela, não sei precisar o dia, o algoz que me conduzia, encapuzado, porque todo mundo andava de capuz, num determinado momento tirou o

meu capuz e meio que girou minha cabeça para a direita. Foi aí que eu vi Manoel Lisboa, nesse único momento.

Foi uma cena tão brutal, que eu confesso, e não tenho medo de confessar, que durante muitos anos eu me recusei a achar que tinha visto aquilo. Digo com lágrimas nos olhos. Aquilo não é possível, eu não vi, não era realidade. É uma coisa terrível, porque um ser humano não pode se encontrar, já vi boi fatiado, já vi fatiar bode, eu sou do interior, já vi matar porco, mas um ser humano não pode estar numa situação daquelas.

Deformado da cabeça aos pés. Eu vi, de relance. Sequer, tenho certeza, hoje eu tenho pela reminiscência, mas na hora não fiquei com certeza se ele estava tentando se arrastar ou sendo arrastado, mas era uma cela. Ele estava tentando se arrastar. Uma visão de relance, não durou mais que esse tempo, para ver que ele estava absolutamente retalhado.

Não posso falar de ossos quebrados, mas posso falar de pés absolutamente descarnados, mãos absolutamente descarnadas, rosto absolutamente deformado, ventre aberto. Não posso precisar em que profundidade. O ventre estava aberto, deu para ver perfeitamente nesse relance.

Então, uma pessoa, não sei precisar o dia, mas foi entre o fim de agosto e o começo de setembro, provavelmente 1973, completa 40 anos esta semana, no dia 04 completou 40 anos da morte. Então, foi entre o dia 29 e o dia 04. Eu não posso precisar o dia porque não estava contando os dias. Aliás, ter ideia, no DOI-Codi do Recife do que era dia e noite...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você o viu, foi uma acareação, passou pela cela dele?

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Isso. Eu vinha sendo transportado, capuz na cabeça, e o cara conduzindo, eles pegavam o capuz e faziam até brincadeirinha de bater a cara na parede, essas coisas pequenas. Tinha uma curva, ele fazia a curva e não deixava você fazer e metia a cara na parede. Coisas desse tipo.

Então, o cara que estava me carregando tirou o meu capuz na passagem, era um corredor de celas, de um lado e do outro, eu estava no fundo.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – No DOI-Codi?

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – No DOI-Codi.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E o DOI-Codi funcionava onde?

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Na sede do 4º Exército do Recife, dentro, na sede do lado de dentro, internamente. Dentro do 4º Exército, onde funcionava o 4º Exército e o comando da 7ª Região Militar, e onde o comandante do 4º Exército, está aí no livro, eu disse, o comandante tinha ciência e noção absoluta do que se passava e o chefe da 2ª Seção coordenava as ações.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E aí?

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Aí eu vi Manoel Lisboa porque o algoz fez questão que eu visse. Tirou o meu capuz para eu ver, única e exclusivamente. Passou, botou o capuz de novo e fui embora.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Ele estava dentro de uma cela?

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Dentro de uma cela, deitado, em posição de lado. Como vi a barriga aberta? Ele meio que buscava, foi um relance.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Barriga aberta é um corte?

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Um corte na barriga. Os pés, deu para ver que ele não conseguiria pisar, porque ele estava com os pés para cima, numa posição irrepetível. Eu, se fosse artista, tentaria, passaria o resto da minha vida tentando pintar aquela posição.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Ele estava sem roupa, de cueca?

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Sem roupa, totalmente.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Jogado em cima do colchão ou no chão?

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – No chão, no cimento.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – No cimento da cela?

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Cimento batido da cela. E por isso que ele procurava aquela posição. Eu nunca vi um ser humano numa posição daquelas, buscando dali, o rosto arrastando no chão, o braço tentando escorar. Eu vi as mãos descarnadas, e os pés levantados, e a barriga e o rosto absolutamente desfigurado.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT - Você lembra mais ou menos o tamanho do corte? Sei que foi muito rápido.

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Era um corte grande. Era um corte que, naquele momento, não posso dizer que expunha vísceras, mas que era capaz. O corte em si.

Além do mais, uma figura ensanguentada, coberto de sangue. Isso que eu percebi foi muito, quer dizer, tudo isso num segundo, dois segundos, que o cara evidentemente tirou para eu ver, fez questão que eu visse, como se dissesse: "está vendo aí, filho da mãe, o que a gente faz?" Ou, enfim, um recado, dando um recado para que eu visse a situação em que se encontrava o meu líder, o meu chefe, meu amigo, enfim.

E posso dizer, Presidente, que aquele ser humano não tinha a menor condição de ficar em pé, quanto mais de participar, de calçar sapato. É uma brincadeira imaginar isso, apertar um cinturão para segurar uma calça. É uma brincadeira de mau gosto, segurar um revólver ou uma carteira ou qualquer coisa com aquelas mãos. É impossível. Não posso dizer que tivesse osso quebrado, não sei, mas as condições físicas não permitiam sequer que ele ficasse em pé, quanto mais que participasse de tiroteio. E estava agonizante.

Eu não posso garantir que ele faleceu no Recife. Não posso garantir, eu. Alguns companheiros, companheiras, ouviram os gritos e as ameaças finais, e a sentença final de um torturador que disse: "desse, vocês não vão ter mais nunca". "Desse que se foi, vocês não vão ter mais nunca".

Eu estou dando o meu testemunho, e meu testemunho é que aquele ser humano, no início do mês de setembro, não tinha condições de ficar em pé, de se deslocar, de exercer qualquer atividade normal, nenhuma condição.

Portanto, é absolutamente impossível que ele tenha participado de qualquer atividade, muito menos uma atividade militar, que levasse a tiros e mortes.

Posso dar um testemunho complementar importante. Manoel Lisboa conhecia muito da minha vida. Nenhuma informação que ele sabia de mim chegou aos conhecimentos dos órgãos de repressão. Nenhuma. Nada que ele soubesse que outros não soubessem. Nada dessas viagens foi mencionado. Nada foi mencionado. Nada da frequência, às vezes ele ia lá em casa descansar um pouco, ou fazer um lanche no fim de tarde, no começo da noite, nada disso foi mencionado.

Meu endereço não constava. Eles me localizaram via Faculdade de Direito. Aí localizaram a minha casa, mas não via partido. Quer dizer, o comportamento de Manoel Lisboa, ele cumpriu à risca o que ele dizia. Delação é traição.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Sem cortar a sua linha narrativa e a emoção, que é natural num tipo de depoimento desses, aqui no resumo do Manoel Lisboa você afirma sobre o tempo, e é importante esse seu depoimento, sobre o DOI-Codi, sobre o comando militar.

Mas, aqui no resumo, o pessoal diz que o Fleury foi para lá. Você, na hora que estava fazendo aquela introdução, tinha o Luiz Miranda e o Fleury. Então, queria só, para efeito documental, porque esses depoimentos têm efeito documental, então, fazer duas perguntas. Que dia você foi preso e conduzido ao DOI-Codi, quando você saiu do DOI-Codi, e quando a sua prisão é legalizada, e se você foi para presídio, se cumpriu pena ou não. E ainda, como é sobre o Manoel Lisboa, que você ainda nos dissesse como entra Luiz Miranda e Fleury nessa história.

E vi que você disse o seguinte, se o Manoel Lisboa estava jogado naquele chão, naquele dia, que jamais ele poderia pôr uma roupa, qualquer coisa, para se deslocar de lá. Isso está subentendido, está subjacente, que em algum momento eles disseram que

ele se locomoveu, foi para outro lugar. Então, queria que você fizesse essa reconstituição factual.

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Vou seguir a ordem. Eu fui preso no dia 29 de agosto de 1973. Manoel tinha sido preso no dia 16 de agosto.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você sabe como foi o processo de queda? Onde originou?

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – O processo de queda se originou, Cajá pode falar melhor sobre isso. Prefiro que ele fale sobre isso, porque ele tem mais informações. Mas, grosso modo, houve uma campana, digamos assim, e começaram a ser presas pessoas da base do PCR e aí eles foram entendendo o mecanismo de atuação do PCR, que se reunia muito nas ruas, nas praças. Manoel Lisboa era muito favorável de você não se esconder. Ele poderia fazer reunião na frente do Palácio do Governo, ia para lá, sentava, conversava no banco. Achava que era a melhor maneira de não chamar a atenção. E realmente era, de uma maneira eficaz.

Mas os caras mapearam isso, e começaram a seguir pessoas. Uma operária da fábrica da Torre estava sendo recrutada para o PCR, mas morava na casa da irmã, que era casada com um policial. E o policial desconfiou e passaram a seguir a moça e, simplificando, chegaram a Manoel Lisboa, num encontro com ela. E ele foi preso na Praça Fleming, no dia 16 de agosto.

Eu fui preso no dia 29 de agosto, então, ele já estava há 15 dias sob a mais violenta condição. Quer dizer, já estava na linha de agonizar.

Eu fiquei no DOI-Codi, com duas saídas para reconhecimento da família, por pressão da minha família, quer dizer, já narrei isso, a minha família fez uma pressão tão grande que duas vezes eles mostraram o sequestrado. Aquela história de "só pago o resgate se provar que está vivo". Então, eles duas vezes provaram que eu estava vivo. Já disse que deixaram péssima impressão, mas provaram. Vivo eu estava.

Fiquei no DOI-Codi até, não tenho 100% de certeza, se foi na véspera ou no próprio dia 05 de outubro, quando a minha prisão foi legalizada, no Dops. Fui levado para o Dops, e lá fui legalmente preso, e assinei, sob discreta coação, os depoimentos que já vieram prontos do DOI-Codi.

Como os depoimentos vieram prontos do DOI-Codi, é aquela história do rabo de fora, e como o cara nunca pensa que isso vai acontecer, em toda documentação está datado lá. Então, o meu sequestro é um sequestro absolutamente comprovado, documentado.

O depoimento, o meu "depoimento", no Dops começa assim, "depoimento do Sr. José Nivaldo, estudante, que foi apreendido por um órgão de segurança no dia 29 de agosto e nos entregue na data de tanto". Está lá documentado oficialmente o sequestro. Então, o meu sequestro é um sequestro documentado pelas autoridades, tanto DOI-Codi, pelos documentos que foram remetidos ao Dops, e de lá para o Arquivo Público, quanto pelos próprios documentos do Dops que o camarada transcreveu. Como esse cabra já apareceu aqui? Apareceu aqui porque veio do órgão de segurança, de um órgão de segurança, onde foi preso, e aí vêm os depoimentos, dia 29, meu depoimento do dia 29, dia não sei quanto, dia não sei quanto. Porque foram acontecendo, não quero personalizar, porque foram acontecendo outras coisas, inclusive com relação a esse meu companheiro Leonardo, que era meu companheiro de Faculdade de Direito, e eu não envolvi nada, ninguém. Eu fiquei no PCR. E mais tarde Leonardo acabou caindo por conta do Rio Grande do Norte, da militância do Rio Grande do Norte, e foi uma coisa dantesca e absolutamente maluca, porque botaram ele na cela em frente da minha. E aí eu quase o matei, ele morreu há um mês exatamente hoje, no dia 06 de agosto. Ele nunca se recuperou totalmente dos traumas da tortura. Ele foi torturadíssimo e a culpa, em parte, foi minha, porque eu disse a ele: eu não falei de tu, não falei das coisas a gente. Segura que eu seguro. E ele segurou.

Só que ele estava já denunciado por outras ações que eu não tinha conhecimento, que ele tinha participado, denunciado por alguém e aí a dificuldade em admitir as coisas mais simples levou à concepção de que ele era um perigoso terrorista. Já tinha essa concepção. Ele era um intelectual brilhantíssimo, e aí ele, digamos, foi torturado fora da curva, para um militante de base, que nem militante era, um aliado, como eu.

Fleury e Luiz Miranda. Luiz Miranda, eu nunca conheci, nunca. Se ele passasse aqui, vivo, hoje, eu não reconheceria. Contam que ele foi me prender, estava entre os que me prenderam, e sequestraram. Estava entre os sequestradores. Biu Vicente inclusive disse que Miranda estava, mas eu não posso dizer que o reconheci.

Fleury eu reconheci. Me lembro muito bem de, no segundo dia que eu estava no DOI-Codi, ele com uma camisa listrada, por dentro da calça, com aquela barriga, chegou: "Finete" – que era meu nome de guerra – "levanta, filha da puta". Aí eu

levantei. "Vem aqui". Cheguei perto. "Olha para a minha cara. Está me conhecendo?" "Não, senhor". "Não está me conhecendo, filha da puta?" Falei: "não, senhor". Ele disse, eu não lembro o nome que ele disse: "eu sou o Dr. Barreto". Exatamente. "Eu sou o Dr. Barreto"

Aí fez algumas ameaças que não vou tentar repetir literalmente porque realmente naquela hora eu não estava preocupado em gravar palavras literais. Ele fazia questão de mostrar a cara. Ele era exibido. Era o único dos doutores, porque todos se chamavam doutores na tortura, são os professores de futebol hoje, os técnicos, e os doutores da tortura, que fez questão de mostrar a cara, se fazer reconhecer, como uma forma, não sei, de vaidade, de intimidação. As intenções, não sei. Eu sei que isso ele fez comigo e com muitos outros. Não digo com todos, porque não posso afirmar. Mas, com vários outros sim. Ele ia cela por cela, e de vez em quando ele fazia uma visitinha, passava.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – No Dops?

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – No DOI-Codi. No interior do 4º Exército, que também era frequentado pelo segundo da hierarquia da 2ª Seção do 4º Exército, que era o Major Heber, que era comandado por Curcio Neto. Eu nunca vi Curcio Neto no DOI-Codi. Apenas ele apresentou a meu pai as coisas apreendidas pelo DOI-Codi.

Com isso, eu queria apenas dizer, repetir o que disse, improvisando a entrevista que a moça fez aí. Manoel Lisboa era realmente um ser extraordinário. Morreu de uma forma que ninguém pode morrer. Ninguém pode morrer de uma forma mais dolorosa. Não foi um enforcamento, não foi uma crucificação. Foi algo muito pior.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Qual era o método de tortura que eles usavam lá?

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Comigo foi usado, basicamente, como eles tinham muita pressa, porque eu tinha uma informação que podia acontecer a qualquer momento, que era o encontro com Gomes, Valmir Costa, eles usaram choques elétricos, abundantemente, da língua ao pênis, enfim, em todas as partes do corpo, que eram, não sei dizer a violência, porque o chão estava molhado e quando acionavam eu era jogado e caía.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Com maquininha ou com televisão, tomada?

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Era, estava de capuz, porém, no fim do interrogatório eles tiraram o capuz e eu vi uma maquineta em cima da mesa, acho que era uma manivela. Acredito que era algo manual. Acredito, não sei. Tinha uma maquineta em cima da mesa.

O pau-de-arara. Eu não sofri, outros companheiros sofreram. Espancamento pelo corpo inteiro. No meu caso, com muito cuidado, porque como eu ia para a rua, o meu objetivo era eu ir para a rua, para quê? Para capturar o companheiro Gomes, com quem eu tinha um encontro, e eles sabiam. Então eu apanhava de toalha molhada nos rins, mas no rosto, por exemplo, não. Eles danificaram muito a minha língua, mas não meu rosto, porque o rosto, se eu fosse para o encontro numa situação daquelas, com uma cicatriz no rosto, ninguém ia se aproximar de mim. O corpo, sim. Mas, outros companheiros eu vi, posso testemunhar, cito novamente Juáres José Gomes, que foi a primeira pessoa, militante do PCR, dirigente do PCR na época.

Quando eu entrei no DOI-Codi, fui até o fim, depois a gente fica com ideia da geografia, encapuzado, quando ele tirou o capuz para eu entrar na cela, eu dei uma olhada de lado, e aí não foi liberalidade deles não, foi curiosidade minha, dei uma olhada e vi Juáres também esfolado. E tinha direito a colchão. Juáres estava num colchão, pútrido, mas era um colchão, porque ele estava esfolado de um jeito que não aguentava ficar no chão. Quer dizer, eles ainda tinham perspectiva que ele pudesse servir para alguma coisa, então preservavam ali o mínimo. Ele simplesmente não aguentava, era impossível ficar no cimento. Tinha direito a colchão. Foi o único colchão que vi no DOI-Codi, foi esse para acomodar Juáres. A situação de Manoel Lisboa era muito pior, porque não tinha colchão.

Então, pau-de-arara, estupro. A esposa de Leonardo foi presa com ele, desse meu amigo, e foi...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Como é o nome dela?

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Dionary Sarmiento da Silva. Mora hoje no Espírito Santo. É uma coisa que, você falar uma coisa dessas, eu nunca falei isso, porque não sei como a pessoa reage com a notícia de uma coisa dessas, ouvir alguém

falar. Não, fulana foi estuprada. Mas, Dionary foi estuprada. Outras companheiras foram estupradas no DOI-Codi.

Companheiros foram violentados com cassetete no ânus, no pau-de-arara, repetidas vezes. Enfim, todas as formas de torturar foram utilizadas contra os militantes do PCR. Dos espancamentos leves, quando o cara chegava, passava, vem cá, como está teu dia hoje, e pum. Isso aconteceu comigo algumas vezes, cumprimentado com um bom dia, para nada, só para abater o moral. Na verdade ali não tinha nenhum objetivo, era abater o moral o mais possível.

Então, você ficava nu, no máximo, eu fiquei de cueca a maior parte do tempo, no chão de cimento, sem direito a nada. Depois da segunda visita que eu me vesti para ser visto pelos meus pais e minha mulher, eu conseguir reter um chinelo e passei uns oito dias, consegui reter o chinelo na cela e passei uns oito dias dormindo com o pino do chinelo enfiado na minha orelha, que era o único lugar para acomodar a cabeça, melhor que o cimento duro.

Então, essas circunstâncias. Um companheiro do partido enlouqueceu no dia 07 de setembro, enlouqueceu. Era Bartolomeu, não sei o sobrenome, era telegrafista da Vasp. Bartolomeu enlouqueceu. É uma coisa difícil, é a primeira vez que digo que Bartolomeu enlouqueceu.

Encontrei ele, anos depois, ele dirigindo um táxi, peguei o táxi, dava para ver que ele estava controlado, com medicamento, claramente. Tivemos uma conversa bastante afável.

Mas dizer que o cara enlouqueceu, eu não me sinto no direito de chegar e dizer que fulano enlouqueceu. Mas ele enlouqueceu. Teve uma crise terrível de loucura, grito, automutilação, enfim, loucura, na cela ao lado da minha. Não vi, só ouvia. E aí foi realmente, recebeu um atendimento diferenciado, porque estava uma coisa que estava ruim até para o funcionamento do sistema.

Então, em termos de barbaridade, eu não gosto da palavra barbaridade porque os bárbaros não faziam isso, mas em termos de crueldades praticadas com o objetivo de abater o moral, ou de arrancar informações, o senhor pode dizer que nós tivemos do que era mais sofisticado os Estados Unidos conseguiram exportar, em termos de tecnologia, aliado ao acúmulo de cinco séculos, praticamente, de violência contra o povo, contra as classes mais baixas, contra os negros, contra os marginais, não no sentido da criminalidade, mas daqueles que se colocavam à margem da ordem estabelecida.

Então, havia a sofisticação de métodos extremamente avançados e a brutalidade das coisas mais primitivas, como palmatória nos pés e esfolamentos e coisas do tipo.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Muito obrigado.

O SR. – Manoel Lisboa de Moura.

PÚBLICO – Presente.

O SR. – Manoel Lisboa de Moura.

PÚBLICO – Presente.

O SR. – Quem matou?

PÚBLICO – O imperialismo.

O SR. – Quem matou?

PÚBLICO – O imperialismo.

O SR. – O que queremos?

PÚBLICO – Justiça.

O SR. – O que queremos?

PÚBLICO – Justiça.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Queria pedir cinco minutos de intervalo para a gente passar para os outros depoimentos.

* * *

A sessão é suspensa por cinco minutos.

* * *

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Não é piada, mas não contribui.

Estava contando um caso de Manoel Lisboa. Lá vai o cara discutindo, porque o socialismo está muito longe. Ele diz: "companheiro, você imagine na construção das pirâmides, aí tinham dois trabalhadores daqueles da construção da pirâmide lado a lado, e um era socialista tentando convencer o outro do socialismo". Aí o outro dizia: "companheiro, esse negócio de socialismo está muito longe". Aí o consciente dizia: "companheiro, não está longe, não. Você veja, vem aí o escravismo, depois do escravismo vem o feudalismo, depois do feudalismo vem o mercantilismo, depois do mercantilismo vem o capitalismo e depois do capitalismo vem o socialismo. Então, não está longe". O cara lá na pirâmide.

"Companheiro, nós já passamos pelo escravismo, já passamos pelo feudalismo, já passamos pelo mercantilismo, já estamos no capitalismo, um terço do mundo é socialista, e você está achando longe, companheiro?" (Palmas.)

Ele usava muito dessas parábolas. Ele gostava muito dessas parábolas de convencimento. O camarada ficou sem argumentos.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vamos voltar. O Martinelli está profundamente emocionado, e ele até quer dar uma palavrinha antes de retomar. Vamos retomar e aí o Martinelli dá uma palavra.

O SR. RAPHAEL MARTINELLI – Meus companheiros e companheiras, juventude do PCR, presentes, eu ia fazer uma pergunta ao companheiro que está fazendo o depoimento. O problema, nós todos temos informações concretas da ditadura, principalmente em Pernambuco.

Eu costumo dizer nas minhas palestras que foi um dos estados mais reacionários e mais violentos, principalmente na área do campo. Porque o campo, vamos dizer que a grande porcentagem do campo não pegou DOI-Codi, não pegou essas áreas. Eram mortos ali no campo mesmo, pelos coronéis, pelos latifundiários.

Eram mortos mesmo. Vai à casa do camponês e liquida, joga, enterra. Lá em Pernambuco nós temos essas informações.

Agora, politicamente, tenho de dizer ao Nivaldo, eu sou fundador da ALN, então com o PCR, naquele período, pelo menos, nosso, nós pensávamos iguais. Quando eu falei que no meu livro vou fazer alguma autocrítica, mas autocrítica de educação, não da luta armada. Certo?

Então, é isso que queria dizer aos companheiros, a importância que tem, às vezes, o depoimento de quem participou, principalmente para a juventude. Vocês estão vendo que era a juventude. Eu nem calculo a idade dele, devia ter uns 18, 19 anos, acho que naquela época, porque ainda está moço. Eu vou fazer 89 anos, então a diferença era grande. Eu era o velhinho da cadeia e eles eram os jovens.

Então, são coisas assim que a gente viu, para os companheiros, para os que estão vindo, o que significa a Comissão da Verdade. É esse entendimento, essas explicações, principalmente para a juventude.

E esse último depoimento dele, que foi tipo uma anedota, é isso mesmo. Nós não estamos naquela ainda da pirâmide. Nós já estamos dizendo que já passou, já passou, estamos aí, e temos de lutar para criar o socialismo mesmo, nessa luta que nós estamos partindo.

Então, eu só tenho de saudar a Comissão da Verdade de São Paulo, a colaboração dos companheiros, inclusive de outros estados, que vêm dizer aqui para nós paulistas como eles lutaram. A ação revolucionária, aquilo, que fique entre nós, não é uma autocrítica, mas esses atos que seriam revolucionários, de chegar no quartel e pegar armas, como Lamarca, sair com armamento, como nós fazíamos o trem pagador. São coisas de atos revolucionários que nós tínhamos consciência disso, de outros atos que a gente lutava, lutava para dizer que era revolucionário, mas às vezes a população não entendia que era revolucionário. Então, essas coisas a gente sempre teve a preocupação de fazer.

Para mim, vocês sabem disso, quem participou, quem é responsável, o seu depoimento arrepiava a gente que passou por isso. Nós passamos por isso que você está falando, e vendo o companheiro, estamos vivos. Outros companheiros foram mortos, mortos, não aguentaram as torturas, ou arrebutaram coisas por dentro.

Quer dizer, esses dias eu caí um tombo, até falei para o Adriano, tombo feio que eu caí, então a minha família disse, faz uns 10 dias, tombo feio, e a minha costela ficou meio arrebutada, mas eu falei, falaram para ir ao médico. Eu falei: fiquei um ano com as costelas quebradas, cortada, e curou sozinho, porque não tinha médico, não tinha nada. Agora eu caí um tombo e vocês querem que eu vá tirar chapa? Já está passando.

Então, essas coisas que a gente, ouvindo os companheiros, a juventude sabendo, dá o valor ao que significa a nossa luta, para melhorar as coisas, para nunca mais haver ditadura.

Nós estamos partindo, as Comissões da Verdade, e a de São Paulo está dando esse exemplo, está dando exemplo, ouvindo os filhos dos torturados, os filhos dos caras que morreram. Essa é a importância, o significado do que foi a luta, o que foi a luta conta a ditadura.

Então, isso é importante por quê? A gente está ficando velho, por isso falo para a juventude: olha o que significa a democracia e a ditadura. Nós estamos tentando, na área governamental, municipal, Adriano, que haja uma posição, vamos dizer, do próprio Governo, da própria democracia, de fazer, já no princípio da educação, das crianças, quer dizer, desde o começo saber o que é uma democracia, o que é ditadura, o que significa uma democracia e o que significa uma ditadura, quais são os prejuízos de uma ditadura.

Isso, para criar as crianças que vêm nascendo para dar valor, para combater qualquer tipo de ditadura que possa acontecer.

Então, eu já me satisfiz, porque eu ia fazer uma pergunta a ele. Como foi o DOI-Codi lá em Pernambuco, se tinha o problema dos camponeses? Porque em Pernambuco foi um massacre de camponeses. Essa é a pergunta que ia fazer. Obrigado, companheiros.

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Estou louco para passar a palavra ao companheiro Cajá, e vou responder rapidamente.

Na verdade, não tinha DOI-Codi para camponês, não. O camponês não tinha direito a DOI-Codi, não. Camponês era exterminado no campo. Inclusive, o caso de Manoel Aleixo, que não sei se a gente vai bater 100% na informação, a Comissão da Verdade de Pernambuco levantou, entre os documentos que comprovam, laudos inclusive que comprovam o assassinato dele, tem um documento interessantíssimo.

O delegado de uma cidade da zona da mata viu, soube e foi averiguar, de um massacre, que estavam massacrando um negro, um camponês negro. E ele foi investigar como delegado. Não estava no esquema dos órgãos de segurança. Como não deram acesso, destratarem, ele fez um ofício para os seus superiores querendo saber como agia, denunciando o fato, dizendo que estava acontecendo aquilo lá, e esse documento está nas mãos da Comissão da Verdade de Pernambuco.

Um documento da maior importância para o esclarecimento desse tipo de relação, que havia discriminação inclusive, porque o camponês, não tenho notícia de camponês no DOI-Codi, não. Camponês era tratado no campo mesmo, na caldeira da usina, cacete, e no fim, extermínio.

Tanto que, por exemplo, só recentemente, Amaro Félix Pereira foi recuperado por nós, pelo PCR. Desapareceu e a gente nem sabia da existência dele, tamanho o grau de sumiço que foi dado.

Cajá, por favor.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E agora o Galindo recuperou o Jeremias, que era daqui de Mogi das Cruzes, e morreu lá em Itambé.

Antes de passar a palavra ao Cajá, o livro que nós recebemos de presente aqui é o livro do professor José Nivaldo, do pai dele, José Nivaldo - pai, o pai do José Nivaldo, que chama "Pesadelo, Rememorando uma Prisão Política". Então, para efeito de documentar, é o livro do pai do José Nivaldo, ao qual ele se referiu, o pai contando.

Agora nós vamos receber um verdadeiro personagem vivo da história do Brasil, o companheiro Cajá. O Idibal Pivetta me ligou pela manhã, que ele foi avisado ontem e ele tinha uma viagem marcada e não vai poder, e amanhã vocês vão estar lá no Sábado Resistente, não é, Cajá? Continua lá, amanhã, às 14h, e vocês vão continuar lá.

Então, Raphael Martinelli, vou dizer uma coisa. Você já viveu quase 100 anos, de exemplo.

O SR. EDIVAL NUNES DA SILVA – CAJÁ – Boa-tarde companheiros e companheiras, companheira Amelinha, companheiro Wanderson, Fernando, Sérgio, Adriano, Martinelli e a companheira Vivian.

Eu tenho certeza que a história de São Paulo e do Brasil haverá de reconhecer essa insistência do Deputado Adriano Diogo em convencer seus pares, seus companheiros dentro desta Assembleia, bastante conservadora, a criar esta Comissão da Verdade, da memória, de São Paulo, "Rubens Paiva".

E essa insistência com esse tema é muito justa. Ele esteve recentemente em Pernambuco, e eu creio que é importante que esta Comissão se pudesse se deslocar às grandes cidades do interior de São Paulo, porque foram palco de tremendas violações de direitos humanos, que é o caso da irmã, mãe Maurina, da cidade de Ribeirão, e outros tantos, e esta Comissão precisa sensibilizar a população do Estado de São Paulo, e esse

trabalho haverá de repercutir, tem repercutido, na Comissão Nacional, para que a gente não só possa recompor a história, esclarecer, jogar luz sobre esse período tão difícil, tão escuro, tão sombrio do nosso país, onde verdadeiros heróis do nosso povo, anonimamente, porque essas coisas dentro dos quartéis não vêm a público, não sai no jornal. Ao contrário, saía no jornal exatamente o contrário, eram apresentados como pessoas que traíam um ou outro companheiro, ou foram para o tiroteio, ou um caminhão passou por cima.

E usaram isso como tortura, dizendo "esses heróis, você pensa que você vai passar para a história como herói? Você está equivocado, está enganado. Você passar para a história como traidor, porque os meios de comunicação são nossos e nós vamos passar a versão que nós queremos, e essa é a versão que vai ficar como sua". Para machucar, mais como forma de tortura, aqueles camaradas.

Então, somente o depoimento dos sobreviventes pode trazer à tona a força desses heróicos camaradas, que em condições absolutamente desiguais, enfrentaram aquele combate.

Não só esses do nosso partido, mas também outros companheiros heróicos, que enfrentaram, eu quero me referir aos que enfrentaram a sala de tortura, porque às vezes a morte em combate é muito simples, porque a gente já estava preparado para isso mesmo, e não sofre. Vamos para o tiroteio de rua, resolve em pouco tempo.

Agora, essa morte aos poucos, 10 dias dilacerando, quer dizer, ela é uma oportunidade que eles tinham, a cada instante, de poder obter uma confissão. E, por isso, o massacre era tão severo, porque eles achavam, em alguns casos conseguiam, mas teve casos que eles realmente quebraram a cara, e até ficaram espantados com a atitude altiva daqueles militantes.

Eu digo isso dos nossos, porque fui preso um tempo depois, e encontrei os mesmos torturadores. E encontrei, e como não puderam fazer tanto quanto fizeram com os outros comigo, ficaram muito indignados e desabafavam, espumavam de raiva, por conta da greve, que terminou, por isso só me torturaram três dias e depois de três dias a greve estourou na universidade, com 12 mil alunos em greve, e espalhou até o Paraná.

Dom Hélder Pontes, que vinha sem poder falar, não tinha acesso, pôde ser primeira página de jornal no dia seguinte, e eu vi eles espumando de raiva, narro adiante o relato dos companheiros, e isso dava certeza para nós, além da nossa comissão da verdade que o partido montou no período em que teve essas prisões. Nós tivemos cerca de 40 companheiros presos nesse período.

E os sobreviventes tinham de nos dar, a primeira coisa era fazer contato na prisão, e logo após, ao sair, dar dados para ter certeza de quem realmente, quer dizer, foi conseqüente até o final, quem colaborou, quem era quem, para saber se retornava para o partido. Porque o PCR tinha suas normas, e quem realmente tivesse delatado, quer dizer, fez com que algum outro companheiro fosse preso, não podia retornar ao PCR. Então, era expulso, mesmo na prisão.

Esse que ele falou, que o nome de guerra era (Inaudível), que era da direção, era um paraibano, ainda hoje está vivo, vivo-morto, para nós, o José Nilson, foi expulso na prisão, apesar de ter mandado uma carta com 20 páginas. Mais uma prova da sua irresponsabilidade, dizendo que realmente se surpreendeu consigo próprio e queria continuar a militância, mas reconhecia que tinha rastejado, tinha dado as informações tais e tais. E, evidentemente, foi expulso do partido.

Não temos como deixar de ver diferente. Quem tem a responsabilidade de organizar um partido, para fazer uma revolução, evidentemente que tem, e tem a coerência de assumir o custo disso, a qualquer hora, então não tem por que vacilar sobre essas normas, e entre outras tantas, que são necessárias. Ninguém veio dizer que o Vietnam venceria aquela guerra se não tivesse a determinação de cada um que foi capturado, de reagir e defender, como se estivesse vivo. É uma nova trincheira. O presídio é uma trincheira, a cela é uma trincheira. A sala é outra trincheira.

A Argélia não teria vencido, porque os métodos de tortura eram os mesmos, aliás, os praticados aqui vinham dessa experiência. Aliás, vinha de mais longe, desde a época da inquisição. Os negros, que ele citou, foram objeto dessa experimentação das torturas, os indígenas que resistiram, que se rebelavam, também foram objeto, e vinha a experiência da resistência na inquisição, que não eram poucos.

Há, inclusive, um livro aqui no Brasil, já tive acesso a ele, que são os métodos de tortura da inquisição. Não chamam de tortura, mas métodos de interrogatório da inquisição, e tem as figuras, os desenhos de como praticava a tortura naquele período, e são coisas de dar inveja nos dias de hoje.

Feita essa introdução, eu acho muito oportuna esta convocação da Comissão “Rubens Paiva”, por dois motivos. A primeira é porque, depois de um certo período, se estabeleceu uma conexão, nos órgãos de repressão de São Paulo com Pernambuco, bastante visível, e nosso partido foi objeto da experiência dessa conexão. E acho que outros também, não fomos só nós. Mas, como sobrevivente daquele período, daqueles porões de tortura, nós temos de exigir a investigação das responsabilidades de todas

essas conexões, nacionais, internacionais, como a Operação Condor, e a Operação Bandeirantes, já no seu começo, antes de ser DOI-Codi, já tinha essas pretensões. São Paulo tem o maior PIB do país, a maior economia do país, maior quantidade de Ministros do país, então eles também acharam que tinha de ter, hegemonizar o processo de controle da repressão, porque tinham mais experiência que os outros.

E não foi à toa que foram valorizar tanto um chefe do esquadrão da morte, como Fleury. Precisavam dele, e o promoveram.

E eu vou colocar pelo menos, queria colocar três situações, depois uma delas é a minha também, como fui, quer dizer, mesmo sendo um preso de Pernambuco, interrogado por policiais de São Paulo, e quase capturado, dois ou três anos antes aqui. Se fosse, se acontecesse, eu não teria sobrevivido, porque era outro período.

Então, em 1969, quando o companheiro Amaro Luiz de Carvalho foi preso, em Palmares, que era uma das bases importantes do trabalho do PCR, era a capital da Zona Canavieira, havia quatro usinas nessa cidade, e o partido tinha um aparelho no campo, chamado Sítio Borboleta, dentro do Engenho Constituinte. Então, arrendou, a gente não chegou a comprar, arrendou esse terreno, um sítio, do tamanho de uma família poder sobreviver com ele, com o seu plantio, e ali instalou o aparelho do partido para ser uma base de operação do partido nessa área.

O partido tinha, dentro da sua estratégia, estava definido que a Zona Canavieira do nordeste, pegando Pernambuco, Alagoas, Paraíba, que tinha cerca de 300 mil trabalhadores na época da fundação do partido, era o ABC do nordeste, era a mesma quantidade de trabalhadores, assalariados, um proletariado agroindustrial açucareiro, não eram posseiros, não eram proprietários, são assalariados, em toda essa extensão do litoral chamada Zona Canavieira, e que muitas vezes passou a fazer dissídio coletivo inclusive unificado por parte das classes dos donos, para facilitar o trabalho deles. Fazia em Pernambuco e estendia para os outros estados.

E o partido, então, enxergou nessa massa de trabalhadores, escravizada, literalmente, o potencial revolucionário que ela tinha. E recrutou, já na sua formação, vários ex-líderes, ex-dirigentes das ligas camponesas, que se transformaram em dirigentes do partido, e foram, aos poucos, Manoel, fazendo um trabalho de formação política-ideológica, porque os quadros mais experientes, como Manoel Lisboa, Ricardo Zarattini, a Selma Bandeira, que era médica, o Valmir Costa, que era um veterinário, está vivo, esse não morreu, e entre outros companheiros que se dedicaram ao trabalho,

não só de organizar o partido, mas de formar os quadros, e educá-los para enfrentar o pior, mesmo que ele não viesse. Mesmo que ele não viesse.

E então, tinha o aparelho urbano e tinha esse aparelho rural. Então o companheiro da cidade que ia se entrosar com o campo precisa se mimetizar com o homem do campo, viver na palha da cana, trabalhar na cana, cultivar a cana, e ter as mãos calejadas, superar aquelas mãozinhas finas. E o corte da cana, o pelo que ela tem, dá uma característica essencial para definir quem é um homem da cana e quem é um homem urbano.

Então, os companheiros passavam por esse processo, para poder se adaptar melhor, para poder falar numa assembleia de usina ou dos engenhos, que eram muitos, nas preparações das campanhas salariais, e não ser tão identificado muito rapidamente, porque senão eliminavam muito facilmente, como Jeremias, como foi o caso do Jeremias.

O Jeremias era um estudante aqui de São Paulo, do PORT, Partido Operário Revolucionário Trotskista, e construiu o PORT, já tinha outras pessoas ligadas a ele lá, e foi se dedicar a esse trabalho no campo. E lá, em pouco tempo, ele foi identificado e trucidado, ainda em 1963, antes do golpe militar, ainda no Governo de Arraes, no engenho de Itambé, uma cidade divisória com a Paraíba. E o dono do engenho, da usina e do engenho, que era um só, pode ser diferente, era nada mais, nada menos, que o avô desse Ministro das Cidades, que é de João Pessoa, da Paraíba, de Campina Grande, como é o nome dele? Não sei o que Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Aguinaldo Ribeiro.

O SR. EDIVAL NUNES DA SILVA – CAJÁ – Então, o Aguinaldo Ribeiro Veloso, o avô dele, foi um dos que deu ordem para matar o Jeremias.

Quer dizer, essa gente continua no Governo, é gente que continua mandando, tendo controle dos principais créditos que vai para o nordeste, que chegam para a seca, para os engenhos, porque as águas do São Francisco não passam em pequenas propriedades, passa nas largas propriedades dos capitalistas rurais, dos donos do agronegócio.

Então, eles continuam, quer dizer, com esse controle da situação. E se nós não denunciarmos esses crimes, identificar quem são os criminosos, qual a origem, os elementos precedentes a isso, o que gerou isso, a gente vai achar que é um bocado de

malucos, indignados, que não gostavam de comunista e começaram a matar gente. Mas, não se trata disso. Se trata de um processo reacionário em curso no mundo e nosso país.

E tomou-se a decisão de que era uma questão fundamental controlar a nossa economia, como era controlar o Estado Brasileiro. E não era interessante para a CIA, para o Pentágono, para os monopólios norte-americanos ter um governo como Jango, que tomava posições concretas, por exemplo, em limitar remessas de lucros para os Estados Unidos.

Quer dizer, que tem um governo que conseguiu fazer uma reforma agrária, mesmo que pouca, mas mais do que esses 12 anos fizeram, que foi, onde tivesse uma benfeitoria do Estado em estradas, açude, essa região teria de ficar para reforma agrária. Era feita reforma agrária nessas áreas, seria importante, não nas propriedades dos ricos, mas quem fossem dos que lá moravam. Quer dizer, tomou a decisão sobre a questão do petróleo.

Então, tomou-se a decisão, lá, acharam por bem ter uma senha muito bem, veio uma carta do Kennedy pedindo ao João Goulart para apoiar a intervenção em Cuba, a derrubada do Governo cubano, por escrito, e o Goulart escreveu, assinou uma carta e mandou, remetendo, que se recusava a colaborar com a derrubada do Governo cubano porque o Brasil era defensor da autodeterminação dos povos, por isso não podia participar daquilo.

Então, eles começaram a trabalhar, diuturnamente, pela derrubada do Governo João Goulart, e que essa economia gigantesca, um país grande, enorme, que o Jango pensava crescer o mercado interno, numa reforma agrária, não pensava em ações de socializar os meios de produção, não era isso que ele pensava. Mas, portanto, a decisão de fazer milhões de escravos trabalhando para meia dúzia foi o que valeu para o golpe, para não permitir que esse desenvolvimento de massa, a consciência política, quer dizer, na juventude, dos camponeses, dos operários, prosseguisse.

Então, esse corte abrupto não foi uma coisa ocasional, nem foi uma coisa de mau humor, nem foi uma coisa, quer dizer, para entregar daqui a seis anos, como disse o Castelo Branco no discurso de posse dele. Mas, era uma coisa, exatamente, para dar um corte econômico, incorporar esse mercado interno ao mercado dos Estados Unidos, que havia dificuldade para isso, como se vê.

Então, Amaro é preso, retomando, e importante, tinha de prestar contas em Pernambuco. E ele veio para cá. A testemunha com quem ele veio algemado está viva, é o professor da Universidade Federal de Pernambuco, que então era um militante da AP

aqui em Pernambuco, chama-se Momesso, um professor do Centro de Artes da Universidade Federal, que fez um excelente livro sobre a biografia.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Como é o nome?

O SR. EDIVAL NUNES DA SILVA – CAJÁ – Momesso, Luiz Momesso. Ele fez uma biografia daquele velho militante maquinista, Carlos Duarte. Ele veio algemado com Amaro Luiz de Carvalho para São Paulo, e aqui, algemado, foi torturado novamente. Isso em 1969. Algemado, torturado dentro da Oban, dentro do antigo Dops, para falar sobre o PCR. E quem o torturou à mesa, quem estava à frente era o Fleury. E quem o defendeu foi o Idibal Pivetta, que nós conseguimos articular e foi o advogado dele aqui. E depois de um longo tempo aqui de tortura é devolvido para Pernambuco.

Ele tinha trabalhado clandestinamente aqui na CMTC, a companhia de transportes. Tinha sido motorista e depois cobrador de ônibus nessa empresa. Foi aqui que ele conseguiu chamar a atenção de Zarattini e convocado para fundar o partido lá, em 1966. Tinha chegado da China há pouco tempo, já tinha estado em Cuba.

E com essa vida clandestina, ele chegou, com Manoel Lisboa, com quem ele tinha uma ligação muito profunda, eram amigos de muitos anos, desde a época que estavam no PCB, juntos fundaram o PCdoB, e lá reorganizaram o PCdoB, em 1962, para em 1966 chegar ao desencanto com aquele partido, por achar que tinha os mesmos vícios das estruturas tradicionais, de alinhamento automático com tudo aquilo internacional que acontecia, sem nenhuma capacidade de crítica, e isso o preocupava muito.

Manoel era um militante que estudava muito. Como era um profissional dedicado, era dedicado a isso, era um revolucionário profissional, se dedicava ao estudo da obra "O Capital", e da realidade brasileira. Chegou a essa convicção, e por isso tomaram a decisão de fundar o Partido Comunista Revolucionário.

E Amaro era um quadro de experiência, um homem do campo, porque o avô, o bisavô, toda a geração dele vinha da escravatura do açúcar. Passou por todas as profissões, as categorias profissionais do campo. O cambiteiro, o cortador, que era um monte, e hoje já nem existe mais. E dentro da usina, pelas categorias profissionais dentro da usina. E depois de passar por tantas perseguições, preso em 1956, foi para Recife e lá tornou-se operário têxtil, também preso como operário têxtil, e em 1958 ele abre aquele famoso comércio, com Prestes, com Gregório Bezerra, com Pelópidas e

Miguel Arraes, que finalmente terminaram ganhando a eleição pela primeira vez lá, numa luta contra o João Cleofas, os segmentos mais atrasados da oligarquia. Isso está descrito na obra de Clodomir Moraes, que era um dos companheiros, era do partido, esteve agora recentemente lá com um companheiro no dia anterior a ele fazendo uma palestra sobre a construção da memória das ligas camponesas e da luta contra a ditadura no campo. Está com 85 anos.

E assim, quer dizer, com a sua experiência, em pouco tempo escreveu um livro, que para nós é muito caro, um livro chamado "As Quatro Contradições da Zona Canavieira de Pernambuco: o Movimento Camponês", é o subtítulo, mostrando porque deu certo o açúcar lá e em outros estados não deu. Era o cara, era um camponês. Deu certo porque Duarte Coelho, mandado para cá, tinha experiência na Índia e na África, com açúcar.

Então, mandaram um cara para cá. Por isso, sob o comando dele, seja escravo, seja negro ou seja indígena, tinham uma experiência larga em lidar com a questão do açúcar naquele período. Essa capitania prosperou porque pôde contar com uma pessoa que em pouco tempo passou a arrendar pedaços de terra antes que Portugal ordenasse para outros proprietários, outras pessoas que vinham de Portugal e etc.

Então, Amaro era um quadro que, vamos dizer assim, a morte dele para nós foi uma perda muito grande. Anos de experiência, o tempo que ele esteve em Cuba e o tempo que ele esteve na China foi suficiente para formá-lo, e perder qualquer ilusão de uma saída decente para o nosso povo, debaixo do capitalismo.

Então, era um quadro, e Manoel era um outro quadro, com essa capacidade que já foi aqui descrita pelos companheiros.

A própria Selma, que tinha esse nome de guerra de Ina, era uma companheira excelente, uma qualidade de agitadora, esteve presa naquele congresso da UNE aqui em Ibiúna. Uma excelente combatente. Era sua esposa, foi sua namorada desde os 16 anos e tinha uma história de amor tão bela quanto a história de militância dos dois.

Então, Amaro vem para cá, para ser torturado, e devolvido depois de um certo tempo bastante quebrado, maltratado fisicamente.

Na minha prisão, na prisão de Manoel, então é uma grande polêmica de alguns órgãos, porque a imprensa, geralmente quando ela termina o trabalho dela, uma das grandes questões da ditadura brasileira foi ela ter tido tempo de montar, de como ela ia se desfazer. A pressão na rua e como, que história vamos contar.

Então, a questão da lei da anistia, como fazer? Por que, o que é tradicional na anistia, mundialmente famoso? É você, a ditadura cai, o novo governo, que vai construir uma nova ordem é quem faz a anistia. Não é isso? Faz a anistia. Aquela famosa guerra do Peloponeso, que havia 15 ditadores se sucedendo, e instalaram aquela guerra que durou, quase acaba a população da Grécia, e no final cai, de tanto desgaste, esgotamento, e então inicia-se um processo democrático. É das primeiras vezes que se fala no mundo em anistia.

E o novo governo, que estabeleceu um plebiscito, uma consulta para fazer a lei, e entre elas a lei da anistia, então tomou a seguinte decisão. Todos que se rebelaram contra esses 15 reis, essas 15 pessoas que se sucederam, estão anistiados, menos eles.

Como é que você pode fazer uma anistia para quem não está apenado, para quem não é condenado? Ora, os ditadores eram elogiados, como defensores do Estado, como os homens que eram destacados, recebiam por serviços prestados, como a anistia podia ser para ele? Ele não pode ser anistiado, por esse governo não podia, porque eles eram figuras decisivas no Estado.

E o Estado, portanto, ao fazer um processo de uma lei que termina fazendo tanto imbróglio, que termina, quer dizer, no Congresso depois, passa por onde passa, submetida a esse mesmo jogo de pressão das classes dominantes, levar a essa impunidade de 49 anos.

Quarenta e nove anos, que o próprio golpe de 1964 tem de ser considerado um crime, um delito. Tem de ser apurado. São todos criminoso. Ou não?

Nós fomos criminosos políticos porque pegamos em armas para derrubar o Estado. O Estado que não era legítimo, não era justo. Mas fomos presos, fomos julgados pelas leis do estado ditatorial da época e tal.

Eles que deram um golpe de estado, numa legião democrática que vinha de 1946, não pode, não deve ser punido? Por quê? Eles interromperam um curso, uma lei, um curso democrático.

Eu não sou de direito, minha área não é essa, mas não precisa ser, para chegar à conclusão de que de Castelo Branco para cá, todos eles são sim criminosos. Cometeram um delito grave.

E em nenhum momento eles responderam por isso, porque já estavam acostumados a não responder pelo processo da escravatura, preferiram queimar os documentos, como fez Rui Barbosa, do que a apurar, do que trazer à tona. Já tinha se

passado mesmo, quer dizer, com o extermínio da população nativa nossa no início, de 1500. Então, é uma tradição de impunidade.

Então esse trabalho, que aparentemente é pequeno, que não tem lá tanta importância, eu acho de um valor imenso, imenso, porque ele vai, penso eu, como trabalho da anistia e do comitê da anistia, que eram só os parentes, a mãe, o irmão, a noiva, para depois, aos poucos, começar a sensibilizar os parlamentares, os sindicalistas, o movimento estudantil, e levar aonde levou. E toda grande mobilização, ter faixa pela anistia.

Então, se nós identificamos o conteúdo desse trabalho, as características do que foi o processo da ditadura e do trabalho revolucionário, e até mesmo da violência revolucionária, da luta armada, nós vamos ver quanto foi legítima, justa, correta, a nossa luta, armada, para não falar das demais. Até o direito canônico, que é um dos mais atrasados do mundo, diz que um povo ocupado tem o direito de se armar e resistir.

Então, nós estávamos ocupados sim. Foram golpeados os nossos espaços democráticos, e nós tínhamos de resistir a ele. É da natureza humana buscar a liberdade, ser livre. Nós tínhamos, era legítimíssimo, mais do que legítimo. E o faremos novamente se novamente forem golpeados os espaços democráticos constituídos. Tem de ter orgulho sim, como disse o companheiro José Nivaldo.

Mesmo não estando organizado, não sendo um militante, hoje é um próspero empresário no ramo de publicidade, uma empresa de sucesso no Estado de Pernambuco, com história aqui e no Rio, e não se ter orgulho, mas acho importante não é ele dizer, mas os fatos, ele se deslocar da sua atividade para vir para uma atividade como esta. Aqui ele nem vem ganhar dinheiro, nem contrato, nem cliente. Pode até perder, mas ele se dispõe a fazer isso. Já foi comigo a inúmeros lugares, João Pessoa, Maceió, na própria Federal, onde ele abandonou a próspera carreira de professor, para se dedicar ao trabalho na empresa de publicidade. E vai fazer essas denúncias, essas denúncias. Portanto, porque a causa não é só generosa, como justa.

Então, essas denúncias, esse trabalho vai prevalecer, vai se espalhar, vai sensibilizar a população, e nós vamos sim punir esses torturadores. Se não for neste Governo, pode ser mais para diante, mas nós vamos sim fazer com que eles e seus descendentes saibam que eles foram responsáveis por crimes de lesa-humanidade, sequestro, tortura, tudo isso que foi dito, com a gravidade, como disse o companheiro, foi cometido, e algo mais, e muito mais foi cometido.

Então, a pior das coisas é a mentira. Você vê um comportamento como esse de Manoel, heróico, porque esse negócio que ele falou eu já vi tantos depoimentos, os companheiros que chegaram a ver, porque a minha foi depois, ele era branco, tinha a pele branca, esses choques, depois você bota debaixo da vela, e como ele decidiu não entregar nada, a última reunião que eu tinha participado com ele, dizia: "companheiro, quando um companheiro é preso, vamos seguir as normas de segurança".

Nossas normas de segurança diziam, dizem, que se um companheiro for preso, você deve esvaziar o aparelho rapidamente, porque, apesar de recomendarmos que delação é traição, que ninguém pode delatar, deve delatar, mas pode ser que algum companheiro não suporte, e por isso deve fazer isso. Ele dizia: "façam no meu aparelho também. Mas façam por obrigação de fazer, porque eu não quero privilégio. Agora, eles não terão nenhuma informação minha. Cuspirei na cara deles, esmurrarei, para isso ser resolvido mais rápido".

E ele fez exatamente isso. Quando foi algemado no choque elétrico, que botaram a máquina perto do choque, ele mesmo amarrado pulou e foi em cima e quebrou a máquina, por duas vezes. Escarrava: "vocês são tudo covardes, vem para cima de mim um a um". Evidente que ele queria que resolvesse logo, porque "não vai ser como você quer. Você está pensando em resolver dessa maneira? Nós vamos ter muito tempo. Não é assim não".

Mas, a pior das torturas, eu creio, a pior das torturas eu creio que é essa, daqueles cinco tiros que ele levou, quatro para não matar, vai levando no tecido, outra aqui, interrogando e dizendo como vai ser morto, como é que vai ser anunciada a morte, e deixar claro que você vai ser informado que você é um traidor. Aquilo que você viu, quem viu o filme "Batismo de Sangue", sobre Frei Tito, que o sacana do torturador dizia o tempo todo: "você é um traidor da igreja".

Quer dizer, o cara está mais perto de estar sendo um cristão naquela hora do que os bispos, que estão se banquetando com os torturadores da América Latina e do Brasil. Ele está mais perto de Cristo, está sendo mais cristão naquela hora, que estava fazendo um ato revolucionário, com Marighella, ajudando a salvar uma pessoa, do que na hora que está celebrando uma missa hipocritamente.

E assim, o que fazia o torturador? Botava a cruz, eu vi isso na minha cela, na sala de tortura, um crucifixo. Quer dizer, cristão são eles, você é um anticristo, um traidor de cristo, para quem era religioso. Era o caso do Frei Tito.

Então, em todos esses massacres, queimavam, pegavam uma vela e ficavam queimando a pele de Manoel. Como era uma pele branca, ela ficou queimada, aquela pereba que você queima, mas com três ou quatro dias ela vai virando uma crosta, do próprio organismo, para poder eliminar a parte podre, que vai apodrecendo.

Mas, como todo o corpo estava apodrecendo, não tinha como aquela pereba, aquela casca, cair. Então, ele ficou com odor, ficou fedendo, realmente, podre, antes de morrer, durante muito tempo, e todos eles comentavam isso. Quando eu estive sendo torturado, o mesmo cara, um dos torturadores, que já disse o nome dele na reunião que você participou, não, que Erundina participou, o Gabriel Antonio Duarte Ribeiro, era dessa equipe de tortura, foi quem chefiou a equipe que me torturou, e durou pouco, ficou babando, porque eles achavam que o tempo, iam ter o tempo todo, e não tiveram.

Mas ele disse: "você sabe como foi que Manoel morreu, não sabe? Você sabe. Você sabe, porque fulano disse, porque beltrano disse e etc e etc. Então, você vai se lembrar de tudo que disse que não sabe, porque nós vamos fazer as mesmas coisas, e se você não recordar, você está dizendo que não sabe, não é? Então você vai para o mesmo lugar". Eu digo: "Vocês vão matar mais um inocente". "Inocente? Você vai ter tempo de saber se é inocente ou não".

Então, as coisas eram muito dessa forma, dessa maneira. Então, queimaram com vela, depois de passar por todas as servis, chegou a ser empalado o Manoel, ele não foi depor e em nenhuma delas ele vacilou ou manifestou qualquer possibilidade de vacilo, porque ele sabia da sentença de morte dele. Ele não tinha chance de escapar mais. Para ele, ele estava determinado que o partido tinha de prosseguir o trabalho, porque a parte dele encerrou naquela hora, e ele disse isso para Maria do Carmo, quando pôde falar. Para Maria do Carmo, que era uma companheira da fábrica Torre, que era uma das operárias da fábrica, do quadro do trabalho operário do partido.

Então, essa companheira ouviu muitos dos gritos da última noite dele lá, numa cela próxima da dele. E também foi muito torturada, porque na casa dela encontraram um fuzil, um daqueles fuzis que tinham sido desapropriados, foi encontrado na casa dela.

Ela não abriu nada, a casa dela, nem onde morava, mas os caras pegaram a bolsa, tão entretidos com ela, depois de dois, três dias pegaram a bolsa, foram olhar a bolsa dela, e na bolsa tinha o endereço novo. Ela estava morando há pouco tempo, tinha mudado há pouco tempo, e nessa casa dela, que era um aparelho também, tinha fuzil,

tinha farda, que o Silvinho, esse que depois veio a delatar, tinha deixado na casa, com um bilhete dizendo uma série de informação, que terminaram sendo úteis para eles.

E quando eles voltaram na casa, sem dizer para ela que tinham encontrado, já chegaram com um comportamento, o que tinham feito comigo, foi tudo quase nada, porque aí eles chegaram com a convicção de que era uma pessoa que era da direção.

Então, companheiros, a história de que Manoel foi morto aqui, a última cena deles, dessa canalhice, foi levar uma psicóloga daqui de São Paulo, do aparelho de segurança daqui, e chegou lá, entrevistou ele, foi na cela com ele e disse: "eu sei que você, a essa altura, deve estar pensando que sou da polícia. Eu não sou. Eu presto serviços à polícia. Eu sou uma psicóloga, quero conversar com você tentando salvar sua vida. Que você é herói, já ouvi tudo sobre você, você é e você sabe, você é o líder do partido, agora, você sabe que vai morrer. E líder morto, herói morto não faz revolução. E você tem a chance, não de sair agora, mas se você negociar comigo alguma coisa, alguma coisa, você poderá ficar preso 10, 12 anos, com uma anistia, quem sabe, e você poderá retomar o seu processo revolucionário".

Essa foi a última tentação, se a gente pode falar disso, para Manoel. E Manoel nada informou para ela, a não ser, ela disse: "como você não quer falar, eu só tenho dois dias aqui em Recife, vou deixar papel e lápis e você, se quiser escrever alguma coisa". Também, o estado dele não era, e ela o tempo todo com um lenço na mão, pela pessoa que me relatou, que estava com um lenço para não sentir o odor dele, da podridão do organismo dele, do apodrecimento do organismo dele, da pele.

Então, ele relatou, um documento de várias páginas, fez um libelo de defesa do socialismo, de denúncia do capitalismo, que as torturas não iam impedir que o socialismo floresceria no Brasil. Esse foi o documento que ele deixou para ela.

Então, de maneira que os caras ficaram efetivamente espantados com a atitude de Manoel, e depois se surpreendem com a de Emmanuel Bezerra, que teve a mesma atitude.

Emmanuel Bezerra, nem a casa onde ele morava, ele tinha um aparelho em Maceió, ele morava em Maceió na época, era assistente do Estado, em Maceió, foi capturado, foi torturado aqui em São Paulo, nem a cidade onde ele estava morando eles não souberam. O Emmanuel Bezerra. O DOI-Codi não soube onde ele estava, não só o aparelho, de onde era, ele não deu uma informação.

O que sabiam era que era filho do Rio Grande do Norte, era procurado e estava vindo ao encontro de um terrorista. Não deu uma informação.

Todos os órgãos genitais cortados, o colar da morte, umbigo puxado e cortado com tesoura. Tudo que foi possível fazer para doer foi feito com Emmanuel Bezerra, e ele não deu uma informação.

Não viu nenhum dos companheiros do partido. Quer dizer, aí montaram a farsa de que ele morreu num tiroteio. Não viu. Porque nós tínhamos 40 presos lá, boa parte do Rio Grande do Norte recrutada por ele, essa Maria do Carmo também era do Rio Grande do Norte, trabalhava com outro nome na fábrica Torre. Vários. Você deve ter conhecido o Pona, aquele outro que chegou há pouco tempo, Moisés. Tudo do Rio Grande do Norte.

Então, era interessante para os órgãos de segurança levar Emmanuel Bezerra para lá. Por que não? Lá tinha vários dirigentes, um dirigente que colaborou e estava preso, que estava colaborando, então, com esse aqui, quem sabe ele não pode colaborar mais, esse aqui não quebra a resistência? Não foi ao Rio Grande do Norte. Não tem como ele ter ido lá, e nós não soubéssemos por um. Só se tivessem morrido todos, mas não morreram todos, só morreram esses três. Fora ele, morreram mais dois naquela ocasião.

Então, dizer que ele foi preso em Recife, nas mesmas circunstâncias, é repetir uma cena não verdadeira.

Eu participei da reunião que despachou ele para o Chile e para a Argentina, cumprir uma missão. E o ponto marcado na volta era o dia 15 de setembro.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Como é que foi, Cajá? Recomponha essa história com calma. Vamos lá.

O SR. EDIVAL NUNES DA SILVA – CAJÁ – A história é a seguinte. Tínhamos contato para fazer no Chile, com o MIR. Tinha de encontrar companheiros exilados, entre eles o Zarattini, que estava na Argentina. Então, a viagem, era a segunda viagem que nós fazíamos.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Isso, quando? Começa do começo.

O SR. EDIVAL NUNES DA SILVA – CAJÁ – Agosto de 1973, começo de agosto. A viagem dele partiu no começo de agosto. E marcamos o ponto da volta...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Marcamos quem?

O SR. EDIVAL NUNES DA SILVA – CAJÁ – Em 15 de setembro.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Agora vai mais preciso.

O SR. EDIVAL NUNES DA SILVA – CAJÁ – A direção do partido marcou um encontro dele com Manoel Lisboa no dia 15 de setembro, em Recife. Era o retorno dele dessa viagem, naturalmente prestação de contas da viagem e o *assumimento* dele, da retomada do trabalho dele em Alagoas, voltar para lá, porque a sede nacional do partido era em Pernambuco.

Então, ele tinha esse encontro em 15 de agosto, 15 de setembro. No dia 05 de setembro saiu no jornal que ele estava morto, num tiroteio com Manoel Lisboa, na Vila Moema. Foi um teatro montado, totalmente mentiroso.

Para cá veio o irmão de Emmanuel, veio a mãe de Emmanuel, na Vila Moema, percorreu todos os barzinhos, não houve tiroteio nenhum. Não houve tiroteio. Podiam ter dado com bala de festim, e nem isso tiveram o trabalho de fazer. O irmão perdeu a farda porque foi exigir, antes do corpo dele estar morto, quer dizer, informação sobre ele. "Você pode perder a farda". "Que perca, eu quero meu irmão, quero saber de meu irmão, estou aqui com minha mãe".

Um capitão disciplinado, tudo nota 10, primeiro lugar na mão, foi colega do pai da Neuza, o Joaquim Cerveira, o Carlos, irmão do Manoel Lisboa. Está vivo ainda. São informações que a gente pode checar.

Foi para Santo Domingo, a pedido da ditadura. Foi um dos pedidos que Jango negou, pra fazer sobre Cuba, a ditadura serviu para ajudar a derrubar o Governo de Santo Domingo, porque lá tinha um governo progressista de João Bosco.

Então, foram vários oficiais do Brasil para a intervenção, derrubar o governo. Lá os brasileiros até hoje são mal vistos em Santo Domingo, na capital da República, em Santo Domingo, são mal vistos por conta dos espancamentos, agressão, esfolação de mulheres, que os brasileiros lá fizeram.

O irmão de Emmanuel, que foi para lá, ficou mal, ficou brigado com o irmão, o irmão Emmanuel na clandestinidade, mas foi, porque era capitão, era disciplinado, não podia desobedecer uma ordem. E foi.

E quando voltou, tempos depois, quando vai buscar o irmão, ele foi tratado dessa maneira, porque o irmão dele era um terrorista, ele não podia se interessar. "Já que você quer falar, vamos ser claros, seu irmão é um terrorista. Você quer, tem um pacto?". "Não tem pacto, eu quero vê-lo, saber dele, estou com minha mãe aqui". E aí mesmo ele foi jogado para a reserva.

Então quer dizer, por isso era importante a farsa de botar o sepultamento aqui, porque o tiroteio que morreu foi aqui, porque desviava a família, era mais longe, a família era de Alagoas, ficavam entre Alagoas e Pernambuco. Então, dificultava ao partido, dificultava à família, para poder ficar o lance, não ficar com tanta sede ali.

Então, a morte se deu lá, foi para lá, para saber lá. As pessoas têm de ir para lá. Por isso tem documento dele se dirigindo ao 2º Exército, para pelo menos saber onde era a cova. Botaram duas coroas de flores, porque disseram que ali estava Emmanuel e, Emmanuel, mas não tinham certeza se era, de fato, naquele local. A mãe fotografou.

E ela me relatou tudo isso, quando fui convencer, há pouco tempo, porque agora está morta, mas fomos convencer a fazer o traslado de Manoel, porque não foi feito logo de imediato porque ela não queria, a família não queria. Era uma família de militares, o pai era superior, um oficial superior da Aeronáutica, da Marinha, e não queria mais mexer com isso. Mexe com família, feridas abertas.

Mas, os companheiros aqui de São Paulo insistiam, da mesma maneira que Emmanuel Bezerra foi, podia ter sido ele, mas a mãe não queria, o irmão capitão não queria. Então, eu levei, de 1972, de 1992, que foi o período do traslado de Emmanuel, onde lá me encontrei com uma companheira, até 2003, que foi a data que a gente convenceu dona Iracilda a fazer o traslado de Emmanuel Bezerra, do Manoel Lisboa. Porque, nem sei se é verdade ou não, se foi aquilo, e nós fomos respondendo os argumentos, ela é uma matriarca, uma mulher muito forte, aquele tipo de mulher que manda na família, a matriarca ou o patriarcado, e lá a mãe que mandava, e o pai já tinha separado dela, tinha mudado para o Rio, ela chamou o pai de covarde, porque não veio para cá na época da prisão de Manoel, e ele morreu pouco tempo depois.

E brigou, ela brigou bastante. Mas agora já morreu, eu disse: "não é assim, dona Iracilda. Tem um valor muito grande trazer ele de volta para cá. Ele não está morto".

Aí ela mudou de tom e terminou assim: "meu filho, diga uma coisa, como que Manoelzinho se tornou comunista? Ele tinha tudo que precisava". Eles são donos da Ambev até hoje, da Ambev, de fornecimento de cana, grandes propriedades. Por que Manoelzinho se tornou comunista?

Eu disse: "a senhora sabe que ele é mais velho que eu, ele nasceu em 1944 e eu em 1950, mas, pelo que eu deduzo, Manoel era uma pessoa muito inteligente". Estava falando com o maior cuidado, para ver se convencia essa mulher, que ninguém tinha convencido até agora. E era uma pessoa muito inteligente, via antecipadamente, estava antecipada no seu tempo, e achava, acreditava que de fato o futuro da humanidade será coletivo, será o comunismo, será o socialismo. Então, ele estava apenas se antecipando no tempo.

Aí ela disse: "talvez tenha sido isso mesmo". Aí começou a contar fatos etc. "Um dia, com oito anos, esse menino, eu dei o dinheiro, como sempre dava, para a escola, para ele ir e voltar e ele chegou aqui 12h, vermelho, ele era branquinho, parecia uma (ininteligível), aquele pássaro, todo vermelho, com a camisa, e perguntei: por que você veio a pé, não lhe dei o dinheiro da passagem?". "Vim a pé do Atheneu para cá, do Liceu para cá". "E por que você veio a pé, não dei o dinheiro da passagem? Mas meu amigo não tinha o dinheiro e o meu dinheiro não dava para pagar dos dois, e eu vim com ele".

E ela foi contando vários atos desse naípe, e ela foi se conformando que ele tinha uma tendência, ia ser um comunista de fato, essas coisas. Eu digo que inclusive o Governador quer fazer um monumento aqui, tem um monumento já feito, na praça, e tinha sido feito para Caxias, e a família do Caxias não concordou em trasladar o corpo, preferiu deixar o corpo no Rio, e quer refazer isso e botar uma tocha acesa. Porque o Manoel, porque esse (ininteligível) tornou-se militante pelas mãos de Manoel, em Alagoas.

Ela falou "eu fico de acordo, mas com isso não, com isso não porque esse governo muda, e depois vem outro e fica no abandono. Se for verdade, eu vou ficar de acordo, mas quero ele no cemitério da família, quero ir rezar para ele todo domingo, quero visitar ele todos os domingos. Vamos ver se isso dá certo".

Então, a partir dali a gente começou a ter uma luz vermelha, eu, o neto dela, o sobrinho de Manoel, e até que ligamos para cá, para a companheira, para que a companheira, dos familiares, que tinha feito todo aquele movimento primeiro, retomasse essa movimentação.

E, aliás, não foi tão fácil. Foi depois que lançou um livro sobre ele no centro cultural de lá, com Fernando Lira, Mestre Albuquerque, um monte de gente, chamamos o rapaz para ver, e eu disse para ele, todo mundo elogiando o comunismo ele disse, de paletó e gravata, todo mundo simples lá, e ele disse: "meu tio era um homem correto".

Ele não disse que era comunista, mas como o povo diz que comunista é cabra errado, ele disse: "meu tio era um homem correto. Eu vim aqui para dizer que meu tio era um homem correto. Eu era menino, montava na perna dele e sei que ele era um homem correto".

Ninguém entendeu, mas eu entendi perfeitamente. Cinco anos depois ele me liga e diz: "Cajá, está de pé a proposta de trazer o homem?". "Que homem?", eu disse. "O Manoel, meu tio". "Claro que está. A sua avó concordou?". Ele disse: "eu vou sondar novamente, agora já está esquecido, e você vem aqui e a gente faz uma visita. Eu acho que é possível". Foi aí que deu essa possibilidade.

Quer dizer, todo esse trauma de publicar imagem diferente, morreu como traidor, é tudo para ver se conseguia, para encobrir esse heroísmo que esses companheiros tiveram, não apenas ele, repito, para encobrir e fazer com que a história não pudesse saber do gigante que foram aqueles homens.

Aquele companheiro que você uma vez me falou da morte dele, que era o Lincoln, ou Wesley, que tomava conta da gráfica do partido com você, (*Manifestação fora do microfone.*) passou por situações, pelo que ela me descreveu, muito parecidas.

Quer dizer, a grandeza desses homens, companheiros, nós só vamos ter a certeza dela se ela for recomposta, reconstruída pelos sobreviventes. Daí a importância desses depoimentos, dessas comissões.

Então, para mim, afasto qualquer possibilidade de Manoel ter vindo para cá. Veio morto, numa rede, numa estopa, e tanto que estava na cova, a estopa estava lá. Ninguém traz alguém enrolado numa estopa. E tiramos os restos mortais, está lá a estopa.

Outro detalhe. Passei o filme, e vocês viram aí, como que um nordestino, ainda mais um nordestino descolado, como era o caso dele, viria para São Paulo, de sandália alpargatas, mangas curtas? Quer dizer, qualquer nordestino que vem para cá vem sempre preparado. Ele não veio do jeito que estava ali. É só pegar as vestes dele e olhar. Importante é que a farsa não ficou completa. A história dele não está completa, porque para provar que ele estava aqui e veio para cá e estava aqui espontaneamente, e de repente veio e..., tem de contar outra história.

E a história de Emmanuel também não nos deixa dúvida. Aí a pergunta, e como chegaram a eles? Uma parte é essa que o companheiro deu, e vou colocar outra parte, que a gente não tem tempo, oportunidade de colocar como é que esses órgãos de segurança chegaram, apesar de toda essa segurança do partido.

Digo segurança, porque já tinham eliminado no sudeste as organizações revolucionárias, praticamente todas. Já tinham eliminado Lamarca, Marighella. Esses quadros mais importantes já tinham sido eliminados em 1973, não é isso, companheiro? Tinha eliminado.

Estava o PCR assaltando, buscando arma em quartel, fazendo panfletagem nas ruas, nas fábricas, comícios. Quando Marighella foi assassinado, a gente fez um comício na frente da maior fábrica de tecidos, com 15 mil operários, lá em Recife, na Macaxeira, que era o bairro Macaxeira, e Manoel foi o principal orador daquele comício. Foi feito um grupo armado, o GTA, um Grupo Tático Armado, para garantir o discurso dele e o panfleto que nós soltamos para divulgar como foi a morte de Marighella.

A mesma coisa tinha sido feita em 1966, com a morte do Che Guevara, que foi publicada no jornal do PCR, "A Luta", e foi feito um panfleto, e foi também a essa fábrica fazer a denúncia, quem era Guevara, por que mataram, um grande homem, e tudo mais.

Então, eles decidiram o seguinte, temos de acabar com PCR. E deixamos o corpo para lá, uma parte desse aparato. E fizeram duas coisas básicas. Onde o partido **(ininteligível)** em Alagoas nós tínhamos o DCE, isso não existia. E digo isso porque a gente percorria para ver onde tinha e só a gente tinha, tinha o DCE com a direção do partido. Não tinha mais nenhuma organização que tivesse dirigindo diretamente seus militantes com um DCE. O DCE de Alagoas, o FAO, o reitor era obrigado a prestar contas, em assembleia, dos gastos. Quer dizer que não tinha dinheiro para restaurante, mas descobriram que comiam camarão no restaurante da reitoria e quando prestaram contas ficavam desmoralizados.

E os sete DCEs, engenharia, medicina e tal, eles pegaram os principais diretórios, os presidentes dos DCEs, dos principais diretórios, pegaram sete pessoas numa noite, já perto dessa data que estou falando, agosto, mais ou menos, acho que junho ou julho, não estou seguro da data, e levaram para Recife. Levaram para a PE, que era o local mais caceteiro, e lá penduraram esses caras de cabeça para baixo. Foram interrogando daqui até lá, batendo, e nada informaram. Chegando lá penduraram numa linha e começou o interrogatório, que é completamente diferente esse interrogatório. E tudo jovem, 18, 20, 22 anos, em formação.

Manoel Aleixo, quer dizer.. e aí esses caras, pelo menos alguns deles, dois, deram informações importantes para eles. Mas não tinha como eles chegarem no PCR,

porque era muito estanzado. Mas as orientações vêm de onde? Vêm de Recife, mas praças tal e tal. Deram três ou quatro praças.

Por isso que essa companheira, essa fonte, essa operária que a Maria do Carmo recrutou, que era a Laura, que veio, nesse encontro ela não pôde vir, porque o chefe, ele era uma operária muito conceituada lá e o chefe da seção dizia: "olhe, do Carmo, hoje quero hora extra". Aí tinha de prolongar o serviço e aí ela não podia sair. Aí ela chegou perto da Laura, fez um mapa da fábrica, que era uma fábrica imensa, a fábrica Torre, um negócio imenso, não sei quantos quarteirões juntos, e ali deu um mapa para poder orientar Manoel, Manoel não, Galego, para orientar a panfletagem que nós vamos ter aqui.

Então, nessa panfletagem, me desconcentrei aqui porque acabo de ver minha filha, e não esperava essa surpresa, a Mariela. Seu nome foi colocado em homenagem a Marighella. (palmas.) Ela faz fisioterapia e está fazendo uma pós aqui e não sei por que ela apareceu aqui.

Então, quando a companheira sai com esse mapa, por isso que não acho que foi por aí que chegaram a Manoel, porque senão a praça não estava cheia de operário, de policiais. O Fleury foi quem armou a operação. Estava com uns 40 homens ali naquela praça.

Então, o que nós supomos, pelo que investigamos, pelo menos umas três ou quatro fábricas, praças, estavam plantadas naquele dia. Tinha esse caso dos companheiros que não suportaram a tortura em Maceió, e disseram que recebiam instrução, quem era o chefe, mas não sabiam, quando o cara não aguenta esse negócio termina dizendo o que sabe, e aí disseram que recebiam instrução com um homem assim, assim e assado e tal. Mas quem é esse cara? Não sei. O cara tem outro nome. Essa informação é importante.

Teve, no mesmo período atrás, uma panfletagem, o Médici tinha passado lá e o partido tinha feito uma panfletagem muito ofensiva. O Médici, o General Médici, Presidente da República, tinha feito lá, ia inaugurar uma obra em Recife, e aí o partido preparou um panfleto, e foi um panfleto, o primeiro, que tive uma ação mais, além do que um militante de base tinha. Então, nós fizemos várias ações importantes com esse panfleto. Chamava "Um Carrasco Pisou os Céus de Olinda". Era até romântico o título do nosso panfleto. "Um Carrasco Pisou os Céus de Olinda e Recife". Era um panfleto, uma folha ofício dobrada em quatro páginas, e vinha descrevendo os horrores que a

gente chamava, Garrastazu, "Carrascazu" Médici. O partido sempre dizia o "Carrascazu" Médici.

Aí esse panfleto foi largamente, em Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Recife, nas fábricas, em escolas, e como estavam nos perseguindo muito, a gente descobriu uma tecnologia diferente, que foi o panfleto bomba. Então, descobrimos uma forma, um panfleto, porque se ficasse entregando já estava preso, mesmo o grupo armado que a gente fazia, a gente viu que estava dando, os caras estavam chegando rápido, com muita rapidez.

Então, descobrimos essa tecnologia. Fazia uma bomba. Pegava uma lata de leite Ninho, pegava sacos de papel do "Bom Preço", que era papel, não plástico como é hoje, e fazia uma cruz, depois de colar eles um no outro, e fazia uma cruz de papel, com a lata de leite Ninho aqui, depois puxava a lata e ficava o formato, botava no fundo dela um compensado de madeira, para servir de fundo, uma camada de pólvora, criava um pavio no canto, com aquele alumínio de pasta dental, botava o pavio, para não queimar o papel antes do tempo, e enchia de panfleto dobradinho.

Cabia uns 200 a 250 panfletos em cada lata dessas. Lembro que soltei a minha na Conde da Boa Vista, onde tinha o Itaú e o Bradesco, com a Sete de Setembro, e ali foi fácil. Foi uma alegria muito grande para a gente, porque a gente se poupou, o risco ficou menor. Então, estavam aquelas 60, 80 pessoas esperando os ônibus, nós sentávamos ali naquela calçada, com aquelas sacolinhas de plástico do Bom Preço, acendia um cigarro, pronto.

Quem não fumava, nesse dia era obrigado a fumar. Acendia um cigarro. E como quem estava descansando, colava ali no pavio, que tinha um fósforo, e quando acendia você saía para o outro lado da rua, para apreciar, como dizia a música de Chico Buarque, apreciar o vendaval do outro lado, porque às vezes o pavio não ia até o final, não alcançava a pólvora e você tinha de ir buscar, para não perder a sacola.

O nosso medo era que alguém pegasse, então a gente ficava vigiando um pouco, a uma certa distância. E aí era um sucesso. Lembro que quando eu soltei a primeira, bum! Primeiro, chamou a atenção de todo mundo. Segundo, a chuva de panfletos. Todo mundo vai querer pegar aquela mensagem que, por uma bomba, vinha derramando lá de cima.

E com isso eles ficaram loucos. Foi aí que eles disseram: "que partidinho de merda é esse, só tem no nordeste e está querendo desmoralizar, assaltando quartel? Vamos resolver esse problema". Então, Fleury se deslocou e fizeram essa ação aí.

Na Paraíba, os companheiros, ao invés de fazer a bomba, sabe o que que eles fizeram? Insistiram em fazer manualmente. Então, as ordens eram que quatro horas encerra qualquer panfletagem, de fábrica etc., porque às quatro e meia, cinco horas, começa o movimento das Forças Armadas no quartel, soldado entrando e saindo.

Aí pegaram dois companheiros, inclusive armaram, e desobedeceram o horário e foram, prosseguiram a panfletagem.

Então, pegaram esses dois companheiros, eram secundaristas, mas muito jovens, um deles hoje é Deputado Estadual, lá na Paraíba, o Anísio, que tem um discurso dele nos jornais de ontem homenageando Manoel Lisboa, grande homem, aprendi tudo que sei com ele. É um desses.

Então, pegaram esses dois, levaram para o exército, para o Batalhão de Engenharia que tem lá em João Pessoa, e deram um cacete muito grande, e um deles, não foi o Anísio, foi o outro, que disse que pegava as instruções nas praças de Recife.

Então, pegaram a informação de Maceió, pegaram a informação de Recife, que as praças de Recife, e algumas delas, diziam, "eu acho que numa praça tal e tal". Então esse cara foi preso, os dois, e o que deu essa informação, depois conseguiu ter acesso a uma gilete e cortou o punho, tentou se suicidar lá, cortou o punho para, com a culpa de ter feito a informação. E ele tinha contato direto com Manoel, comigo, eu também o conhecia, e estive com ele.

Então, ele deu essa informação. O que eles fizeram? Até cartão de visita eles pegaram, tem essas praças, em Maceió, tem essa de João Pessoa, e tal. Por isso que a praça, na hora que ele estava sentado, ele ficou cerca de uns 15 minutos aguardando, andando, quando ele sentou, porque são 5 minutos de espera e tolerância máxima 15, e quando ela chegou, ele achou estranho o movimento. Engraxate pra caramba na praça, um caminhão descarregando Coca-Cola às sete da noite, num bar, e a Coca-Cola ficava perto desse local, e um caminhão entregando, cheio de funcionários em cima do caminhão, mas atrás das caixas estava tudo cheio de fuzil, e não se percebia.

Foi na hora, porque acharam que era ele. Na hora que chegou a companheira Laura, com esse bilhete, quando ele abriu o bilhete, namorado beija na boca, eles não se beijaram na boca, naturalmente, porque o partido tem suas, você não, disse que entraram com Manoel, para se fazer de namorada, mas também tem limite. Não dá para você posar que é casal e ficar nessa situação.

Então, beijou no rosto, entregou a carta, ele abriu a carta e começou a olhar a carta. Ele não terminou a carta, usava uma 45 e atirava muito bem, e a 45 era privativa

das Forças Armadas, não deu tempo de puxar, porque quando ele estava, naquilo passou um... Os casais de namorados eram tantos, que atrás dele sempre tinha gente passando, e um desses foi o que deu a gravata nele aqui, passando atrás, menos de meio metro atrás do banco, aquele banco de praça, está de costas, e passando as pessoas, transitando.

Então, ele foi capturado nessa situação. Quando ele botou a mão aqui, não deu, porque foram uns cinco, seis ou sete em cima dele. Botaram num carro diferente, uma Veraneio diferente, a menina, e ele noutro. A menina chegou lá maluca, ela enlouqueceu no dia seguinte. Não foi só o companheiro telegrafista que enlouqueceu. A Laura também enlouqueceu. Ela também enlouqueceu.

E começaram a torturar Manoel. O choque elétrico começou dentro dessa Veraneio, na Praça do Rosarinho, a Praça Ian Fleming. Ali começaram a torturá-lo. E a moça ficou espantada com tamanha violência, era uma militante operária nova, de pouco tempo no partido, mas já estava no partido e estava indo porque a outra não pôde ir.

No outro dia, a do Carmo é presa, e ela informou o que sabia. O que ela disse? No espancamento que ela teve, até chegar no outro dia, ela disse que era da fábrica Torre e que Maria do Carmo era dirigente dela, chefe de seção e chefe política dela. Ela informou isso. No outro dia botaram um aparato, capturaram Manoel dessa maneira.

Eu acho que é muito mais lógico explicar que para ter essa quantidade de homem, como alguém vai seguir? Porque está desconfiando que essa moça tem uns compromissos políticos, vamos seguir e botar 40 homens uma praça todo dia, ou naquele dia? Como sabiam? Ela não estava prevista a ir para essa praça, para esse encontro. Quem ia era do Carmo. A decisão de botar ela foi porque ela foi chamada para fazer hora extra e ela era chefe de seção.

Então, foi na hora que ela decidiu botar essa companheira para essa tarefa. Então, não tem como ter sido por ela que eles chegaram a Manoel naquela praça, e ter esse aparato inteiro.

Achamos, o que nós concluímos depois dessa parte, depois de todas as informações que fomos juntando pouco a pouco, é que por essas duas fontes de informações, vinda de João Pessoa e vinda de Alagoas, principalmente a de Alagoas, pois teve um rapaz lá que terminou depois sendo jornalista da Rádio Globo, da Rede Globo e tal, apresentador e tal, e ele ficou com trauma o resto da vida e terminou tendo como advogada essa Mércia Albuquerque.

Ela estava perto de morrer, estava com câncer, me chamou e me entregou a pasta dela. Eu disse isso para você, que ela me entregou três pastas, a de Emílson, a do Régis e a do Luciano Siqueira. "Eu vou morrer, não tenho muito tempo, estou com câncer e você sabe disso". Estou sabendo, mas você vai viver muito. "Não, não me iludo. Essas três pastas são para você, se algum desses três for figura importante, você tem como desmascará-los. Todos os três colaboraram".

E tenho até hoje essas pastas, não entreguei para a Comissão da Verdade. Estou com ela guardada lá, relativo a Luciano Siqueira, que era o chefe do PCdoB de Pernambuco, do Silvino, que era dirigente do nosso partido e hoje vive em João Pessoa, e terminou na Associação dos Anistiados. Até fui para a posse, e fiz meu discurso lá. E ele disse ser o chefe fundador da associação dos delatores. Aí ele daria um perfeito presidente.

Porque essas coisas também, uns até não falam mais, não sei se é o fato de eu ter continuado militante, não deixei de ser militante, não sei, ou talvez alguém pode ser mais generoso do que eu, não quero entrar no mérito disso, mas o fato é que eu sigo esses princípios e nós não vamos vencer sem eles, na nossa opinião.

Enquanto nós formos presos e nos sentirmos no direito de entregar os segredos da nossa organização, vão nos aniquilar, aniquilam qualquer organização. Porque eles já sabem que o segredo é esse, é pegar um cara e levar ele até a agonia final para ele dar uma informação.

O cara que teve, por exemplo, no final, depois desse meu processo, que teve esses momentos que falei, da greve etc., então o negócio ficou tão feio para eles que foram obrigados a mudar o presidente do inquérito, e tiraram o Galindo, da Polícia Federal, que era o chefe do inquérito, e trouxeram um chefe, um delegado especial de João Pessoa, chamado Paulo Sette Câmara, o mesmo que era Secretário de Segurança no Pará quando veio aquele banho de sangue de Carajás. Era o mesmo, premiado pelo Governador Almir Gabriel, do PSDB, que chamou ele, buscou ele não sei onde e tornou ele Secretário de Segurança Pública.

Foi bem esse Paulo Sette Câmara, quando chegou dez da noite, estou na minha cela, já estava de roupa, porque isso que ele falou, eram todos nós, sequestrados, quando chegam, tiram todas as roupas. Não é ficar de cueca, era nu. Fui torturado sem roupa nenhuma.

E depois começa a chegar o tempo e você recebe uma cueca, mais adiante pode receber outra peça, e vai dependendo do tempo.

Como houve essas manifestações, até o Papa mandou telegrama para o General Geisel, e para Dom Hélder, para que fosse poupada a minha vida, então isso terminou complicando a vida deles. Botaram um delegado especial para dizer que aí ia apurar as coisas.

Então, esse delegado especial, esse Paulo Sette Câmara, dez da noite chega um agente lá, eu já estava na cela: estão te "chamando lá em cima, vamos subir". Eu nunca penteei o cabelo e disse: não vou pentear cabelo. Meu cabelo era meio black. Falei que não ia pentear o cabeça. "Penteia o cabelo, porra, tu não está em hote"l. Não vou pentear cabelo, não tem lei que me obrigue a pentear o cabelo, nunca penteei o cabelo e não vou pentear. O cara ficou puto, foi lá fora, bateu na grade, fez aquele teatro, e depois chegou outro e disse:" bicho, vem assim mesmo". Está bom.

Quando chego lá, uma sala toda refrigerada etc. Senta aí. Ele disse: "eu sou Paulo Sette Câmara, estou me apresentando e você não precisa se apresentar não. Sei que você é subversivo, mas é subversivo famoso, apoiado pelos veados de saia lá em São Paulo e aqui em Pernambuco, então não querem que a gente leve até as últimas consequências. Não é porque você é melhor que os outros, mas porque não querem. É só por isso, porque o Geisel é um homem bom, mas é um tolo, está se enganando com vocês. O Geisel é um homem bom, eu respeito, mas está enganado, está equivocado sobre a tua situação". Então, em maio de 1978. "Eu vou te falar algumas coisas, se você quiser falar você fale, porque eu sou o novo chefe do inquérito. Se tu foi torturado ou não foi, eu não quero saber. Quero dizer que sob minha orientação você não será mais torturado. Agora, não pensa que é porque sou bobo, sou babaca, ou porque você é muito esperto. Não é por nada disso. É porque os homens se convenceram do discurso dos homens de saia aqui no Brasil. É só isso. Por quê? Porque nós já sabemos, tu és comunista, tu és de um partido comunista, é uma estrutura celular. Cada comunista tem de ser pelo menos com um, senão não é comunista. Ele tem de se reunir com outro. Então, um pelo menos tu tem de me entregar. Pelo menos um, e tu não é macho suficiente para ficar vivo e não me entregar. Então, eu vim resolver a parada com você. Mas não querem, eu vou fazer o quê. Agora, se vocês tomarem o poder e me chamarem". Vejam bem, eu gravei as palavras, não tem como eu ter arquivo nenhum sobre isso: "se vocês tomarem o poder e me contratarem para fazer a segurança do Partido Comunista Revolucionário, pegar os direitistas e fazer o que estou fazendo, eu faço. Eu sou profissional".

Esse cara, esse que está lá, ficou até pouco tempo na Secretaria de Segurança Pública. "Eu sou profissional, eu faço, porque sou profissional. E não estou equivocado. Portanto, eu estou querendo dizer a você que faria, e conseguiria, ou a informação, ou ao menos um comunista".

Essa foi a frieza desse novo chefe do inquérito. Eles, por exemplo, "vocês conhecem, vocês devem conhecer, você é universitário, como é que foi que os comunistas venceram na Argélia?" Ele fez um relato assim de 10 minutos. "Olha, a situação estava indo bem, o exército francês preparado, conhece, é superior mil vezes àquele exército de merda de comunistas da Argélia, mas começou a vir esse negócio de direitos humanos, tribunal internacional, não sei o quê, mas pelo menos um argelino tinha de entregar o outro. Era assim que começou, e começou a funcionar. Mas, depois que começou a dificultar esse problema, terminou entregando a Argélia para ser mais um país comunista. Foi isso. Por isso, isso é um grande arquivo. Respeito De Gaulle, um grande homem, grande presidente, mas o De Gaulle ali afrouxou, como o Geisel aqui está afrouxando. O Geisel está afrouxando. E para encerrar, minha última palavra com você, porque não sou de muitas conversas, sou de trabalhar e fazer as coisas, para encerrar, minha conversa com vocês do Partido Comunista Revolucionário, a minha briga com vocês, ou a briga nossa, dos órgãos de segurança que cuidam da sociedade, do bem estar, da segurança das pessoas, não se acaba nunca. Não tem problema, você agora foi poupado, acabou, está poupado, por ora. Mas, vocês vão voltar, vai ter anistia, vocês vão poder fazer a baderna e nós vamos ser chamados, e aí vou te encontrar mais graduado, no tabuleiro do xadrez da subversão você vai estar mais graduado, e aí nós vamos nos encontrar de novo, porque essa briga é como a do gato e rato, não se acaba nunca. Morre uma geração e vem a outra, e a gente vai estar lá. Vamos nos encontrar. Mas não fique pensando que fui bobo aqui, não. Só queria dizer isso. Quer dizer alguma coisa?".

Calado estava, calado fiquei, dizer o quê, com esse diálogo? Mas não fiquei chamando senhor para cá, senhor para lá, não dei uma informação, nem sobre mim e nem sobre meu partido. Conheci todos que sobreviveram e conheci os que foram presos.

Eu tinha um ponto com Manoel Aleixo, esse companheiro que ele falou aí tão bem dele, fiquei íntimo, porque era a expressão do Manoel Aleixo era essa, e eu estive um tempo, um ano atrás, na Dinamarca, numa reunião dos partidos, como o PACR, tem uma conferência internacional, chama-se CIPOML, Conferência de Partidos e Organizações Marxista/Leninista, e fiquei uns dois dias, fui conhecer alguns exilados

que se casaram e ficaram lá, e aí conheci uma companheira de Pernambuco, que era do PCBR e trabalhava no campo.

Aí ela disse, o PCBR era um partido de esquerda de Pernambuco, e nacional também. Aí Alice disse: "Rapaz, tu do PCR, vou confessar uma coisa. Eu não sou mais organizada, o PCBR se acabou e tal, mas nós tínhamos uma loucura para recrutar aquele negão, o Manoel Aleixo. Que negão para dar vontade de recrutar, porque eu passava as noites nos engenhos... " Porque nas noites de lua que nos engenhos dava para trabalhar, porque eles não eram iluminados. Só tinha luz na capital, na cidade mais próxima, na usina, e nos engenhos, nas noites de lua que a gente se encontrava, nos encontros, nas reuniões.

"Então, o negão, eu chegava lá, eu certa que estava fazendo um grande trabalho, estava lá o negão com uma assembleia de 60 camponeses lá, fazendo embolada, cocos, e dando conteúdo, mudando a letra do coco, falando da luta de classe, da exploração, da operação, da libertação. Então, enquanto eu ia com dois ou três ele passava de 30, 40, rapidamente. Por isso que ele pegou esse nome de Ventania, estava sempre recrutando, rápido".

E depois que mataram Amaro, que ele ficou como chefe do partido, no campo, Amaro Luiz de Carvalho, que era o principal companheiro do campo, ele disse assim, os companheiros dele: "rapaz, por que essa pressa, vamos terminar a reunião, vamos ficar por aqui". "Não. Mataram o Capivara e eu tenho de recrutar por mim e por ele. Tenho de recrutar por dois. Tenho pressa, companheiro, ainda quero ver a revolução. A revolução está madura, só faltam as armas e a turma está aí e vamos para frente. A luta agora é essa".

Então, estava com um ponto marcado com ele, essa queda do Manoel Aleixo foi no dia 26 de agosto de 1973, fazia as ligações. Então, em 16 de agosto cai Emmanuel. Esse aí foi preso no dia 29, Manoel Aleixo é preso, sequestrado da sua casa, da sua casa, não foi esse cara, esse mentiroso desse Cláudio Guerra, que disse que pegou um avião do Rio, pegou uma passagem, chegou, foi encontrar, apontaram quem era ele e foi lá e deu um tiro e matou o Manoel Aleixo.

Ele foi sequestrado da sua casa, às quatro e meia da manhã, por quatro homens armados, numa Veraneio verde, que, segundo a sua esposa, que era uma mulher analfabeta, do canavial, cortadora de cana, disse que era um carro verde, mas tão verde quanto as canas-de-açúcar, como o verde da cana.

E levaram ele, disseram que eram amigos dele, que não se preocupasse que ele voltava já.

Portanto, levaram para Recife, para o DOI-Codi, esse tempo, porque era dirigente, já tinha sido preso em 1969, quando Amaro tinha sido preso, já tinha sido preso.

Então, levaram para o DOI-Codi para a cadeira do dragão, tortura, empalamento, e o mataram em pouco tempo. No dia 29 ele já estava morto. Mataram ele dia 29. Sua cabeça, esse Nilson, que é um delator e não gosto muito de citar delator, porque ali ele disse sob coação, mas disse depois que saiu, disse que viu a cabeça de Manoel, os miolos batendo na parede. Bateram de cacete, porque, de tão indignados que um cara que não tinha curso acadêmico, não tinha, não conhecia o comunismo, e com aquela, não dar uma informação, de nenhum companheiro, então começaram a sair da sofisticação e pegaram um cassetete de madeira, grande, e começaram a bater na cabeça dele que os miolos estouravam na parede. Os miolos do cérebro, a parte mole do cérebro.

Isso, no dia 29, em dois dias fizeram isso com ele, em 1973. E anunciaram no jornal, no dia 30, só no dia 30. E eu tinha um ponto, cobrindo, não era eu, era um ponto compartilhado, na igreja de Ribeirão, na cidade de Ribeirão, menos de 100 quilômetros de Recife, Pernambuco, um local também de usina, tinha duas usinas importantes, e tinha um ponto com ele na igreja de Ribeirão, às nove da manhã, no primeiro banco, essa era o ponto, diante do altar.

Nós tínhamos dirigentes que podiam cobrir isso, que não estavam presos. Selma, Valmir Gomes, que você conhecia, aí eu já estava na direção do partido, nesse período, contra a minha vontade, resisti até onde pude, dizendo que era novo, que não estava preparado. "Companheiro, quem julga não é você, é a direção, quem está preparado e quem não está. Não é o coletivo que decide? Então, você vai acatar, ou vamos votar a decisão?". Argumentei, argumentei. "Você exatamente está me mostrando que tem condições. De todos os militantes nossos, você está com mais condições".

Eu tinha participado de ações com Manoel, a última ação mesmo que ele tinha participado, uns 15 dias antes, com ele comandando. Quem comandou foi Manoel.

"Se Valmir for cumprir esse ponto, Valmir está procurado, Selma argumentou, está procurado feito uma agulha num palheiro, eu mais ainda, então você é a pessoa mais adequada" – eu já tinha entrado há pouco tempo na direção – "para ir cobrir o ponto na igreja de Ribeirão. Estão aqui as armas, a munição, as armas não, o 38". "Está

bem, vamos cumprir a tarefa. Agora, pelo menos eu não volto, se eu cair, eu não caio, pelo menos um eu levo comigo".

E fui sem a certeza de voltar. Minha noiva, em algumas coisas que eu saía, a mãe da Mariela, eu informava para onde ia, outras eu não informava, porque se eu informasse e ela fosse capturada, por suspeita, sabiam que eu namorava com ela, poderia ter essa informação. Então, quanto menos informação, melhor. Estou saindo e volto mais tarde. E não dava para onde eu ia.

E saí, peguei o ônibus bem cedinho, no dia anterior recebi o revólver, as seis munições do tambor e mais seis à parte, esse era meu material bélico, para enfrentar, como eles fizeram na Praça Rosarinho, devia ter uns 40 nessa praça, caso Manoel tivesse falado, Manoel Aleixo tivesse falado.

Então, vou eu lá. A igreja fica num alto, você desce uns 50 batentes desse, fica lá em cima, embaixo é a feira da cidade. Era um sábado. Eu digo: vou trocar tiro em plena feira, todo mundo vai ficar sabendo. Mas, pode ser também que o negão tenha fechado a boca, não deu nenhuma informação, pode ser até que o negão não esteja preso. Porque o fato é que ele tinha perdido o ponto anterior, e tinha como repetir o ponto no dia certo, e ele já tinha perdido muitos pontos, então não podia perder mais um no campo.

Só que o Silvino sabia onde era a casa dele, o Silvino, esse que delatou. Foi ele que abriu o ponto, que foram buscar ele na casa dele.

Mas, havia uma confiança no negão muito grande, então eram os últimos cartuchos que nós tínhamos. Não vai Manoel, não vai o Valmir, não vai a Selma, mas vai o companheiro Amaro, Zeca, que eram os meus nomes. Então eu vou lá.

Então, quando eu chego na igreja, subo, nove em ponto, estou na hora, na hora exatamente. Primeiro, chega antes, como recomenda, pega mais de um ônibus, verifica a situação, o clima. Se o clima estivesse lotado, cheio de policiais ali, eu já não iria para o ponto. Mas, não. Feira normal, ambiente normal, igreja aberta, era um sábado, por isso foi marcado dentro da igreja, e sento lá no primeiro banco, fico lá, diante do altar.

Estava com uma sacolinha na mão, para não dar suspeita, uma sacolinha dessas que você usa para a feira, revólver na cintura carregado, mais um carregamento aqui. Se tiver tiroteio, estou num lugar sagrado e acho que eles vão respeitar.

Quando deu cinco minutos, não chegou ninguém, ele não chegou, segundo, dedução, ou foi preso, e não vai ter ninguém aqui, segunda ação, se falou e os caras respeitaram o interior da igreja, ele vai estar lá fora, na minha saída. Então, me preparei para ser na saída o confronto.

Saí com aquele frio na barriga, aquela carga assim, aquele impacto. Desci lá, rígido e com a mão aqui já para pegar o meu revólver. Desci a escada, sem fazer... fui descendo, não apareceu nada. Passei a feira, olhei ali, nada. Nasci aqui. Fomos para frente.

Mas até a hora, o medo não era tanto, porque não tinha publicado ainda. Não havia publicação. No dia seguinte sai no jornal: "Manoel Aleixo morto num tiroteio na cidade de Ribeirão". Onde era ponto. "Morto num tiroteio quando os órgãos de segurança foram dar voz de prisão". Deram o nome do soldado que atirou. Tenho o nome dele lá. Que atirou por não acatar, sacou a arma, e o agente da segurança então, numa autodefesa, em legítima defesa, sacou a arma primeiro, e lá ele morreu.

Uma farsa, porque não entregaram o corpo. Fomos à delegacia, nunca houve tiroteio naquele dia.

E, portanto, no dia que eu fui, que era o ponto, ele estava sendo torturado, ainda não estava morto morto, ainda não estava morto. Fiquei, dia 27, num sábado, 27 de agosto de 1973, esperando ele, e ele estava sendo torturado no DOI-Codi. Trincou os dentes, não deu uma informação, uma só informação.

Então, estou falando, insistindo nisso, porque era outra farsa que foi dita, que está no livro do Cláudio Guerra, que esse homem foi escalado para ir lá matá-lo, na cidade do Recife.

E a outra farsa do exército, que ele morreu num tiroteio. As duas são mentirosas. Isso é o que nós levantamos, e é real. A viúva foi testemunha do sequestro. E pior, quando estava saindo com ele, teve um problema no carro. Esse carro das Forças Armadas também quebram, não só os nossos. Quebrou, deu um problema no carro, aí foram para uma oficina, na cidade de Barreiros, que fica pertinho de Joaquim Nabuco, e lá na cidade de Barreiros só tem um mecânico, que por sorte, o mecânico era de esquerda, era um cara do MDB, e eu conheço o cara, um cara que a gente ajudava. Em alguns lugares o medo era tão grande que não havia uma pessoa e a gente tinha de bater, para organizar, para ir com Jarbas, ou Marcos Freire, ou com esse pessoal que organizou o MDB, o cara ia para a calçada, buzina. "Na minha casa não, porque vão chegar aqui e me prender". Então, era o medo.

De lá, era o Pedro Bezerra, esse dono da officinazinha, que ele tinha lá, o único que tinha na cidade, era um cara de esquerda, do MDB. Então, o que ele disse? "Chegou um carro do exército e tinha um cabra deitado no chão do carro, acorrentado, e pelo que

eu vi, eu conheço esse negão que está lá. Olhei dentro do carro". "O que está havendo? Está vendo alguma coisa?". "Não, não estou". Então, tem essa passagem.

Então, essas mentiras que foram, essas aleivosias que foram jogadas para lançar dúvidas, suspeitas, e desvalorizar a heroicidade assombrosa desses companheiros, que se confrontaram de forma profundamente desigual, mas heroica, nós temos de desmascará-los, e botar a verdade à frente.

E para encerrar, que já se alongou muito, eu vim aqui, em 1976, para um congresso que houve no interior de São Paulo, na cidade de Lins. Eu vou contar essa porque isso tem a ver com o processo, com a ligação de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – A Amelinha está pronta para depor, e são muitas horas, e você tinha de fazer o elo de ligação com o depoimento da Amelinha, que é o seguinte. Tudo que vocês estão falando ocorreu lá em Pernambuco. E, de repente, eles aparecem nos cemitérios aqui em São Paulo, que é o que a Amélia veio dizer.

O SR. EDIVAL NUNES DA SILVA – CAJÁ – E viu.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Então, você vai falar de 1976, que é da sua prisão?

O SR. EDIVAL NUNES DA SILVA – CAJÁ – A minha prisão, a relação como esses órgãos de segurança daqui de São Paulo tinham a ver, no caso da história do PCR, eles acompanharam e centralizaram.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Para o senhor organizar seu tempo, porque lógico que aqui não tem limite de tempo, mas só para você organizar, para a gente ter...

O SR. EDIVAL NUNES DA SILVA – CAJÁ – Então, uma coisa deslocada do outro, mas como estava sendo acompanhado, como eles monitoraram, esse DOI-Codi de São Paulo, várias situações no país, particularmente em Pernambuco, para 1976, quer dizer, como saí da prisão, vim ter anistia, saí antes da anistia, e o trabalho, me dediquei a reorganizar o partido.

Então, estava trabalhando, aliás, foi antes da minha prisão, em 1976 e minha prisão foi em 1978, antes da minha prisão, estava trabalhando na reorganização partidária, mas estava trabalhando na igreja, e fui chamado. Quando houve as primeiras prisões, o sequestro de Manoel, eu fui indicado pelo partido para ir falar com Dom Hélder. Eu não trabalhava na igreja nessa época. Tinha sido seminarista lá em Cajazeiras, me tornei comunista dentro da igreja, muita gente não sabe e ficam querendo provocar cizânia entre mim e alguns amigos meus da igreja, dizendo que fui lá infiltrado. Eu fui seminarista, minha mãe queria que eu fosse padre. Estão lá minhas fotos de batina, para quem quiser. De maneira que eu não fui infiltrado.

Eu fui, depois de um momento de manifestação em 1967, 12 presos e várias perseguições, e essa dúvida, realmente, o que vai ser amanhã, quando crescer, minha mãe insistia muito e eu: agora vou aceitar sua proposta, mãe, de ir para o seminário. Porque essas perseguições todas, de uma manifestação lá no sertão e aqui pega um de nós, desaparece, no vai e vem, e minha família morava na zona rural, numa cidadezinha bem pequenininha, que nem era cidade, era um distrito ainda. E fui para o seminário, e lá me tornei comunista. Cheguei a essa conclusão.

E quando saí, fui procurar um partido. Quando entrei no partido, o partido me dá a tarefa de ficar, quer dizer, aí houve esse sequestro, aí eu teria as melhores condições de me apresentar a Dom Hélder. E fui me apresentar. Tirei meus documentos, identidade, minha carteira de trabalho, e mostrei a ele, porque ele era um homem perseguido, e queria muito que ele tivesse toda a claridade total do que eu estava ali apresentando. Disse: "Dom Hélder, eu sou Edival Nunes da Silva" – não era Cajá, que é um apelido por ter vindo de Cajazeiras, só quem me chamava era Gal e os colegas da casa do estudante – "tem seis pessoas sequestradas, vão amanhecer mortas qualquer dia e vão dizer que morreram num tiroteio com a polícia, e são pessoas importantes". E dei o nome delas.

Você tinha sido preso um dia, a carta a gente botou embaixo, num pós-escrito, entreguei a ele. Eu fui pessoalmente, sem carta nenhuma. E vim pedir que ao senhor que sua intervenção pode salvar essas pessoas.

Aí ele disse: "olhe, primeiro você tem de ficar certo de que ao entrar aqui e sair você está sendo fotografado ou filmado pelos órgãos de repressão". Era no Palácio de Manguinhos, na sede do arcebispado. "Segundo, você tem de demorar o mais, ser o mais rápido possível. Vamos conversar pouco, já entendi a questão. Você tem de arranjar os nomes reais dessas pessoas, nomes completos, profissão delas e onde

moravam. E o mais rápido que você trazer, eu posso ver o que faço, porque é difícil, não tenho acesso à imprensa, mas tenho amigo no exterior, tenho alguns amigos em Brasília, na Câmara dos Deputados. Então, vamos ver o que podemos fazer".

Disse: quando eu volto? "Quando você quiser. Se eu não estiver aqui, vou estar na Cúria Diocesana".

Eu fui rápido, eu tinha um ponto com Valmir à noite, com o Gomes, para saber como foi a minha conversa, e então ele foi atrás desses endereços, em dois dias ele me deu os endereços dessas seis pessoas que estavam lá sequestradas, entre eles estava o Emilson.

Aí, ficamos amigos, conversamos. Depois, quando morreram esses três, ele ficou muito triste, sofreu muito porque não pôde impedir a morte dessas pessoas, e sei que um ano depois ele mandou me chamar.

Nessa época eu era secundarista, e disse a ele que trabalhava no Banco Industrial de Campina Grande e faço parte do grêmio no Ginásio Pernambucano, do grêmio de onde era o Jonas, que foi assassinado, e reorganizamos o grêmio, o Jonas José.

Aí ele disse: "está bem. Você sabe do risco que pode correr?". Disse: sei. Eu estava no banco, mas já fazia ações, sabia que qualquer dia eu podia não voltar para o banco. Então, não era..., era um detalhe eu ter ido lá, das menos difíceis.

Um tempo depois ele me chama para trabalhar, Dom Hélder, através de Ivan Teófilo, um padre salesiano, me chama para conversar e se eu me dispunha a ajudar o trabalho de reorganizar a Pastoral da Juventude, porque a morte do padre Henrique tinha causado um terror muito grande. E como nesse colégio que eu estava, e mais outro, padre Henrique era um padre auxiliar de Dom Hélder lá em Recife, e foi assassinado pela polícia política do regime, em 1969, e isso praticamente dissolveu o trabalho de jovens, porque ele era dedicado a isso. Em 1969.

Aí, isso estou falando de 1973, quando foi lá pedir a intervenção dele para essas pessoas. Depois de um ano ele me chama, por esse padre, que era amigo do padre Henrique, para ver se eu me dispunha a organizar o trabalho da pastoral. Eu me disponho, agora, vocês sabem que sou organizado. "Não tem problema. Quero ver se você se dispõe a organizar com a gente". Então, tenho o maior prazer do mundo.

Depois de um ano de sucesso, trabalho, fui incorporado na coordenação, não da diocese, mas da região nordeste 2, entre Alagoas e Rio Grande do Norte, que era a área que conhecia bem, aí vem um operário, um padre que era operário, casado, metalúrgico,

e dedicado ao trabalho da pastoral. Me chama para uma conversa sobre Dom Hélder Câmara.

Pois não? "Olha, Dom Hélder mandou pedir para eu lhe convidar para você integrar a comissão de justiça e paz da arquidiocese. Quer refazer, quer construir essa comissão. Já tinha tentado ano passado, ninguém tinha coragem, ficava com medo".

Isso é 1975, dois anos depois dessas mortes. Eu me surpreendi com ele ter feito esse convite. "Trabalhar, trabalho, dentro da comissão de justiça e paz, vai ter operário, estudantes, você representa os estudantes, donas de casa, médico, advogado, para a gente poder ajudar os presos de Itamaracá, que estão lá presos, em greve de fome e não sei o quê, e a gente não tem como fazer esse trabalho. Também tem regiões de ocupações urbanas, tem regiões...".

Ele tinha ganhado um prêmio popular da paz na França, que é quase equivalente, não chega, em dinheiro, a equivaler a um Nobel, mas é um dinheiro grande, que deu para ele comprar, desapropriar três engenhos lá na Zona Canavieira e decidiu fazer reforma agrária nesses três engenhos, chamada operação esperança, com esse dinheiro do prêmio popular da paz.

E começou, fatiou esse engenho em pequenas propriedades, botou um agrônomo para dar assistência, e outros militantes para ajudar lá. Então, eu disse: me disponho com o maior prazer a fazer esse trabalho. E fui fazer esse trabalho.

Aí chega 1976, aí vem o convite para ir para Lins, interior de São Paulo, lá na divisa com Mato Grosso, se não me engano, muito distante, muito longe. Estou lá em Lins, num congresso de uma semana, organizado pelos irmãos de TZ, que é um pessoal que faz encontros de juventude latino-americana, que vinham da Argentina, Uruguai e Paraguai, com cinco mil pessoas. Dom Paulo foi quem abriu esse evento, Dom Paulo Evaristo Arns, e o bispo diocesano de Lins, porque lá é diocese.

Terminada a parte solene, grande, começaram os trabalhos de grupos temáticos, e eu fui participar dos grupos temáticos, fazendo denúncia das prisões, fazendo propaganda de uma nova sociedade, enfim, colocando a necessidade de se organizar, de ser mais consequente na nossa luta, ser cristão e ir para uma missa, ir para casa, isso não significa nada, teria de se organizar.

O fato é que, quando pego o ônibus para vir embora, encerrou solenemente, já sem Dom Paulo, mas o bispo fez um encerramento geral, pego o ônibus para vir embora e começo a ser seguido.

Já estava achando, desconfiado do ambiente que estava lá. Depois que falava dessas denúncias, algumas pessoas ficavam muito mais perto de mim. Dentro do ônibus eu fui seguido, ao ponto que eu descia para ir ao banheiro e o cara ia atrás, descia para tomar um café e o cara ia atrás.

Aí uns companheiros de aqui pertinho, de Marí, disseram: "você pode ser sequestrado, fique na minha casa". Falei: não, vou para cá. Perto do Marí. No bairro Marí tinha um grupo de jovens que vinham comigo, que estavam vindo de lá também. "Tu fica em minha casa, tu corre risco de ser sequestrado". Falei: de jeito nenhum. Vou dar umas voltas, perco eles na cidade, e depois me encontro e vamos embora para Recife, que é o meu objetivo.

Desço de lá no terminal, na rodoviária, pego um ônibus para a República, e os caras atrás de mim. Dois caras. Aí eu digo, fui para a frente do trabalho, que fica na Ipiranga, tem o primeiro andar, onde tinha um pessoal que orientava o trabalho sindical da pastoral, fui para lá.

Quando saio de lá, olhei e não estava ninguém, pensei: agora eu posso pegar meu ônibus. Peguei o ônibus para vir para o Lavapés, onde tinha deixado a minha mala, tinha um companheiro do partido, que tinha um trabalho e estava disputando a eleição do sindicato dos chapeleiros, alfaiates. Não posso levar um cara me acompanhando, porque vou comprometer a carga desse companheiro. Vou ter de ter muito cuidado.

Peguei um ônibus na Praça da República, achei que estava só, na próxima parada entram os mesmos dois caras, na próxima parada do ônibus. Aí, aquele novo frio na barriga apareceu. Como vou descer? Pode ser uma coincidência.

Desci no ponto do ônibus, torcendo para que o companheiro não estivesse no local, para eu poder dar uma despistada, e caso tivesse alguma coisa, eu pegava um ônibus que eu visse, porque pode ser uma coincidência. Fiquei no ponto do ônibus, passou um ônibus Largo da Carioca, passou e eu pensei: vou pegar o próximo, porque se esse cara está esperando esse ônibus, tinha de ter pegado agora. Eu fui raciocinando como eliminar minhas dúvidas. Passa um ônibus, eu olho, o cara não pegou, e eu pego, e ele pega o ônibus, então não posso mais ter nenhuma dúvida. Fiz esse mecanismo e deu certo, o cara pegou o mesmo ônibus. Pensei: agora vou ter de sair e pegar um táxi.

Desci na próxima parada para pegar um táxi. Fui no ponto do táxi, mal andei, depois da Praça Lavapés tem a avenida Vasconcelos, Lins de Vasconcelos, peguei a Lins e na primeira parada que vi, porque se eu fosse andar mais era pior, podia ser pego, então descí ali para pegar um táxi.

Aí, aquela multidão de gente, eram 18h mais ou menos, peguei, naquele ponto, para pegar um táxi, e não aparecia. Eu na esquina esperando, ele não sabia se ia pegar ônibus ou táxi, até que passou um táxi e eu parei o táxi. Entrei, à porta, o cara foi para a frente do táxi. Falei: "meu senhor, peguei o táxi porque estou apressado". "Onde o senhor quer ir?". "Quero ir para a USP". "Não posso fazer nada, o cara está na frente do carro". Disse: buzina. Aí ele buzinou e o cara dando com a mão, porque ali a pista é separada, tem um canteiro, então tem de dar o balão embaixo, para passar. Vi que ele estava monitorando alguém de carro para seguir o táxi.

Aí fiquei quase desesperado. Falei: moço, acelera o carro aí, senão eu perco a minha prova. Vou fazer uma prova na USP. O cara buzinou com força, o cara saiu e foi embora.

No terceiro ponto de sinal, o cara estava atrás de mim, um carro vinho, cor vinho, atrás do meu táxi. Eu digo: "amigo, o senhor pode correr?". Vou perder minha prova. Ele disse: "amigo, não ando acima de 80. Se você quiser descer, pode". "Não, de jeito nenhum, estou satisfeito". Se desço ali não tenho mais saída.

"Então eu quero mudar, eu tenho dois cursos, tenho também na PUC e me perdi. Vamos para Perdizes?". Imaginei que em Perdizes tem a Pastoral Universitária na avenida principal ali, um casarão imenso e os responsáveis pela paróquia que trabalham na cidade ficam ali.

E o cara que conheci lá, o padre Oscar Beozzo, que é de Lins, se aproximou muito de mim nesses depoimentos que fazia lá entre os jovens, e aí eu digo: ele é da pastoral, ele deve estar aqui, deve ser minha salvação.

Fui entrando na rua principal, em frente à Católica, a PUC, dei o dinheiro e não peguei nem troco. Bati à porta e os caras atrás de mim, pararam atrás de mim, mas eu bati, o cara atendeu, entrei e fechei a porta, um portão imenso, pesado. Entrei lá e procurei o padre Oscar Beozzo. Ele deu uma saidinha e já está chegando. É alguma coisa que posso ajudar? Está aflito? Disse: "Estou". Vou esconder? Mas é só com ele que quero falar. Aguarda um pouco, toma um cafezinho.

Fiquei tomando um cafezinho lá, e ele chega. "O que é há rapaz, tudo bom?". Disse: "tudo bem?". "Não está tudo bem, não. Tem dois carros me seguindo. Era um vinho e agora, vai ver se esses carros estão aí". "Quer que eu ligue para Dom Hélder, eu ligo agorinha". Não vai adiantar nada, só vou levar preocupação para ele. O que quero é ver se me livro deles, para não levar isso para lá, porque não sei se eles me ligaram com Pernambuco ou se começou em Lins, e eu preciso...". "Está bom, vamos pensar o que

fazer". Digo: se você dirige bem... Eu vim encontrar esse homem com você, 30 anos depois, a vez que estive aqui, você me levou lá com seu motorista, correndo, para não perder o ponto com ele. Morremos de abraço, de tanta alegria, depois de 35 anos que a gente não se via.

Aí ele disse: "Cajá, eu dirijo bem" – ele era um padre jovem – "eu dirijo bem, agora, não sei se tão bem quanto os policiais, para atender isso que você quer, de perdê-los, mas vamos dar umas voltas aí". Eu digo: "e se a gente não conseguir perdê-los e eles atravessar, podem me capturar. Você é padre e eles me prendem". Bom, "eu tenho um plano. Se a gente não perder, nós vamos para a paróquia mais burguesa de São Paulo. Os padres são americanos, são tudo gringos, propriedade de gringo, tem missa em inglês, missa em francês, em português. Eram os Oblatos". Digo: então é o local adequado.

Passou uma hora correndo aqui nessas ruas de São Paulo e o cara, parece aqueles filmes de corrida, impressionante, e os caras perdiam um sinal, pegavam na contramão, na frente, encontrava. Se você perder um sinal, o cara fica atrás. Não tinha conversa, ele vinha atrás. Não tinha mais saída, então fomos para a paróquia dos Oblatos. Quando a gente desceu do carro, quase nos pegam na entrada. Entramos, trancamos a porta. O que está havendo? "O Cajá veio de Lins, está sendo seguido pela polícia política e talvez fosse bom você dar uma palavrinha aí fora. Ou é melhor nem ir agora, deixa para depois vamos ficar aqui tranquilos, jantar". Já era oito horas e desde as seis horas que a gente estava correndo.

Aí ficamos lá. Três dias, e os caras na frente da igreja, plantados. Fazia rodízio, vinha outros, deixavam sujeira, garrafa de cerveja, resto de sanduíche, e o padre vinha relatando. Disse: "padre, tem uma saída. É o senhor me botar, colar o carro na porta da igreja e eu saio e fico no chão do carro, no assoalho do carro, abaixado, vocês estão afastados, pela posição que eles estão eu posso ficar abaixado, e aí a gente vai para outro lugar, para ver se não sai seguido, meia-noite, uma hora, e de lá a gente pode, aí você avisa a Dom Hélder e aí dá certo".

E tem um lugar certo, tem a Chácara Flora, que tem uma chácara nossa, território americano, com arco romano e soldado americano na frente, fardado. Só entra lá se passar por americano. É um território nosso. É perto do aeroporto de Congonhas, Chácara Flora, onde tem esse território deles, uma granja. Padre rico mesmo, tinha tudo que era jogo, de sinuca, essa coisa toda. Vamos concluir.

Então, saímos e deu certo. Ficamos lá. Aí o Oscar Beozzo foi para lá, levou um barbeiro, não se chamava cabeleireiro, como se chama hoje, um barbeiro, porque eu usava um black, cortou o cabelo, arranjam um paletó para mim, passagem comprada, aviso para Dom Hélder, para Dom Hélder me receber. Mas não tinha voo sem escala. Parava no Rio. Falava: aí não dá, os caras podem pegar lá. A gente bota um padre para descer e ficar lá. Você só desce na hora que for dar partida. E lá ele volta.

Beleza. Ficamos lá no aeroporto do Rio, na hora de embarcar o cara desceu, não houve nenhum problema e eu disse: escapamos. Chego lá no aeroporto estão Dom Hélder, Dom Lamartino, bispo auxiliar, presidente do DCE, tinha umas 50 pessoas, porque pudesse ser que desse algum problema. Nada, nenhum problema.

Vejam essa ligação que se dá. Quando fui preso, para concluir, em 1978, depois de passar esses tiroteios dessa equipe que estava me torturando por três dias, passados uns quatro ou cinco dias, aí eu fui interrogado, e chega lá o Raul Pudim, que vocês devem saber quem é, porque ele era uma figura importante no DEIC, ali já não estava o DOI-Codi funcionando propriamente. A operação minha foi feita pelo DOI-Codi com a Polícia Federal junto, e foi lá o Raul Pudim e o Roberto Japonês. Era um nissei chamado Dr. Roberto Japonês, entre eles, e um outro auxiliar, carrega papel lá.

Me fizeram um interrogatório das oito da manhã, no dia de São João, não esqueço porque a fogueira estava acesa. Dia de São João para mim é a festa mais importante que dia de Carnaval.

E esse depoimento começou às oito da manhã, no dia de São João, não esqueço, o dia de São João é mais importante que a festa de Carnaval. E esse depoimento foi das 8 da manhã e foi até às 11 da noite. Os outros policiais com fogueira, fogos para lá, traque para cá, aquela diversão lá fora e não vi, não sabia o que era. Quando saio, era a fogueira e eu fui interrogado por esse Raul Pudim, por esse Roberto Japonês, e encerrou às 11 da noite. Sem me sentar, em pé, sem um copo d'água, sem um copo de café, porque não podia mais me torturar. Só à base da sacanagem, das agressões que pudessem fazer verbalmente.

Teve uma hora que estava muito cansado, aí chegou o japonês e disse: "você está muito cansado, sente aqui". Pegou uma cadeira e sentei. Quando sentei, ele puxou a cadeira e bati os quartos no chão. Essas coisas, podia dizer que era uma tortura? Tortura é esse interrogatório, de você pegar de oito da manhã até 11h.

Mas eram também o estertor deles, não tinha mais o que fazer, para pegar as ligações minhas com São Paulo, de São Paulo com os nossos companheiros, se a minha

relação com Zarattini era posterior ou anterior ao exílio dele, e mantive a mesma informação, não sei informar, é um equívoco essa minha prisão, sou contra a ditadura, luto pela constituinte porque acho correto, mas não pertencço a partido, nunca fui de partido, portanto, não conheço ninguém do partido.

E dessa maneira eles terminaram, quer dizer, mandando esse cara que falei, depois, uns três ou quatro dias depois, com esse desespero. Mas posso dizer que se tem alguma coisa naquele inferno que a gente pode considerar de felicidade foi quando eu retornei para dentro da cela, depois dessas ameaças do Paulo Sette Câmara, e eu imaginar que era uma derrota deles, porque eles estavam derrotados. Era um desespero, uma agressão gratuita, verbal, por não poder mais fazer nada. Estavam de mãos atadas.

Então, portanto, eu acho que esses companheiros nos ajudaram com as lições de vida deles e cada um de nós vai compondo a sua história, com esse depoimento, para trazer à luz a verdadeira face dos revolucionários e desses esbirros da história, desses policiais a serviço da repressão política, porque é o oposto dessas pessoas.

Se Manoel Lisboa é tudo isso que ele falou, que é uma pessoa, para justificar a grandeza da espécie humana, você pode dizer que um Fleury, que esse senador que foi tão homenageado, esse paulista, que na época que ele foi para lá era o chefe do DEIC, como é nome dele, esse senador, o Romeu Tuma, quer dizer, eu vi uma sessão lá para homenagear ele, perto, antes dele morrer, como sendo senador, e fiquei assim, envergonhado. Ninguém para chegar ali para falar a verdade.

Então, eu acho que é a cumplicidade, é o mesmo tema da lei da anistia que fez isso. Um cara desses vira senador, limpou-se perante os crimes que fez, como se fosse um homem de bem, porque chegaram determinadas figuras da república dizendo que se trata de um grande homem público. Quer dizer, esse era um dos responsáveis da seleção de quem vai morrer e de quem fica vivo.

Desgraçadamente se foi antes de ser julgado, mas espero que os que estão vivos, esse Antonio Curcio Neto, como esse Gabriel Antonio Duarte Ribeiro e Joaquim Gonçalves Vilarinho Neto, esses três membros do DOI-Codi de Pernambuco, vivos, e o Clidenor Moura de Lima, que foi chefe do SNI de Pernambuco, também coronel, sejam alcançados, seja, interrogados, sejam intimados.

Se não forem, mas pelo menos foram intimados. Se essa Comissão da Verdade Nacional não cumprir esse papel, eles vão dizer: "está vendo, houve a comissão, não fui interrogado, portanto, não tenho culpa".

Ficará muito pior, porque você não abrindo a investigação, e tem o seguinte, em qualquer época pode ser aberta, mas você abrir a comissão e encerrar a comissão, não interrogar os torturadores, não levá-los ao banco dos depoentes, para depois ao banco dos réus, você termina contribuindo negativamente para esse processo de passar a limpo a história do nosso país. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Faltou eu responder um pedacinho de uma pergunta sua. Eu fui preso em 29 de agosto, preso não, sequestrado, em 29 de agosto de 1973, minha prisão legalizada foi no dia 05 de outubro do mesmo ano, e fui libertado, num relaxamento de prisão, no dia 21, aproximadamente, 19 de junho de 1975. Então, fiquei preso em vários lugares. Fui preso, sequestrado no DOI-Codi, preso no Dops, na sequência, passei uma semana na Aeronáutica, em um inquérito específico sobre a ação da Aeronáutica, voltei ao Dops, passei alguns dias em Itamaracá, voltei ao Dops, passei um ano na Polícia do Exército, preso, isolado, onde conheci, contei até essa história, conheci um maranhense e passei seis meses, praticamente, preso na Cavalaria, onde para mim foi construída uma cela especial, em cima de um formigueiro, onde depois levaram Cajá, em homenagem a.... Eu fui libertado em junho de 1975.

Agora, essa história do maranhense é uma longa história, não dá para a gente... Eu conhecia ele por Mané Tatu.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Pode fazer só essa síntese da sua prisão, que é rapidinho?

O SR. EDIVAL NUNES DA SILVA – CAJÁ – Fui preso no dia 12 de maio de 1978, às 20h, saindo de uma reunião da comissão de justiça e paz da Arquidiocese de Recife, e preso, em seguida, uns seis ou sete metros, num ponto de ônibus, com umas 40 pessoas, quando aguardava o ônibus para ir para a casa onde estava morando nesse tempo. Estava numa pensão, um mês atrás, e estava correndo muito, não comia, saía muito cedo, e Dom Hélder identificou isso e api disse: "você está esquelético. Você precisa de um local. Alguém pode?". Aí a Lucinha Moreira me chamou para ir para a casa dela, um casal de professores universitários, e estava morando há 15 dias nessa casa. E eles me sequestram aí.

Mas, passaram o dia me cercando, cercando o local. Eu não saí para almoçar, porque sabia que eles estavam me cercando. E como eu resisti à prisão, resisti, passaram

uns cinco ou seis minutos para tentar me botar dentro do carro, não conseguiam porque eu caía, botavam os pés no carro eu voltava a levantar. Quando vi que estava sem jeito mesmo, dobraram a perna, braço, aí eu gritei: "eu sou Cajá, avisa Dom Hélder que estou sendo sequestrado".

Isso foi em 12 de maio de 1978, véspera do dia das mães, e só foi saber, logo no outro dia, porque eu tinha marcado com minha noiva, Maria das Graças, a Gal, que era médica, para a gente ir, já que estava, eu avisei ela por telefone, do prédio que eu estava, que estava sendo perseguido, o cara foi lá me provocar dentro do Juriquiti, da Diocese, para a gente ter um tempo fora, ou em Maceió, na casa da mãe dela, ou na minha mãe. Ela combinou de chegar lá oito da manhã.

Quando ela chegou lá, eu não estava na casa, ela ficou sabendo que eu estava sequestrado. A partir dali foram me procurar.

E saio no dia 21 de julho de 1979. Passei em cinco presídios diferentes, os últimos seis meses foi nesse presídio militar chamado Dias Cardoso, no bairro do Bongüi, em Recife, uma cavalaria, numa solitária. O tempo todo fiquei em solitária e em nenhum momento permitiram me juntar com os outros presos políticos, porque atentava contra a segurança em função da minha periculosidade, quando lá tinha gente com prisão perpétua.

E no final, nessa cela, havia um soldado com uma metralhadora 24 horas. Saía um, entrava outro, apontando para mim o tempo todo, em função do medo. O Zarattini tinha fugido desse quartel, e quando ele fugiu todo mundo foi preso lá, do oficial do dia ao rancho. Eles diziam: "não é nada contra você, era por isso, para a tua segurança". "Mas não preciso".

De maneira que um resumo desses dias tormentosos, resumidamente, é isso que estou aqui fazendo.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Amélia Teles.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Boa noite. Vou tentar fazer um resumo, porque tinha pensando num depoimento maior, mas dado o adiantado da hora.

Eu sou, também fui presa política, fui militante contra a ditadura, de uma organização política e da luta armada, e até por isso, talvez, eu tenha minha família toda

envolvida nessa luta, e eu sempre me vinculei à comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos desde a época da anistia, da luta pela anistia, em 1979.

Então, meu envolvimento com o Manoel Lisboa e o Emmanuel Bezerra dos Santos se dá por conta disso. Os dois têm uma pequena história, uma pequena denúncia que é feita na anistia, naquela luta pela anistia. Aparecem os nomes dos dois. Esses dois companheiros têm uma pequena história, como se tivessem sido mortos em tiroteio aqui em São Paulo, no Largo de Moema, em 1973, 04 de setembro de 1973, e nós carregamos essa história por muito tempo.

E é interessante só contextualizar, que nesse ano de 1973 já tem uma mudança da estratégia repressiva da ditadura militar. Isso, acho importante localizar, que é o seguinte. É o Governo Médici, vai entrar o Governo Geisel, mas existe um encontro, que é denunciado na revista "Isto é", em 24 de março de 2004, com uma matéria "A Ordem é Matar", de Amaury Ribeiro. E ali ele diz que a cúpula das Forças Armadas pretende, então, nesse ano de 1973, eliminar os considerados "irrecuperáveis", de forma velada, sem chamar a atenção da sociedade.

Então, esses corpos não vão ser entregues, esses corpos não vão aparecer, e fica a dúvida, para a maioria da população, se foram para o exílio, se estão foragidos, se estão na clandestinidade.

Essa matéria tem até um pedacinho aqui, isso que estou lendo é do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos, que a gente sempre se reporta a este documento. Teve uma reunião dos Generais Ernesto e Orlando Geisel, na época ainda o Geisel ainda não era o presidente, o Milton Tavares, o Antonio Bandeira e o Presidente da República Emílio Garrastazu Médici.

Eles fazem essa reunião em maio de 1973, e eles redefiniram as diretrizes da repressão política e, segundo eles, "o objetivo é a utilização de todos os meios para eliminar, sem deixar vestígios, as guerrilhas rurais e urbanas, de qualquer jeito, a qualquer preço". Isso está escrito em Ata, é um documento das Forças Armadas.

E a partir daí se faz dois grupos ultrassecretos na época, que é o CIE, Centro de Informações do Exército, de Brasília, e outro, o DOI-Codi de São Paulo, que aqui em São Paulo tem um papel que extrapola. A repressão paulista é uma repressão nacional, e eu diria até, vai além das fronteiras. Ela pega o cone sul, que é a Operação Condor.

Então, nós vamos pegar 1973, o Brasil articulado com essa política, internamente e externamente.

Então, a figura do desaparecido político, enquanto estratégia de maior alcance da ditadura começa justamente no período em que vão ser presos e mortos o Manoel e o Emmanuel. Acho que do ponto de vista histórico, contextualizar é importante.

E aí nós vamos ver que nós vamos ter vários, aí vão começar vários desaparecidos, um número grande, e nessa matéria também fala os nomes dos principais torturadores, ou agentes da repressão.

São os coronéis do Exército Paulo Malhães, José Brant Teixeira e Aldir Santos Maciel. Esses dois primeiros, o Paulo Malhães e o José Brant Teixeira estão vivos, então é o caso da Comissão Nacional da Verdade convocá-los para depoimento, para dar o testemunho, para esclarecer esses crimes, que eles conhecem muito bem. Os ex-cabos Félix Freire Dias e José Bonifácio de Carvalho, eu não tenho conhecimento do que aconteceu com eles, se eles já morreram, se estão aí.

Esse pessoal é que tem condições de esclarecer, com muito mais intensidade. Não só o desaparecimento aqui no Brasil, mas aí nós vamos ver, nessa ocasião, nesse dia 04 de setembro, vamos colocar uma data-marco desse acontecimento, 04 de setembro de 1973, nós vamos ver o Honestino Guimarães, que desaparece, Humberto Câmara Neto, o Paulo Wright, que está sendo homenageado lá em Santa Catarina, nesse momento.

Então, nós vamos pegar também, voes prestem atenção, daqui uma semana vai ter o golpe no Chile, 11 de setembro de 1973. Aí nós vamos ter brasileiros também desaparecidos no Chile, o Luiz Carlos de Almeida, o Nelson Kohl, o Vânio José de Matos, o Túlio Quintiliano.

Então, é uma política que extrapola o campo nacional, e São Paulo tem um papel muito especial. Tudo que o Cajá está colocando, que o José Nivaldo colocou, é extremamente importante para esclarecimento e para este momento.

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Dentro do que você está falando, posso dizer que depois do dia 11 de setembro, dentro dessa conexão, a equipe principal de torturadores desapareceu, lá do Recife.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Vieram para cá, ou foram para o Chile. Eles vão andar nessa América Latina, porque tem o golpe no Uruguai, tem o golpe no Chile, depois vai ter outro golpe na Argentina, e o número de

desaparecimentos é muito maior do que no Brasil. Aqui o operatório começa, inicia essa estratégia repressiva que vai crescer enormemente. Esse é um fato.

O outro fato é que em 1990, 04 de setembro, portanto, faz 23 anos que foi aberta a Vala de Perus. A Vala de Perus é uma vala clandestina, onde tem corpos de desaparecidos políticos que nós afirmamos isso já antes, durante a luta da anistia, porque um administrador do cemitério deu alguma dica para nós. Não que a gente adivinhasse, mas ele colocou que tem corpos que vão para uma vala clandestina. Ele nem chegou a dizer onde estava essa vala.

A abertura dessa vala, que foi no governo da Luiza Erundina, quando prefeita de São Paulo, ela vai trazer um marco na busca da verdade e da justiça deste país. Não esqueçam disso. Por quê? Porque, primeiro que a mobilização da opinião pública nunca se deu de forma tão intensa como naquele momento. O povo, quando vê crânios, quando vê ossos, o povo se mobiliza, o povo começa a acreditar naquelas denúncias abstratas para eles que a gente fazia.

Então, o povo, ela representa essa força, e a Luiza Erundina vai fazer a articulação inclusive com o Governo do Estado, para que haja um processo de investigação.

E por eu ser da comissão de familiares, eu, Suzana, Ivan, nós vamos também para a Comissão Especial de Investigação das Ossadas da Vala de Perus. E aí tem, concomitantemente a essa investigação da Prefeitura, tem a investigação criada pela Câmara Municipal, que cria uma CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito que é da Vala de Perus e que é a primeira e única CPI neste país que é dos desaparecidos políticos. Não teve outra.

Eu acho que a Comissão da Verdade mais verdadeira foi essa, em 1990, no dia 17 de setembro de 1990 que foi instalada.

(Manifestação fora do microfone.)

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – É o Júlio Caligiuri, que era do PDT, um vereador do PDT, o autor, e vai ser o presidente dessa comissão. Essa comissão é valiosa, porque ela é uma força política. Ali vai se convocar torturadores, vai fazer acareação vítimas e torturadores, e nós vamos buscar a rota do ocultamento dos cadáveres.

Porque com a abertura da CPI nós vamos para o Instituto Médico Legal, e lá a diretoria não quer que a gente entre, inclusive chama o Ministério Público para impedir a nossa entrada. Mas, o governador, que já estava articulado, inclusive com a gente, com a Prefeita, fala que se o diretor se negar, se a direção do IML não quer, nós vamos destituir.

Está tudo, de uma certa forma, escrito, e a imprensa registrou isso amplamente. O povo acompanhou. Acho que nunca teve tanta mídia veiculando essas informações como naquela época.

O que acontece? Nós, no IML, eu vou reduzir muito a minha fala, mas no IML nós vamos procurar todo o material produzido ali de 1968 a 1976. Então, nós vamos pegar as requisições dos laudos, nós vamos pegar os laudos necroscópicos, alguns exames de corpo de delito e algum prontuário. É interessante porque ali tem um laudo, eu não consigo ler se é do Manoel ou do Emmanuel, mas podem ver que tem um T, e a gente começou a ver que todo pessoal nosso era T, de terrorista. Esse T é uma senha. Se tem esse T na requisição do exame, então já pode desaparecer com esse corpo, fazer qualquer coisa. Não tem problema. Já tem ali para orientar os funcionários subalternos. Então, isso é muito importante, essa nossa descoberta.

Agora, no caso do Manoel e do Emmanuel, que até considero meus parentes, porque eu acompanhei tanto, vivi tanto a história deles, mesmo sem ter conhecido, que para mim são os meus parentes. Por isso que o pessoal do PCR são meus parentes, porque acompanhei muito de perto toda essa documentação, toda a localização do cemitério. Então, você acaba, fica em contato, não só com os militantes como também com as famílias, e acabei tendo essa profunda amizade.

E nós vamos ver o seguinte, que esse, no caso deles, eles são tão, eu falo que eles são os desaparecidos da transição, porque está tendo a transição, a mudança da estratégia. Transição em termos de estratégia de repressão política. Aí eles estão com o nome deles verdadeiro. Eles não puseram nome falso. Porque era muito comum eles colocarem um nome falso, tem um T, fica o nome falso, não põe o nome verdadeiro, põe como *causa mortis* sempre aquela, o histórico da morte, desculpa, é sempre terrorista morto em tiroteio, ou foi atropelado, ou suicidou-se. Mais é terrorista morto em tiroteio. Onde morrem os dois, os dois chamados terroristas e não morre outra pessoa, não acontece nada.

E no caso deles, geralmente com nome falso, muitos deles com nomes falsos, e esses aí, a repressão é tão descarada que põe o nome deles verdadeiro, põe o nome

verdadeiro Como eles não foram, no meu modo de ver, nenhum foi preso aqui em São Paulo. Pode ser por paulistas, pelos órgãos paulistas de repressão, mas não aqui na cidade.

Então, você vai pegar, e é interessante, primeiro que a gente olha e fala: nós sempre denunciávamos a morte desses dois, o nome deles está aqui, igualzinho, e nós vimos que eles estavam enterrados no Campo Grande, que também é um cemitério que fica na zona sul da cidade, que foi pouco usado pela repressão, pelo menos que a gente tinha conhecimento. Porque Perus a gente já sabia. Vila Formosa e Perus eram os mais mencionados na época.

Então, o que a gente, o que acontece? Nós vamos lá no cemitério de Campo Grande e fomos ver se isso era verdade mesmo, porque está escrito no documento, tinha número da sepultura. Se vocês olharem todo o documento, vocês vão ver que tem informações.

E quando chegamos lá, não só estava tudo certinho, a tal da sepultura e tal. Como nós fazíamos parte da Comissão de Investigação das Ossadas de Perus, ela tinha já uma articulação com os legistas da Unicamp. Então, nós fomos lá ao cemitério com a turma da Unicamp para fazer a exumação das ossadas.

Aí que você vê que eles não foram presos em São Paulo, porque o Manoel tinha aquela sandalhinha, a sandalhinha do nordestino, aquela famosa, de couro. E lá está falando que eles eram nordestinos. Olha, essa sandalhinha tem a ver. Porque aquilo que envolve aquele esqueleto conta muita história para a gente, dá muita informação.

Aí nós falamos: "poxa, esse aí veio do nordeste? Será que trouxeram para cá? Veio? Não sei. Porque ele tinha a sandalhinha". Depois vejo ele contando que ele nem tinha condições de ficar em pé, ou seja, eles montaram a farsa, puseram até a sandalhinha. E o Emmanuel tinha uma blusa pesada, de peruano, chileno. Quer dizer, ele veio de outro país. Ele não estava aqui. E um país que fazia muito frio.

Você via, porque aquela roupa, porque o cemitério de Campo Grande é muito diferente dos outros cemitérios. Ele, inclusive, é todo revestido, cada sepultura é revestida de tijolos. Então, a preservação dessa ossada e dessas roupas é muito mais garantida. Vocês não imaginam. A gente vai aprendendo nesse processo, de tanto ir a cemitério para verificar.

Então, quer dizer que foi ali que nós identificamos os dois. Na época nós até pensamos "o que aconteceu com eles?". A gente já vinha descobrindo, por uma série de razões, que a versão policial era mentirosa. O interessante, quem participou dessa luta,

pode parecer hoje muita ingenuidade das famílias e dos setores democráticos, mas todo mundo acreditava que houve tiroteio mesmo. A família acreditava que houve tiroteio mesmo, que mataram. A família até ficava aliviada. Esse não sofreu tortura, foi tiroteio, morreu ali na hora.

Existia até aquele, digamos, alívio. Mas era tudo farsa. Depois a gente vai descobrindo um por um. Eu sou testemunha de um que recebeu a manchete dos jornais "Terrorista Morto em Tiroteio", que é o caso do Carlos Nicolau Danielli, que era um dirigente comunista, que foi assassinado sob tortura, muito parecido com isso que você falou do Manoel Lisboa.

Então, para mim ele já vinha, então a gente começou, mas a gente tinha de mostrar, provar para a opinião pública, para as autoridades, que aquilo era uma farsa. A farsa ia caindo.

No caso deles, havia realmente uma troca de favores entre os policiais do nordeste e os policiais do sudeste. Eles, parece, trocaram o Gildo Lacerda, que é um desaparecido até hoje, você sabe, o Gildo Lacerda é desaparecido, o José Carlos da Mata Machado, também são trocados. Quer dizer, eles vão, o Gildo é preso em Salvador, José Carlos da Mata Machado é preso em São Paulo, e vão desaparecer lá em Recife. E os outros, que parece que foram presos em Recife, ou fora do país, ou na fronteira, vão desaparecer aqui em São Paulo.

Então, tem uma troca, um acordo entre esse Luiz Miranda e o Fleury, e outros mais. Não é só eles não.

Aí nós vamos então, uma vez identificado, foi fácil identificar esses dois. Foi fácil identificar. Esses, foi muito fácil. E nós, então, procuramos os familiares. Acho, só para concluir aqui, é pena, queria até falar mais, porque os dois traslados foram muito, muito significativos.

Acho que foi uma lição de vida. Eles não só, pelo discurso dos companheiros, esses dois militantes eram pessoas que hoje estão no quadro dos heróis brasileiros, mas também essa força deles em vida, com a morte deles também, eles mobilizaram muita gente. O Emmanuel, gente, foi uma comoção, tanto em Natal como na cidade dele. Acho que aquela cidade, São Bento do Norte...

(Manifestação fora do microfone.)

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – São Bento do Norte. É tudo junto. A gente ia até a pé, você lembra?

Eu acho que aquilo ali devia ser um sítio de memória. Devia ser um sítio de memória. Acho que devia indicar isso para a Comissão Nacional, para providenciar ali um sítio de memória, porque aquele povo, o povo todinho parou. Eram oito mil habitantes que tinha a cidade, os oito mil estavam na rua, balançando lenço, chorando. Eu nunca vi uma coisa daquelas. Tocava banda, e às vezes a banda tocava uma música que não era aquela, o pessoal da esquerda queria que tocasse "A Internacional", mas a banda não conhecia "A Internacional". Achou que era o Hino Nacional. Enfim, teve tudo isso acontecendo ali. Foi um negócio comovente.

Eu lembro do pai dele, e quando faço esse livrinho aqui que participei, desse livro da Vala de Perus, que nunca a gente pode falar, quando fala de Manoel e Emmanuel, tem que falar da vala de Perus, porque se não fosse a abertura dessa vala de Perus nós não íamos chegar lá no IML. E se chegasse lá, não ia entrar, como eles não queriam que a gente entrasse.

E a confusão que é aquela documentação, que aquilo ali também devia ter uma política pública para organizar essa documentação. Aquilo era largado no meio de rato, barata, poeira. Eu vivia, depois disso eu nunca mais voltei a ter voz, porque era muita poeira. Você comia uma poeira enorme.

Mas, é o seguinte. O pai dele, nós fomos lá na casa dele, vocês viram no filme o pai chorando, então nós fomos lá visitar, levamos a urninha. Vocês não imaginam o que era levar aquela urninha, e entrar na casinha dele. Era uma casa de pescador, aquela casa baixinha, pequenininha, eu baixinha também, o povo todo empurrando, eu não conseguia entrar. Falei: "gente, eu vim aqui com a missão de entregar para o pai dele, mostrar para o pai dele. Eu tenho que entrar". Eu passava por baixo, quase, das pernas daqueles homens, porque eles ficavam tudo ali grudado, admirados de ver aquele momento. Todo mundo queria absorver o máximo daquela comoção, daquele momento.

Então, o pai dele fala assim, eu até escrevo que acho que ele falou aliviado, de uma certa forma, ansioso, mas também aliviado. Ele fala assim, porque ele era muito simples, o pai dele, não era, gente? Era uma gracinha. Ele falava assim: "quando ele foi embora ele me disse: pai, eu vou para a luta, vou viver clandestino, porque quero ver esse Brasil com justiça e liberdade. Pai, eu posso voltar daqui dois meses, daqui uns anos, ou nunca mais voltar". Isso é o pai contando. "Eu disse para ele: vai, meu filho, e

seja o que Deus quiser". Foi isso que ele falou. Falou ali naquela hora, chorando. (Palmas.)

Foi uma coisa muito emocionante. Voltei algumas vezes a essa cidade, uma cidade de oito mil habitantes, e tem muita lagosta. Eu comia lagosta, e toda vez que voltei eu comia lagosta de graça, porque todo mundo me dava. Como eu levei o Emmanuel, eu passei a ser uma pessoa muito importante na cidade.

E eles têm um rádio, que fica num poste, anuncia para toda cidade o que está acontecendo, põe música, então quando eu chegava lá eles anunciavam: "chegou a Amelinha Teles aqui na cidade". Eles falavam um monte de coisa, para vocês terem ideia de como o povo vivia essa história. Agora, faz tempo que não vou lá.

Do Manoel foi bem depois, porque na época a gente não pôde levar, do Manoel Lisboa. Dele nós fomos fazer em 2003, em maio de 2003. Já era um outro contexto político. É interessante.

Aqui nós tivemos uma dificuldade. O sobrinho dele, acho que era Manoel também Alfredo? Porque tem tanto Manoel na minha vida, que às vezes me confundo. É Alfredo, aquele cara bem legal? Ele foi buscar o Manoel Lisboa, esse Alfredo, e ele chegou, nós preparamos, nós fomos ao cemitério, buscamos. Nós organizamos. É interessante. Nós pegamos os dois em 1992, só que a família do Manoel teve esse problema, ela não queria nessa época.

Então, nós deixamos lá no ossário coletivo. Foi até muito bonito, porque era eu, a Suzana, o Ivan e o Dermir. O Dermir resolveu acompanhar. Então, eram quatro pessoas dentro, imaginam, um ossário coletivo é um negócio lá embaixo, cheio de osso. Nós pusemos o ossinho lá com a plaquinha, porque se um dia nós precisarmos buscar já está aqui pronto para a gente levar.

E aí, éramos nós quatro só e o sepultador, porque ele que carrega aquela ossada. Aí o Dermir falou: não, nós temos de fazer alguma coisa, não dá para fazer em silêncio. Nós fomos em silêncio, pusemos lá o corpinho, os ossinhos, e viemos embora, já íamos embora, porque você desce uma escadinha e depois tem de subir para ir embora. Aí o Dermir resolveu fazer discurso, cantar "A Internacional". Parecia que tinha milhões de pessoas ali dentro daquele ossário, mas éramos só nos quatro.

Bom, aí em 2003 a gente volta lá para buscar a ossada. Nós pegamos a ossada, aí a gente tinha preparado um evento na Prefeitura, porque sempre a Prefeitura entregou essa ossada para a família. Aliás, em 1992 não era só a Prefeitura, o Dom Paulo

Evaristo Arns fazia missa lá na catedral. Foi coisa linda, ia todo mundo, levava flores, era uma coisa muito bonita.

No caso do Manoel já não tinha mais a igreja, não sei por quê. A igreja não participou. Aí nós fizemos lá na Prefeitura, e o pessoal do Partido Comunista Revolucionário trouxe uma bandeira vermelha para pôr em cima do caixão, que era um caixãozinho, quando é só ossada é bem menor. E aí a Prefeitura, o representante da Prefeitura não queria, disse que tinha de tirar porque era bandeira de comunista e não podia ficar. E a gente explicando para ele que ele era comunista, por isso a bandeira comunista.

Então, agora nós temos liberdade de expressão, mas foi uma luta, uma luta grande. Foram muitas horas ali tentando negociar. Chegou uma hora que esse Alfredo, esse sobrinho, falou assim: "olha, se não puder ir com a bandeira" – e olha que o Alfredo não era comunista, mas ele respeitava a ideologia do tio – "se não puder pôr a bandeira vermelha aqui, então nós vamos ali para baixo do viaduto e vamos fazer o evento lá".

Aí eles deixaram a bandeirinha lá. E o Idibal, que era o "Teatro União Olho Vivo, foi lá, ali tem um pedacinho, e eles resolveram cantar "A Internacional" também, porque eles desligaram o som.

Enfim, já foi uma outra conjuntura, a coisa já tinha uma outra, as dificuldades eram maiores.

Mas, nós chegamos lá em Alagoas para entregar esse corpo, e o que foi muito bonito, que acho importante registrar aqui, é que na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alagoas, o reitor foi lá receber o corpo junto com vários colegas, que seriam, que eram colegas do Manoel, quando ele estudava medicina, e que se formaram, viraram professores, da congregação da Medicina, e eles foram todos receber. Foi um círculo bonito, não é, Cajá? Você estava lá. E a dona Iracilda, a mãe, também foi para esse círculo.

Então, estávamos todos nós, e o reitor não só pediu desculpas por tudo que aconteceu com ele, porque ele devia estar junto, ali na universidade, ele era um quadro da universidade, como fez a reintegração dele. Ele foi reintegrado, com diploma e tudo. A mãe recebeu o diploma, lá na frente de todo mundo.

Então, acho que aquele espaço, que é uma universidade, eu lembro, é um salão antigo, não sei se ainda...

(Manifestação fora do microfone.)

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – É o salão nobre da faculdade, antigo, daquele tempo. Acho que ali devia ter uma placa do Manoel Lisboa. Um ato muito bonito, que hoje às vezes a gente tem dificuldade com a própria USP, no caso da Ana Rosa Kucinski, que nós estamos aqui tentando conseguir.

É só isso, gente. Eu falei que ia falar pouco. Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vamos então caminhando. Primeiro, queria falar o seguinte, Cajá. Nós estamos tentando fazer um trabalho, a partir das pessoas que o atestado de óbito, esse trabalho que a Amelinha apresentou, que ela fez, que é a correção do atestado de óbito, que é uma coisa pequena, mas que tem, do ponto de vista histórico, da reparação, tem um significado.

Então, vai ter um rito aí, que a Defensoria Pública, a Amelinha está reunindo, para solicitar a modificação do atestado de óbito.

Como esse caso é muito mais complicado, embora, por favor, Vivian, para a gente concluir, mostra por onde saiu o atestado de óbito, naquela parte final. Sai aqui pelo cartório de São Paulo. Os dois saem pelo Jardim América.

Quer dizer, dá para fazer a retificação, agora vai dar para retificar todos, mas esses de São Paulo nós vamos assumir.

Então, fala um pouquinho, precisa da autorização da família, não precisa?

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Olha, Cajá, porque você cuida também, você também é da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, e da Comissão da Verdade. É o seguinte: todos os atestados de óbito que foram emitidos nos cartórios da capital, aqui em São Paulo, eles vão ser retificados. Nós vamos conseguir isso. Nós vamos ter de pedir autorização aos familiares.

Então, preciso de uma autorização, o Emmanuel tem familiar, porque o pai dele morreu, mas tem? Tem a irmã mais velha. Então, você pede a ela para escrever uma cartinha falando que autoriza a fazer a retificação do atestado de óbito. Se quiser um modelinho, a gente manda, porque nós vamos fazer um formulário, um modelo. E o Manoel também, os dois.

E aí, como nós vamos colocar? É que eles morreram sob tortura, sem dúvida, mas até o Emmanuel tem até uma marca aqui na boca, você vê o lábio dele machucado.

A gente pode colocar, embora, acho que eles nem chegaram a morrer no DOI-Codi aqui de São Paulo.

(Manifestação fora do microfone.)

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – O atestado de óbito vai ter de ser sob torturas, morreu sob torturas, por agentes da repressão política.

Mas, isso nós vamos encontrar uma fórmula de fazer essa retificação.

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Eu não conhecia essas fotos, estou arrepiado aqui, estou chocadíssimo, mas meio que confirma a minha visão rápida da história da transfiguração completa. Inchado, olho inchado, enfim, totalmente danificado. Dá para comprovar que realmente eu não tive uma alucinação.

Pela primeira vez eu afasto, 110%, se tive alguma dúvida naquele relance, naquela imagem. É isso, cabelo grande...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. JOSÉ NIVALDO JÚNIOR – Estou impressionado com essas imagens.

O SR. EDIVAL NUNES DA SILVA – CAJÁ – ... no pescoço, rodeando, enquanto faz o interrogatório. Então, a marca está aí, a marca do crime.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – José Nivaldo, você manda aquele relatório do maranhense, que você ficou de falar. Repete só isso, fala esse negócio do anel, que nem eu entendi direito.

O SR. EDIVAL NUNES DA SILVA – CAJÁ – Entre as modalidades de tortura, às vezes tinha uns mais criativos que outro, faziam coisas que não era muito habitual. Então, com Emmanuel Bezerra eles fizeram o que eles chamavam de colar da morte. Pegavam um sabre de fuzil, botando na pele até encostar no osso, aí, no interrogatório, ia circulando o pescoço, a cabeça, e ficava a marca, enquanto estava rolando o interrogatório. Então, você vê que é a marca de um sabre. Vai entrando até o osso.

E no final das coisas, começaram a dar, ele está morto com cinco tiros, no atestado de óbito? Então, alguns tiros ele recebeu ainda vivo, para servir de terror. Faz parte do interrogatório, as últimas chances que ele tem de poder obter alguma confissão ainda, e tal, até, finalmente, dar o tiro no coração, o tiro final.

Então, é um processo assim... José Nivaldo falou uma vez, estava o Secretário de Justiça de Pernambuco, ele disse: "eu conheço, sou historiador, conheço a história da morte de Jesus Cristo, mas o que Cristo sofreu na cruz, me desculpem as pessoas de formação religiosa, é pinto, comparado com o que Manoel sofreu naqueles 16 dias. Não foram três dias apenas, martirizando no calvário". Foi isso que você falou. Mas foram 16 dias, quase 16 dias, do dia 16 de agosto ao dia 04 de setembro.

E o Emmanuel Bezerra, passando por tudo isso que passou, o que é mais impressionante, para os órgãos de repressão, a indignação deles é não ter obtido uma só informação desses dois homens, e do Manoel Aleixo, desses três homens. Uma só informação. Só receberam desdém o tempo todo da parte dele para com os carrascos.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Tortura não dá nem para comparar, nem para competir, Cajá. Método de tortura e tortura não dá para comparar nem competir.

Então, agradecendo enormemente o esforço que vocês fizeram, de vir de Pernambuco para cá, esses depoimentos tão fortes, e a presença do nosso companheiro, camarada Raphael Martinelli, e o esforço que a Vivian fez, Amelinha, e todos vocês companheiros do PCR que vieram aqui hoje. Amanhã continua, duas horas lá no Dops.

Então, os atestados de óbito são uma coisa que nós estamos levando muito a sério, um trabalho que nós precisamos de uma autorização, porque ainda tem essa, temos de fazer essa recomposição. Temos de explicar como eles morreram em Recife e foram enterrados aqui em São Paulo. Isso ainda é um grande enigma.

O SR. EDIVAL NUNES DA SILVA – CAJÁ – Queria fazer uma sugestão ao Presidente da Comissão, que ao final, quando fosse passado a limpo um relatório, para que a gente pudesse ter acesso, antes da conclusão final, para ir complementando com outras informações.

Por exemplo, acho que o chefe do DOI-Codi na época tem de estar elencado a esses crimes, de Manoel, de Emmanuel, de Manoel Aleixo e Amaro Luiz de Carvalho, para que a Comissão Estadual forneça essa contribuição junto à Comissão Nacional.

Quer dizer, vários relatórios de casos complicados, que têm a ver com a conexão de órgãos de repressão de São Paulo com o nordeste. Essas informações são muito preciosas, para chegar à Comissão Nacional por esta Comissão, que iniciou essa investigação.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Cajá, a Comissão da Verdade funciona como CPI. Como é CPI? Na CPI, o que tem valor documental, além de todos os documentos compilados, é a sessão. Então, esta sessão vira documento, vira relatório, tem força de lei.

Então, tudo que vocês puderem mandar sobre esses casos abordados nesta sessão, entram diretamente no relatório, obrigatoriamente no relatório. É a base do relatório. Porque relatório, não se faz um outro relatório. Relatório é tudo que se compilou, que está escrito, que é documento, e o que se falou. Aí já vira relatório.

Você veja que nós estamos na 70ª Sessão, e todas as sessões são parte do relatório.

O SR. EDIVAL NUNES DA SILVA – CAJÁ – A gente assume o compromisso de ir buscar os familiares para subscrever essa autorização para refazer o atestado de óbito, para tirarmos essa mentira e termos um atestado de óbito mais próximo da verdade.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Exato.

O SR. EDIVAL NUNES DA SILVA – CAJÁ – Nós agradecemos.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Está bom. Podemos encerrar. Muito obrigado pela presença de todos. A sessão esta encerrada.

O SR. – Manoel Lisboa de Moura.

PÚBLICO – Presente.

O SR. – Manoel Lisboa de Moura.

PÚBLICO – Presente.

O SR. – Manoel Aleixo.

PÚBLICO – Presente.

O SR. – Manoel Aleixo.

PÚBLICO – Presente.

O SR. – Amaro Luiz de Carvalho.

PÚBLICO – Presente.

O SR. – Amaro Luiz de Carvalho.

PÚBLICO – Presente.

O SR. – Amaro Félix Pereira.

PÚBLICO – Presente.

O SR. – Amaro Félix Pereira.

PÚBLICO – Presente.

O SR. – Emmanuel Bezerra dos Santos.

PÚBLICO – Presente.

O SR. – Emmanuel Bezerra dos Santos.

PÚBLICO – Presente.

O SR. – Agora.

PÚBLICO – E sempre.

O SR. – Agora.

PÚBLICO – E sempre. (Palmas.)

* * *